

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E CULTURA - CDB  
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

ERNESTO JOSÉ DE CASTRO CANDIDO LOPES

**Organização do conhecimento em Psicologia Social:** análises terminológicas  
sobre branquitude no Brasil

SÃO PAULO  
2023

ERNESTO JOSÉ DE CASTRO CANDIDO LOPES

**Organização do conhecimento em Psicologia Social: análises terminológicas**  
sobre branquitude no Brasil

Trabalho de conclusão de curso,  
apresentado ao Departamento de  
Informação e Cultura - CBD, como  
requisito parcial para obtenção do  
título de bacharel em Biblioteconomia.  
Orientação: Profa. Dra. Giovana  
Deliberali Maimone.

SÃO PAULO

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo  
Dados inseridos pelo autor

---

Lopes, Ernesto José de Castro Candido  
Organização do conhecimento em Psicologia Social:  
análises terminológicas sobre branquitude no Brasil /  
Ernesto José de Castro Candido Lopes; orientadora,  
Giovana Maimone. - São Paulo, 2023.  
136 p.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Departamento de Informação e Cultura / Escola de  
Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.  
Bibliografia

1. Análise de Domínio. 2. Branquitude. 3. Psicologia  
Social. 4. Racismo. 5. Terminologia. I. Maimone, Giovana.  
II. Título.

CDD 21.ed. - 020

---

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

Nome: LOPES, Ernesto José de Castro Candido

Título: Organização do conhecimento em Psicologia Social: análises terminológicas sobre branquitude no Brasil

Aprovado em: 31/08/2023

Banca:

Nome: Giovana Deliberali Maimone

Instituição: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

Nome: Cibele Araújo Camargo Marques dos Santos

Instituição: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

Nome: Vânia Mara Alves Lima

Instituição: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

*à Débora Carvalho e Bianca Silva,  
idealizadoras do Cursinho Popular da FFLCH*

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família pelos incentivos e pelo privilégio de poder realizar esse estudo.

Às professoras e aos professores do curso de Biblioteconomia.

Às bibliotecárias com quem tive a oportunidade de estagiar e aprender os fazeres e a ética da profissão: Ana Célia de Moura, do CPC-USP; Stela Madruga e Eliana Ramalho, da Biblioteca Carlos Benjamin Lyra; Maristela Lopes de Oliveira e Bruna Henderson, da Biblioteca da Procuradoria da República em São Paulo.

À minha orientadora, Giovana Deliberali Maimone, pelos ensinamentos e incentivos.

Às professoras Cibele Santos e Vânia Lima, por aceitarem a compor a banca de avaliação deste trabalho.

Às funcionárias e aos funcionários da Biblioteca, do Departamento de Informação e Cultura e da Seção de Estágio da ECA.

Às amigas e aos amigos do curso de Biblioteconomia, que tornaram a jornada mais leve.

À Giovana Pereira Batista, por me chamar para realizarmos o trabalho de Linguística Documentária e por incentivar a continuar com a pesquisa, cujo resultado apresento aqui.

Aos irmãos da Jacó, por chegarmos até aqui.

À Mariana Xavier, pela amizade.

Às pessoas que com palavras ou o silêncio me expuseram ao desconforto necessário para a consciência de minha própria branquitude.

“A omissão de resistência negra e indígena na historiografia oficial nos mostra que precisamos entender sobre memória coletiva, mas também sobre a amnésia coletiva, como nos ensina Charles W. Mills, intelectual que trabalhou com o conceito de *ignorância branca*, salientando que o óbvio precisa ser lembrado, já que interesses podem moldar a cognição - e as sociedades escolhem o que querem lembrar e o que querem esquecer” (Bento, 2022, p. 39).

## RESUMO

LOPES, E. J. C. C. **Organização do conhecimento em Psicologia Social**: análises terminológicas sobre branquitude no Brasil. 2023. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Biblioteconomia) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Tendo em vista a crescente demanda por conhecimento especializado sobre as relações étnico-raciais na formação e na atuação dos profissionais da Psicologia e a premissa de que a consolidação de termos e conceitos está intimamente relacionada à legitimação de um campo científico, realizou-se uma pesquisa terminológica das publicações científicas sobre a branquitude pela Psicologia Social. Utilizou-se os princípios da Teoria Comunicativa da Terminologia e das abordagens da Análise de Domínio como aportes teórico-metodológicos. Através da análise do uso de termos dentro dos discursos fixados nos documentos mais citados por um conjunto de vinte artigos indexados em importantes bases de dados referenciais, construiu-se uma base terminológica representativa dessa especialidade. Além disso, foi realizado um estudo sobre as pesquisadoras, linhas de pesquisa e instituições envolvidas no desenvolvimento do campo de pesquisa sobre branquitude na Psicologia Social. Como resultado, é apresentada uma terminologia composta por vinte termos e suas respectivas definições. Visando contribuir com a construção de produtos terminológicos aplicados aos Sistemas de Organização do Conhecimento, realizou-se a construção de um sistema conceitual a partir da identificação das relações hierárquicas e não hierárquicas entre as unidades terminológicas. Esta estrutura conceitual foi apresentada na forma de uma lista sistemática de termos e um mapa conceitual.

Palavras-chave: Análise de domínio. Branquitude. Racismo. Psicologia Social. Terminologia.



## ABSTRACT

LOPES, E. J. C. C. **Organization of knowledge in Social Psychology**: terminological analyzes on whiteness in Brazil. 2023. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Biblioteconomia) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

In view of the growing demand for specialized knowledge about ethnic-racial relations in the training and performance of Psychology professionals and the premise that the consolidation of terms and concepts is closely related to the legitimization of a scientific field, a survey was carried out on terminology of scientific publications on whiteness by Social Psychology. The principles of the Communicative Theory of Terminology and Domain Analysis approaches were used as theoretical-methodological contributions. Through the analysis of the use of terms within the discourses set in the most cited documents by a set of twenty articles indexed in important referential databases, a terminological base representative of this specialty was built. In addition, a study was carried out on the researchers, lines of research and institutions involved in the development of the research field on whiteness in Social Psychology. As a result, a terminology composed of twenty terms and their respective definitions is presented. Aiming to contribute to the construction of terminological products applied to Knowledge Organization Systems, a conceptual system was constructed based on the identification of hierarchical and non-hierarchical relationships between terminological units. This conceptual framework was presented in the form of a systematic list of terms and a conceptual map.

Keywords: Domain analysis. Whiteness. Racism. Social Psychology. Terminology.

## **Lista de Figuras**

Figura 1 - Modelo de ficha terminológica.....	22
Figura 2 - Ficha terminológica para análise conceitual do termo pacto da branquitude.....	92
Figura 3 - Lista sistemática de termos do domínio dos estudos da branquitude na Psicologia Social.....	99
Figura 4 - Árvore conceitual de termos dos estudos da branquitude na Psicologia Social..	100

## **Lista de Gráficos**

Gráfico 1 - Porcentagem das perspectivas teóricas dos estudos sobre gênero e relações étnico-raciais nos currículos de Psicologia.....	38
Gráfico 2 - Porcentagem de artigos sobre relações étnico-raciais na Psicologia por categoria temática.....	43
Gráfico 3 - Quantidade de artigos por tópicos temáticos identificados.....	45
Gráfico 4 - Porcentagem das áreas de doutorado das autoras dos artigos sobre branquitude em Psicologia.....	50
Gráfico 5 - Porcentagem de monografias sobre branquitude por área de pesquisa da Psicologia.....	52

## **Lista de Quadros**

Quadro 1 - Artigos selecionados nas bases de dados Portal de Periódico Capes e Portal BVS.....	30
Quadro 2 - Dados dos artigos científicos sobre os estudos das relações étnico-raciais no domínio da Psicologia.....	34
Quadro 3 - Classificação dos artigos sobre branquitude na Psicologia.....	47
Quadro 4 - Identificação da área de formação das autoras dos artigos sobre branquitude em Psicologia.....	49
Quadro 5 - Dados referentes às monografias sobre branquitude no campo da Psicologia...	51
Quadro 6 - Termos identificados pela pesquisa terminológica do corpus bibliográfico	

analisado.....	89
Quadro 7 - Termos que compõem a terminologia dos estudos da branquitude na Psicologia Social.....	93
Quadro 8 - Definições dos termos sobre estudos da branquitude na Psicologia Social.....	95

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1 - Quantidade de artigos de estudos sobre relações étnico-raciais na Psicologia por categoria temática.....	42
Tabela 2 - Quantidade de títulos por número de artigos que os referenciam.....	88
Tabela 3 - Quantidade de documentos bibliográficos mais referenciados pelos artigos previamente recuperados.....	88

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....</b>	<b>16</b>
2.1 A terminologia.....	16
2.2 A análise de domínio.....	23
2.3 Metodologia.....	27
<b>3 PANORAMA ATUAL DOS ESTUDOS SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA PSICOLOGIA.....</b>	<b>34</b>
3.1 As relações étnico-raciais na formação em Psicologia.....	35
3.2 As relações étnico-raciais nas publicações científicas em Psicologia.....	40
3.3 A branquitude nas publicações científicas em Psicologia.....	46
<b>4 DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA PSICOLOGIA SOCIAL.....</b>	<b>56</b>
4.1 Origem e consolidação da Psicologia Social como domínio do conhecimento.....	56
4.2 A Psicologia Social no Brasil.....	60
<b>5 PANORAMA HISTÓRICO DOS ESTUDOS SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A BRANQUITUDE NA PSICOLOGIA SOCIAL.....</b>	<b>68</b>
5.1 Estudos sobre as relações étnico-raciais na Psicologia Social.....	68
5.2 Estudos da branquitude na Psicologia Social.....	75
<b>6 TERMINOLOGIA DOS ESTUDOS SOBRE A BRANQUITUDE NA PSICOLOGIA SOCIAL.....</b>	<b>87</b>
6.1 A Pesquisa terminológica dos estudos da branquitude na Psicologia Social.....	87
6.2 Lista sistemática de termos.....	98
6.3 Árvore conceitual.....	99
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>102</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>104</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>113</b>
Fichas Terminológicas.....	113

## 1 INTRODUÇÃO

O conhecimento sistematizado sobre as particularidades das relações étnico-raciais no Brasil tem se mostrado cada vez mais importante às psicólogas e psicólogos que atuam nas mais diversas áreas e instituições, como, por exemplo, nas organizações que visam contratar funcionários levando em conta a proporcionalidade racial, no campo da saúde e nos casos em que haja a necessidade de combater o chamado racismo institucional e propiciar um ambiente em que os usuários, pacientes e funcionários se sintam acolhidos e não discriminados por conta da sua raça.

Estudos recentes argumentam que “avanços dos marcos regulatórios (leis, decretos, portarias) e das políticas de proteção e promoção de direitos no Brasil” (Martins; Santos; Colosso, 2013, p. 131), criam uma demanda crescente para que a Psicologia contribua com a compreensão das relações étnico-raciais. Demanda essa que se torna cada vez mais urgente, dado que a “produção de trabalhos científicos sobre determinado tema constitui um exercício de poder, na medida em que pode gerar conhecimentos capazes de transformar a realidade e subsidiar a formulação de políticas públicas” (Martins; Santos; Colosso, 2013, p. 130).

Apesar do reconhecimento da importância do enfoque racial, pesquisa baseada na revisão sistemática de estudos sobre preconceito racial em Psicologia (Sacco; Couto; Koller, 2016, p. 243) concluiu que a quantidade de artigos publicados sobre o tema no país ainda é restrita. Déficit também constatado no processo de formação profissional em Psicologia, já que, conforme estudo feito com alunas egressas de cursos de graduação e pós-graduação, “por conta do pouco acesso aos estudos clássicos e atuais da área sobre o tema, [...] não foi dada muita importância às relações raciais em sua formação” (Santos; Schucman, 2015, p. 135).

Para explicar essa baixa adesão dos programas curriculares às questões étnico-raciais é apontada a dificuldade ou resistência por parte do corpo docente em discutir e trabalhar com o conceito de raça (Santos; Schucman, 2015, p. 135), parecendo haver “uma falta de legitimidade da categoria raça como característica e variável importantes para o ensino e pesquisa em Psicologia” (Santos; Schucman, 2015, p. 120). Essa lacuna nos cursos de Psicologia pode ter reflexos negativos na atuação profissional, não apenas porque possivelmente na intervenção clínica

aparecem vítimas do preconceito e da discriminação racial, mas também porque, dado o fato dos psicólogos serem majoritariamente brancos, as especificidades da atuação em contextos estruturados pelo racismo geram a necessidade de lidarem com sua própria racialidade, ou seja, a branquitude.

Se a resistência quanto à legitimidade da categoria raça representa um entrave para o aprofundamento dos estudos étnico-raciais em Psicologia, o mesmo não deixa de ocorrer, e com maior intensidade, em relação à branquitude, cujo campo de estudos no Brasil ainda é muito recente. Traço constitutivo da identidade racial dos brancos, a branquitude possibilita a estes a não percepção de sua própria racialidade. Sendo a identidade racial uma construção social relacional, ou seja, que “define fronteiras entre quem somos nós e quem são os outros e, portanto, só existe em relação de uma alteridade” (Schucman, 2020, p. 93), a extrema visibilidade da condição racial atribuída aos negros só se sustenta pela invisibilidade da mesma nos indivíduos brancos e vice-versa. É por conta desse mecanismo desigual de atribuir ao outro traços de racialidade não reconhecidos no próprio grupo, que brancos construíram um discurso em que se representam ora como modelo ideal de um universal de humanidade, ora como individualidades que respondem apenas por sua subjetividade, enquanto o outro, emparedados em uma particularidade, são constantemente chamados a responderem pela sua racialidade. Em sociedades estruturadas pela hegemonia branca, essa invisibilidade da particularidade racial se torna garantia de poder, se refletindo não apenas na forma como os indivíduos percebem a si e os outros, mas também, na medida que permeia as categorias por meio das quais apreendem o mundo, na própria construção do conhecimento sistemático da realidade.

Para contribuir prática e teoricamente com as demandas apontadas acima, pesquisas terminológicas sobre os conceitos articulados nas comunidades de discurso que formam o campo da Psicologia Social se fazem necessárias, já que, como veremos no decorrer deste estudo, o campo interdisciplinar da Psicologia Social é o mais profícuo no que diz respeito às pesquisas sobre as relações étnico-raciais entre os diferentes subdomínios da Psicologia enquanto área acadêmica e, também, porque a constituição de termos e conceitos está intimamente relacionada com a legitimação de um campo científico e com o universo de problemas que se propõe a refletir. Em outras palavras,

uma ciência só começa a existir, ou consegue se impor na medida em que faz existir e impõe seus conceitos, através de sua denominação. Ela não tem outro meio de estabelecer sua legitimidade senão por especificar seu objeto denominando-o, podendo este constituir uma *ordem* de fenômenos, um *domínio* novo ou um modo novo de *relação* entre certos dados. O aparelhamento mental consiste, em primeiro lugar, de um inventário de termos que arrolam, configuram ou analisam a realidade. Denominar, isto é, criar um conceito, é, ao mesmo tempo, a primeira e última operação de uma ciência (Benveniste, 1989, p. 252).

Ao que parece, estamos diante de dois problemas, intrinsecamente relacionados: o da legitimação de um campo de estudos, que se dá por meio da constituição de uma terminologia própria, tal como apontado por Benveniste e, também, o da legitimação de conceitos e termos “que arrolam, configuram ou analisam a realidade” (Benveniste, 1989, p. 252). Tanto a questão da legitimidade dos domínios científicos quanto a dos sistemas conceituais que os constituem foi pensado por Lima e Lara (2011, p. 154) como a dupla face de um mesmo processo, referente à complexa dialética entre “conhecimento construído e conhecimento em processo de construção”, onde as “áreas em formação ou transformação caracterizam-se por uma terminologia variável que acaba por refletir a situação histórico-social, cultural e linguística em que termos e conceitos são forjados” (Lima; Lara, 2011, p. 154).

No lento processo de constituição de uma ciência, “um termo é fixado quando o conceito a que corresponde é resultado de maturidade intelectual” (Lima; Lara, 2011, p. 154). Ao longo desse processo, tanto conceitos já existentes como novos conceitos são mobilizados para responderem pela classificação, ordenação e categorização dos fenômenos (Lima; Lara, 2011, p. 154). Esse parece ser o caso de *raça*, *branquitude* e outros termos articulados pelos estudos sobre as relações étnico-raciais, não apenas porque, ao terem sua origem em práticas hegemônicas e contra-hegemônicas de poder, são atravessados por valores sociais, mas também por mobilizarem uma multiplicidade de sentidos que dificulta qualquer tentativa apressada de precisão, já que são termos que “oscilam entre a determinação e a indeterminação, recorrendo muitas vezes às metáforas, meios muitas vezes superiores a uma definição formal para alcançar um estatuto explicativo” (Lima; Lara, 2011, p. 155-156).

Tal como outros termos teóricos mobilizados pelas Ciências Sociais, os termos citados acima “não correspondem às noções preexistentes, razão pela qual são utilizados com um ou vários significados nos discursos”, isso é, “sua

significação depende de seu funcionamento no contexto”. (Hermans, 1989, p. 529-530 *apud* Lima; Lara, 2011, p. 155). Desta forma é que “a descrição de um termo é uma atividade que necessariamente inclui a observação das condições de sua combinação nos discursos, desde sua estrutura argumentativa até suas combinações semi-fixadas em fraseologias” (Lima; Lara, 2011, p. 155). Partindo, portanto, da constatação da crescente demanda para que a Psicologia contribua com a compreensão das relações étnico-raciais e da hipótese de que “a análise terminológica de uma área do saber é passível de ser realizada a partir de sua produção” (Lima; Lara, 2011, p. 154), é que nosso estudo pretende analisar a terminologia da produção científica correspondente ao domínio da Psicologia Social, focando exclusivamente os trabalhos teóricos e analíticos dos chamados estudos críticos da branquitude. Neste sentido, os objetivos específicos do presente trabalho são:

- Apresentar as especificidades históricas e epistemológicas do domínio da Psicologia Social no Brasil.
- Apresentar as especificidades históricas e epistemológicas do campo de estudos da branquitude na Psicologia Social brasileira.
- Realizar a análise terminológica dos estudos da branquitude na Psicologia Social.
- Realizar a análise conceitual dos termos pertencentes aos estudos da branquitude na Psicologia Social.
- Construir representações gráficas do sistema conceitual do domínio dos estudos da branquitude na Psicologia Social.



## 2 APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Iniciaremos o presente capítulo com algumas considerações teóricas a respeito da terminologia. Para isso, apresentaremos algumas definições do que vem a ser a terminologia, seus objetivos e aplicações. Apresentaremos as diferentes teorias terminológicas e as principais características da teoria adotada pela presente pesquisa. Após tratarmos da terminologia, trataremos da análise de domínio, especificando sua definição, suas finalidades e principais características. Levantaremos considerações a respeito das abordagens da análise de domínio adotadas pela presente pesquisa. Finalizaremos o capítulo com a apresentação dos procedimentos que formam a metodologia da pesquisa.

### 2.1 A terminologia

A terminologia possui sentidos diferentes, porém, relacionados. Se refere tanto ao conjunto de termos técnicos-científicos que representa as unidades lexicais típicas de uma área científica ou técnica, quanto ao campo de estudos visando a prática para a criação desse conjunto de termos (Krieger; Finatto, 2004, p. 13). Ou seja, diz respeito ao produto da prática terminológica, à terminologia enquanto objeto; à prática terminológica, que com metodologia própria gera os diferentes tipos de produtos terminológicos e, também, pode se referir às diferentes teorias que refletem e balizam essa prática e os seus resultados (Krieger; Finatto, 2004, p. 16).

As unidades mínimas dos estudos terminológicos são os termos, também chamados de *unidades terminológicas*. Genericamente, termos são unidades linguísticas que designam os conceitos nos textos de especialidade, ou seja, são representações, lexicais e simbólicas, de conceitos. Já o conjunto de termos de uma área especializada denomina-se *conjunto terminológico* ou *terminologia* (Barros, 2004, p. 39-40).

Na medida em que atua na construção da “expressão lexical dos saberes científicos, técnicos e tecnológicos”, a terminologia “é um elemento inerente às chamadas comunicações especializadas” (Krieger; Finatto, 2004, p. 16) e tem como função geral: “proporcionar uma comunicação sem ambiguidade numa área determinada do conhecimento ou da prática, com base num vocabulário em uso linguístico específicos desse campo” (Pavel; Nolet, 2002, p. XVII). Desta forma, o

campo de pesquisa próprio da terminologia são as linguagens de especialidade, que são compreendidas como “sistemas de comunicação oral ou escrita usado por uma comunidade de especialistas de uma área particular do conhecimento” (Pavel; Nolet, 2002, p. 124).

A terminologia também tem importância como ferramenta cognitiva, na medida que possibilita a representação do conhecimento científico. No que tange à sua aplicação, as terminologias “compreendem uma variedade de produtos e ferramentas, tais como: glossários, dicionários técnicos científicos, banco de dados terminológicos e sistemas de reconhecimento automático de terminologias” (Krieger; Finatto, 2004, p. 20). De acordo com Krieger e Finatto (2004, p.9) a utilização dos diferentes produtos terminológicos nos mais diversos contextos comunicativos é um indício de que eles atendem “a dupla função de fixar o conhecimento técnico-científico e de promover sua transferência de modo pontual”, delineando-se, assim, “o papel social das terminologias no âmbito da comunicação humana”.

A terminologia orientada para sistemas linguísticos se apresenta em duas tendências: a terminologia descritiva, preocupada com a análise e descrição de dados terminológicos, e a terminologia normativa, que objetiva a normalização de termos. Esta última tendência, representada pelas escolas clássicas da terminologia, desenvolveu-se dentro de um contexto em que cientistas, filósofos, linguistas e documentaristas “empenhavam-se no estudo dos termos técnicos e científicos, objetivando, notadamente, sua normatização” (Barros, 2004, p. 53) e, nos países ocidentais, ganhou maior projeção pelo desenvolvimento da chamada Teoria Geral da Terminologia (TGT), fundamentada nos anos de 1930 pelo engenheiro austríaco Eugen Wüster.

A TGT tem como principal objetivo a eliminação de ambiguidades nos discursos científicos, sendo, desta forma, regida pelo princípio da univocidade entre conceito e o termo que o designa (um único termo pode designar um único conceito) (Barros, 2004, p. 53). Ao dissociar o léxico do contexto do discurso, ela é regida por uma visão que “corresponde às finalidades da normalização, mas não à realidade linguística” (Gaudin, 1993, p. 26 *apud* Barros, 2004, p. 55), se distanciando, assim, da linguística de base saussuriana, já que, para a TGT, haveria uma total independência entre a expressão (os termos) e os conteúdos (conceitos). Em suma, a teoria desenvolvida por Wüster tem como princípio a “total independência entre

expressão e conteúdo” dos termos, e foi concebida como uma “disciplina científica que elabora os princípios e os métodos terminológicos gerais que servem de base a toda terminologia” (Barros, 2004, p. 56). Desta forma, a terminologia normativa, na esteira da TGT, realizada por organismos nacionais e internacionais, “ocupa-se da uniformização de conceitos e da atribuição de termos para os designar” (Barros, 2004, p. 56).

Após uma longa hegemonia no campo da ciência terminologia, a TGT sofreu críticas por suas limitações e inadequação frente às novas demandas. Esse cenário possibilitou que novas propostas ganhassem espaço, como, por exemplo, a de Alain Rey, que, em 1980, propôs “compreender a unidade terminológica à luz de um ponto de vista descritivo” (Krieger; Finatto, 2004, p. 34). Para ele, “tratar a terminologia técnico-científica é tratar de questões de línguas e não de um constructo formal idealizado a serviço de uma comunicação restrita ao âmbito da especialidade” (Krieger; Finatto, 2004, p. 34). Já François Gaudin, “ao criticar fortemente a política normalizadora conferida ao manejo internacional da terminologia”, estabeleceu as bases da chamada socioterminologia (Krieger; Finatto, 2004, p. 35). A socioterminologia valoriza a expressão da “realidade dos usos terminológicos”, possível de ser apreendida pelo “exame do contexto de produção dos léxicos especializados” e do “reconhecimento da variação terminológica nas comunicações especializadas” (Krieger; Finatto, 2004, p. 35). Para atingir esses objetivos, a terminologia deve ter como postulados: a “variação como eixo central para o desenvolvimento terminológico” e o “diálogo interdisciplinar entre as áreas do conhecimento” (Krieger; Finatto, 2004, p. 35). A Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), desenvolvida por Maria Teresa Cabré, também apresentou importantes críticas à Teoria Geral da Terminologia, propondo uma outra concepção de signo terminológico e de um novo paradigma da prática terminológica.

Para Cabré, a Teoria Geral da Terminologia é reducionista e idealista, já que “parte do pressuposto de que o conhecimento especializado é uniforme e independente das línguas e culturas” (Cabré, 1999, p. 117 *apud* Barros, 2004, p. 57). Cabré não distingue radicalmente a unidade terminológica da unidade lexical da língua geral, ou seja, a palavra. Para ela, termos são “unidades linguísticas que exprimem conceitos técnicos e científicos, mas que não deixam de ser signos de uma língua natural (geral), com características e propriedades semelhantes” (Barros,

2004, p. 57). Os termos, como unidades linguísticas, são compreendidos pela TCT “de uma perspectiva poliédrica, ou seja, em seus aspectos linguísticos, cognitivos e sociais” (Barros, 2004, p. 57). Desta forma, as unidades terminológicas são entendidas como

unidades léxicas (como todo signo linguístico) de um dado código e seu caráter de termo é ativado de acordo com seu uso em um contexto e situação adequados. Essa ativação consiste em uma seleção dos módulos e traços apropriados, que incluem os traços morfossintáticos gerais da unidade e da série de traços semânticos e pragmáticos específicos que descrevem seu caráter de termo dentro de um determinado domínio (Cabré, 1999, p. 122 *apud* Barros, 2004, p. 57).

Podemos refletir sobre a relação entre os significados dos termos e seu contexto de uso, tal como pensada pela TCT, tomando como exemplo o termo *raça*, muito utilizado pelo *corpus* documental levantado por nossa pesquisa. Se considerarmos esse termo do ponto de vista das ciências biológicas e da genética, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, com os esforços de minar as pseudociências racialistas - sustentáculos ideológicos do nazismo - o uso da categoria *raça*, como conceito classificador dos grupos humanos, é cientificamente condenado. Com o desenvolvimento da genética, sabemos que a classificação de agrupamentos humanos baseados “em traços fisionômicos, de fenótipo ou de genótipo, é algo que não tem o menor respaldo científico” (Guimarães, 2003, p 96). Porém, se dentro dos domínios das ciências naturais o conceito de *raça* é um contrassenso, para as Ciências Sociais esse conceito, tomado como conceito nativo, ou seja, construção social que influencia as condutas dos indivíduos, é incontornável como categoria analítica para se entender o racismo e suas diferentes manifestações, em outros termos:

as raças são, cientificamente, uma construção social e devem ser estudadas por um ramo próprio da Sociologia ou das Ciências Sociais, que trata das identidades sociais. Estamos, assim, no campo da cultura, e da cultura simbólica. Podemos dizer que as “raças” são efeitos de discursos; fazem parte desses discursos sobre origem (Guimarães, 2003, p. 96).

Desta forma, longe de compreendermos um termo em seu sentido universal, iremos trabalhar com o seu sentido fixado por uma determinada comunidade de discurso, mesmo reconhecendo que esse sentido não é apropriado por outras comunidades discursivas. Esse exemplo, das diferentes noções do termo *raça* em diferentes contextos, nos ajuda a entender um dos pressupostos da TCT: “não existe

termo *per se*: a unidade lexical torna-se termo (assume valor de termo) de acordo com o uso em um contexto expressivo comunicacional específico (Cabré, 1999, p. 124 *apud* Barros, 2004, p. 124). Assim, em contraste com a TGT, na TCT “os termos não pertencem a um domínio, mas são usados em um domínio com um valor específico” (Cabré, 1999 *apud* Barros, 2004, p. 58).

Também para a TCT, o signo terminológico   uma “unidade linguística composta de forma e conteúdo indissociáveis” (Barros, 2004, p. 57), sendo seu conteúdo, como visto acima, “relativo a um domínio e a uma situação de uso” (Barros, 2004, p. 58). Aproximando-se da concepção estrutural de signo linguístico de Saussure, para Cabré, o valor de um termo, dentro de um sistema conceitual, “  dado pelo lugar que ocupa na estrutura, podendo ocupar lugares diferentes, de acordo com os critérios de organização do sistema de conceitos” (Barros, 2004, p. 58). Calcando-se em uma visão comunicativa da linguagem e, mais particularmente, dos signos linguísticos utilizados em domínios de especialidade, a TCT tem como objetivo

descrever formal, semântica e funcionalmente as unidades que podem adquirir valor terminológico, dar conta de como são ativados e explicar suas relações com outros tipos de signos do mesmo ou distinto sistema, para fazer progredir o conhecimento sobre a comunicação especializada e as unidades que nela se usam (Cabré, 1999, p. 133 *apud* Barros, 2004, p. 59).

Visando a identificação e a delimitação de termos e conceitos de acordo com o contexto, a *pesquisa terminológica* compreende duas etapas fundamentais: a *análise terminológica* e a *análise conceitual*. *Análise terminológica* compreende a “identificação dos conceitos pertencentes a um domínio dado” (Boutin-Quesnel, 1985, p. 26 *apud* Barros, 2004, p. 109); já a *análise conceitual*, compreende “o estudo em contexto dos termos que os designam e das relações que eles mant m entre si” (Boutin-Quesnel, 1985, p. 26 *apud* Barros, 2004, p. 109), sendo que o *contexto*, no qual a pesquisa terminológica identifica e delimita o termo, é compreendido como um enunciado “que exprime uma ideia completa, na qual o termo estudado se encontra atualizado” (Barros, 2004, p. 109).

Na análise conceitual da terminologia, o conceito é entendido como uma “unidade de pensamento constituída por um conjunto de características atribuídas a um objeto ou a uma classe de objetos e que pode se exprimir por um termo ou por um símbolo” (Boutin-Quesnel, 1985, p. 18 *apud* Barros, 2004, p. 106). Alguns

terminólogos classificam os conceitos em três tipos: conceitos próprios de um domínio; conceitos emprestados; conceitos que ultrapassam o domínio. Lembramos que a TCT contesta esse tipo de classificação dos tipos de conceitos, já que para ela os termos “não pertencem a um domínio, mas são usados em um domínio com um valor singularmente específico” (Cabré, 1999, p. 124 *apud* Barros, 2004, p. 107). Essa concepção de termo vai de encontro com as nossas necessidades, pois a Psicologia Social, como veremos no quarto capítulo deste trabalho,   uma área de especialidade marcada pela interdisciplinaridade, que se situa na intersecção dos domínios da Sociologia e da Psicologia, apropriando-se de termos normalmente atribuídos a estes dois domínios, quanto aos domínios da Psicanálise e da Filosofia.

Quanto às suas características, um conceito   constituído por *traços de sentido* que atuam na sua identificação, distinção e na descrição, diferenciando-o de outros conceitos. Essas características são representações mentais de propriedades de um objeto e podem ser de dois tipos: *características essenciais*, quando dizem respeito a essência de um conceito, e *características secundárias*, quando complementam as características essenciais. As características essenciais de um conceito são responsáveis pela sua definição (Barros, 2004, p. 107) e “a condição de característica essencial ou secundária varia segundo o domínio e depende dos objetivos da obra terminológica em projeto” (Barros, 2004, p. 107), sendo que

os conceitos e as características são pedras angulares da terminologia, uma vez que o *trabalho terminológico*, como atividade que consiste na sistematização e na denominação dos conceitos, assim como na apresentação das terminologias segundo os princípios e os métodos estabelecidos, baseia-se fundamentalmente na análise conceitual (Boutin-Quesnel, 1985, p. 16 *apud* Barros, 2004, p. 109)

A identificação das características de um conceito   possível graças aos *descritores*, que consistem “em elementos reveladores de uma característica de um conceito contido num contexto” (Barros, 2004, p. 109). Desta forma, a *análise conceitual*, t m  m chamada de *análise nocional*, objetiva a identificação do conteúdo semântico de um termo e tem a finalidade de determinar “as características de um conceito, de sua compreensão, de sua extensão e das relações que o mesmo mant  m com outros conceitos” (Boutin-Quesnel, 1985, p. 26 *apud* Barros, 2004, p. 106).

A identificação das características conceituais se d   com o auxílio das fichas terminológicas, onde se registram os diferentes contextos de definições dos

conceitos identificados para a realização da análise conceitual. Apresentamos abaixo o modelo de ficha terminológica utilizada em nosso trabalho:

Figura 1 - Modelo de ficha terminológica.

NÚMERO	
TERMO	
SINÔNIMOS	
ÁREA DO CONHECIMENTO	
CONTEXTOS E FONTES	
DEFINIÇÃO SÍNTESE	
TERMOS RELACIONADOS	
RESPONSÁVEL	
DATA	
OBSERVAÇÕES	

Fonte: Elaborada a partir de Barros (2004, p. 215-218).

Normalmente, as fichas terminológicas devem informar as áreas temáticas que os conceitos pertencem; os idiomas aos quais circunscrevem; os termos que designam o conceito; a definição do conceito ou qualquer outro tipo de prova textual e as fontes que documentam essa informação. Os registros das fichas terminológicas devem seguir alguns critérios, como: uniformidade dos termos que designam os conceitos; limitação do uso de variantes estilísticas, ortográficas e sintáticas; justificação do uso ou da criação de novos termos. A ficha terminológica deve se respaldar na “autenticidade e representatividade dos usos registrados pelo terminólogo, que, por sua vez, é garantida pelo uso atestado pelos especialistas” (Pavel; Nolet, 2002, p. 14-15). O terminólogo deve tratar de um único conceito a cada vez em uma ficha terminológica, ou ainda em uma entrada de vocabulário especializado.

Além da definição terminológica, a análise conceitual visa a construção dos *sistemas de conceitos*, ou *sistemas conceituais*, que consiste na “organização dos

conceitos de um domínio num sistema estruturado” (Barros, 2004, p. 111), isso é, um “conjunto estruturado de conceitos construídos com base nas relações estabelecidas entre esses conceitos e no qual cada conceito é determinado por sua posição nesse conjunto” (ISO 1087, 1990, p. 4 *apud* Barros, 2004, p. 120). Além de modular os limites do domínio sobre o qual a pesquisa terminológica é realizada, o *sistema conceitual* é “determinado pelo *corpus* da mesma e pela visão ou abordagem do terminólogo em relação ao domínio estudado” (Barros, 2004, p. 112). Como é produto de uma visão sobre um domínio específico, o sistema de conceitos pode “estruturar-se diferentemente, de acordo com os critérios empregados” (Barros, 2004, p. 108).

O sistema conceitual, é formado por um conjunto de conceitos relacionados de acordo com relações lógicas e hierárquicas (Pavel; Nolet, 2002, p. 130) que, de acordo com a TGT, podem ser de dois tipos: relações lógicas, de gênero e espécie; e relações ontológicas, ou partitiva, entre a parte e o todo. Já outras teorias terminológicas reconhecem outros tipos de relações conceptuais e classificam as relações ontológicas e partitivas no grupo das relações hierárquicas, e no grupo das relações não hierárquicas as estruturas formadas por conceitos que se relacionam sequencialmente (causa e efeito; produto e produtor; etapas de um processo) ou pragmaticamente. As estruturas formadas pelos sistemas de conceitos podem ser representadas graficamente através da lista sistemática de conceitos, do diagrama de conceitos, pelo mapa conceitual e pela árvore de conceitos, servindo, assim, como suportes para a construção de diferentes ferramentas utilizadas na formação dos sistemas de organização da informação.

## 2.2 A análise de domínio

Para alcançarmos nossos objetivos, nossa pesquisa terminológica se respaldou na abordagem teórica e metodológica da análise de domínio (AD), sendo essa entendida como um processo para identificar os

objetos, os processos e suas relações para a construção de um vocabulário de um determinado domínio, que pode ser usado tanto para as atividades de organização quanto de recuperação da informação e do conhecimento (Dias, 2015, p. 7-8).



Uma das possibilidades da AD é a de “verificar as dimensões evolutivas de um campo do conhecimento”, visando as demandas informacionais dos usuários (Almeida; Dias, 2023, p. 28). A AD possibilita a constatação do que é “efetivamente importante ou significativo em um dado campo, de tal modo que aspectos como tendências, padrões, processos, agentes e seus relacionamentos possam ser identificados e analisados” (Guimarães, 2015, p. 15), “constituindo um meio para a geração de novo conhecimento acerca da interação de dada comunidade científica com a informação” (Guimarães, 2015, p. 16).

Para Hjørland e Albrechtsen, análise de domínio consiste em uma

abordagem teórica de Ciência da Informação (CI), que afirma que a melhor forma de compreender as informações na ciência da informação é estudar as áreas de conhecimento como *comunidades de discurso*, que são partes da divisão da sociedade do trabalho. Organização do conhecimento, estrutura, padrões de cooperação, linguagem e formas de comunicação, sistemas de informação e critérios de relevância são reflexões dos objetos do trabalho dessas comunidades e do seu papel na sociedade (Hjørland, Albrechtsen, 1995, p. 23 *apud* Dias, 2015, p. 8-9).

A análise de domínio caracteriza-se, portanto, “pelo estudo dos aspectos teóricos de dado entorno, geralmente representado por uma literatura ou comunidade de pesquisadores” (Guimarães, 2015, p. 15). Hjørland estabelece onze abordagens ou ferramentas de analíticas que caracterizam uma análise de domínio. São elas:

1. Produção de guias de literatura e de entradas de assunto [índices]; 2. Produção de classificações especiais; 3. Pesquisa em indexação e recuperação [em áreas de] especialidades; 4. Estudos de usuários empíricos; 5. Estudos bibliométricos; 6. Estudos históricos; 7. Estudos de gênero e de documentos; 8. Estudos críticos e epistemológicos; 9. Estudos terminológicos, linguagem para propósitos especiais, estudos do discurso; 10. Estudos em estruturas e instituições em comunicação científica; 11. Análise de domínio em cognição profissional e inteligência artificial. (Almeida; Dias, 2023, p. 28).

Dado que “as abordagens da análise de domínio não devem ser utilizadas de forma isolada, mas combinadas entre si (ao menos duas) para que se chegue a caracterizações mais abrangentes do domínio” (Guimarães, 2015, p. 18), nossa pesquisa apresentará, nos capítulos que se seguem, os resultados da aplicação de algumas dessas abordagens estabelecidas por Hjørland. Porém, antes de apresentarmos as abordagens realizadas na presente pesquisa, trataremos sobre o que é e como se caracteriza um domínio.

Dias (2015, p. 8) considera o domínio “uma área do conhecimento ou um determinado campo de especialidade”. Já Almeida e Dias (2019, p. 27), afirmam que é “um conjunto de questões de pesquisas que são de alguma forma percebidos como similares e abordados por um grupo de estudiosos”, cuja análise serve para “a construção de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs)”, ou seja, um domínio é um grupo, uma comunidade que “compartilha conhecimento, objetivos, métodos de pesquisa e um modo funcional de comunicação que auxiliam a construção de SOCs”. Guimarães (2015, p. 16) afirma que o domínio constitui “uma importante unidade para a construção de sistema de organização do conhecimento”, já que ele reflete “uma construção social (um acordo intersubjetivo) que depende de considerações pragmáticas de seus membros e da interação social entre eles existente”, e sua análise possibilita a identificação das “categorias fundamentais do campo (a partir das questões e tópicos que os pesquisadores da área consideram relevantes para estudo)”.

Outro conceito importante para a caracterização de um domínio é o de *comunidade de discurso*, ou *comunidade discursiva*, sendo essa “decorrente da divisão social do trabalho, cujos integrantes são membros participantes ativos (essa cumplicidade acadêmica ajuda a definir os limites do domínio)” que caracterizaria uma certa *ecologia do trabalho* (Guimarães, 2015, p. 16). É nesse sentido que Hjørland “ênfatiza que o objeto da análise de domínio é o desenvolvimento de informações coletivas e estruturas de conhecimento”, podendo-se “afirmar que os produtos de tais informações coletivas são justamente revelados pelas comunidades discursivas” (Dias, 2015, p. 15) e o seu papel na sociedade (Dias, 2015, p. 8). Almeida *et al.* (2007, p.23), enfatizam que, como construções histórico-sociais, as comunidades discursivas são formadas “pelo pensamento, linguagem e conhecimento sincronizados de grupos sociais distintos que fazem parte da sociedade moderna”. Desta forma, as comunidades discursivas são caracterizadas por possuírem

particularidades como linguagens próprias que podem ser caracterizadas pelo uso das palavras e do vocabulário adotado pelos atores de cada comunidade levando em consideração o contexto analisado e consequentemente o significado de cada vocabulário em um contexto específico, conforme apontado por Hjørland (1997) (Dias, 2015, p. 12).

Em suma, “o conhecimento se constrói a partir da interação de unidades de conhecimento que são os conceitos, os quais se articulam em determinado domínio,

refletindo o conhecimento de uma comunidade discursiva em particular” (Guimarães, 2015, p. 17).

Para a realização da análise de domínio devemos considerar ao menos duas variáveis: além da dimensão epistemológica e dos pressupostos teóricos de um domínio, deve-se levar em conta uma dimensão sociológica, realizando, principalmente, “o estudo dos atores intervenientes no domínio” (Dias, 2015, p. 12). Isso porque, se tais “atores representam as comunidades discursivas existentes em cada domínio específico do conhecimento” (Dias, 2015, p. 12), sua abordagem se torna incontornável para a caracterização de uma comunidade discursiva.

Desta forma, no que diz respeito à abordagem histórica do desenvolvimento de um domínio específico, devemos sempre ajustar nosso foco analítico de acordo com a complexa relação entre indivíduos e grupo, ou comunidade, já que

as comunidades discursivas compõem-se de atores com pontos de vista distintos, estruturas de conhecimento individuais, predisposições, critérios de relevância subjetivos, estilos cognitivos particulares. Mas, se fazem presentes no jogo entre as estruturas de domínio e o conhecimento individual e na interação entre o nível individual e social (Dias, 2015, p. 11).

Portanto, não podemos perder de vista que ao estarem inseridas em um processo coletivo maior, a história dos indivíduos, na realização mesma de suas diferenças e particularidades, é o que caracteriza “as possibilidades de diferentes percepções, trajetórias, propósitos e apreciações em cada domínio de conhecimento” (Dias, 2015, p. 11).

Beghtol (1995, p. 30 *apud* Dias, 2015, p. 9) chama a atenção para o processo de modelagem de um domínio específico, realizada através da determinação do “número de categorias fundamentais na área de conhecimento estudada” e da análise detalhada de “alguns dos tipos de temas, assuntos e questões que os autores acreditam devam ser investigados”. Em termos gerais, a modelagem “compreende os desafios envolvidos tanto com a compreensão do domínio a ser modelado quanto com a escolha dos termos” (Dias, 2015, p. 9). A compreensão do domínio a ser modelado pode ser feita por meio das abordagens históricas, epistemológicas e críticas de um domínio de conhecimento, realizadas

a partir de sua trajetória de construção, seus paradigmas, assim como dos seus fundamentos e dos conhecimentos (teorias, metodologia, aplicações) que lhes são específicos, ao que se aliam as possibilidades de diálogos que podem ser estabelecidos com outros domínios de conhecimento. (Guimarães, 2015, p. 18).

Já a determinação do número de categorias fundamentais do domínio de conhecimento estudado é realizada após formação do *corpus* documental de onde se identifica e se extraem os “termos ou [...] vocabulário que melhor representam a área de assunto em análise” (Dias, 2015, p. 9). A formação desse *corpus* documental pode ser realizada com o auxílio da abordagem bibliométrica da AD, especificamente a análise de citações, visando, com isso, a garantia literária na delimitação da comunidade discursiva analisada.

Hjørland se refere aos estudos bibliométricos como uma das abordagens da AD que, em associação com as demais, propicia a “visualização das diferentes áreas científicas, revelando correntes teóricas dominantes, seja por meio de colaborações científicas, seja por meio das análises de citações ou de cocitações” (Alves; Oliveira; Grácio, 2015, p. 462). Nesta perspectiva, os estudos bibliométricos “podem ser usados como ferramenta e método na análise de domínio de várias maneiras” (Almeida; Dias, 2023, p. 29), já que propiciam a visualização de “conexões detalhadas e reais entre documentos individuais que representam o reconhecimento explícito de dependência entre artigos, pesquisadores, campos, abordagens” (Almeida; Dias, 2023, p. 29). Desta forma, ao “descrever os padrões na produção do conhecimento científico”, a análise bibliométrica é “uma ferramenta indispensável para o conhecimento de determinadas comunidades científicas, identifica comportamentos e também a qualidade das publicações” (Ferreira, 2010 *apud* Dias, 2015, p. 12), se mostrando propícia para a garantia literária necessária à análise de domínio, ou seja, uma condição fundamental para “auxiliar a análise de domínio em [...] um mapeamento conceitual que permita a identificação dos conceitos nucleares dentro de um domínio específico” (Dias, 2015, p. 15).

## 2.3 Metodologia

A metodologia do trabalho científico está intimamente relacionada aos objetivos visados pela pesquisa. O conjunto de estratégias e ferramentas adotadas ao longo de sua realização diz respeito aos “instrumentos e procedimentos que um pesquisador precisa utilizar no planejamento da sua investigação” (Kauark; Magalhães; Medeiros, 2010, p. 25) e a forma como classificamos uma pesquisa dependerá “da natureza, da abordagem (assunto), do propósito (objetivo) e dos

procedimentos efetivados para alcançar os dados (meio)” (Kauark; Magalhães; Medeiros, 2010 p. 26).

Do ponto de vista de sua natureza, nossa pesquisa pode ser classificada como aplicada, já que um estudo terminológico “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigida à solução de problemas específicos” (Kauark; Magalhães; Medeiros, 2010 p. 26).

No que diz respeito à abordagem adotada, nossa pesquisa é qualitativa, já que neste tipo de pesquisa

a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. É descritiva. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (Kauark; Magalhães; Medeiros, 2010 p. 26)

Do ponto de vista de seus objetivos, se define como uma pesquisa exploratória, pois “objetiva a maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito” (Kauark; Magalhães; Medeiros, 2010 p. 28).

Do ponto de vista dos procedimentos, é classificada como pesquisa bibliográfica, pois é “elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e, atualmente, material disponibilizado na internet” (Kauark; Magalhães; Medeiros, 2010 p. 28).

A revisão da literatura foi a base de nossa pesquisa bibliográfica, já que foi por meio dela que realizamos o levantamento das publicações sobre o assunto em questão, permitindo, assim, a formação de um *corpus* documental para o prosseguimento do trabalho. Dado o carácter interdisciplinar de nosso estudo, realizamos a pesquisa bibliográfica em diferentes domínios: terminologia, análise de domínio, Psicologia, Psicologia Social e estudos interdisciplinares sobre branquitude. Dado os objetivos geral e específicos, foi preciso estabelecer procedimentos metodológicos específicos para a realização do levantamento bibliográfico, cujas etapas são descritas nos parágrafos abaixo.

Visando a construção do aporte teórico-metodológico de nosso trabalho, primeiramente realizamos um levantamento bibliográfico sobre a importância da terminologia tanto para a legitimação de um domínio específico do conhecimento, quanto para a formação de Sistemas de Organização do Conhecimento. Essa pesquisa se pautou, principalmente, na análise da ementa da disciplina de Linguística Documentária do curso de Biblioteconomia da Escola de Comunicações

e Artes da Universidade de São Paulo, ministrado pela professora Dra. Vânia Mara Lima no ano de 2021; por indicações feitas pela orientadora do presente trabalho em reuniões de orientação; e pelo levantamento bibliográfico em bases de dados virtuais. Utilizamos a Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), onde realizamos buscas de artigos sobre pesquisas terminológicas associadas aos descritores: “linguagens documentárias”, “análise de domínio” e “sistema e organização do conhecimento”.

Visando a formação de um *corpus* documental atualizado para a análise do subdomínio dos estudos sobre branquitude na Psicologia Social, realizamos uma pesquisa bibliográfica em duas bases de dados, o Portal de Periódicos da Capes e o Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). O levantamento bibliográfico nas bases seguiu os seguintes critérios: no Portal de Periódicos Capes, a busca foi feita por artigos de periódicos na língua portuguesa, publicados entre os anos de 2012 a 2022, utilizando a combinação dos descritores “psicologia” AND “branquitude” nos campos título e assunto. Foram recuperados 25 artigos nessa busca e através da análise dos títulos, resumos e formação das(os) autoras(es) foram identificados e selecionados 15 artigos do campo da Psicologia Social que tratam do tema analisado.

Já no Portal da BVS, utilizamos filtros para recuperar apenas artigos na língua portuguesa, publicados entre os anos de 2012 a 2022, indexados pela LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e Index Psicologia, utilizando a combinação dos descritores “psicologia” AND “branquitude” nos campos título, resumo e assunto. Neste Portal, foram recuperados 13 artigos e após a exclusão dos artigos já recuperados no Portal de Periódico CAPES e da análise do título, resumo e formação das autoras dos demais, foram identificados e selecionados 5 artigos do campo da Psicologia Social que tratam do tema analisado. Desta forma, a pesquisa preliminar para a formação do *corpus* documental atualizado sobre estudos da branquitude na área da Psicologia Social recuperou ao todo 20 artigos de periódicos em língua portuguesa, publicados entre os anos de 2012 e 2022:

Quadro 1 - Artigos selecionados nas bases de dados Portal de Periódico Capes e Portal BVS.

Ano de Publicação	Autoras (es)	Título do artigo	Periódico em que foi publicado
2012	Lia Novaes Serra ; Lia Vainer Schucman	Branquitude e progresso: a Liga Paulista de Higiene Mental e os discursos paulistanos na contemporaneidade	Estudos e pesquisas em Psicologia
2014	Lia Vainer Schucman	Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana	Psicologia & Sociedade
2017	Lia Vainer Schucman; Mônica Mendes Gonçalves	Racismo na família e a construção da negritude: embates e limites entre a degradação e a positivação na constituição do sujeito	Odeere: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade
2019	Jacqueline Meireles; Mariana Feldmann; Tamiris da Silva Cantares; Simone Gibran Nogueira; Raquel Souza Lobo Guzzo	Psicólogas brancas e relações étnico-raciais: em busca de formação crítica sobre a branquitude	Pesquisas e Práticas psicossociais
2019	Érika Cecília Soares Oliveira; Luciana Rodrigues; Bruna Moraes Battistelli; Lilian Rodrigues da Cruz	Raça e política de Assistência Social: produção de conhecimento em Psicologia Social	Psicologia, ciência e profissão
2020	Lia Vainer Schucman; Mônica Mendes Gonçalves	Raça e subjetividade: do campo social ao clínico	Arquivos Brasileiros de Psicologia
2020	Tadeu de Paula Souza; Jose Geraldo Damico; Emiliano de Camargo David	Paradoxos das políticas identitárias: (des)racialização como estratégia quilombista do comum	Acta scientiarum. Human and social sciences
2020	Karla Galvão Adrião; Mariana Borelli Rodrigues	Racialização, subjetividades, arte e estética: um estudo de caso a partir da formação em Psicologia	Percursos
2020	Maiara de Souza Benedito; Maria Inês Assumpção Fernandes	Psicologia e racismo: as heranças da clínica psicológica	Psicologia: Ciência e Profissão
2020	Márcio de Abreu; Mônica Lima	Corpo, cultura e subjetividade: uma abordagem psicológica da normatividade branca	Psicologia, ciência e profissão
2021	Anne Bittencourt Santos e Silva	Compreensões acerca do/a branco/a e da branquitude na Psicologia	Revista espaço acadêmico
2021	Geórgia Grube Marcinik; Amana Rocha Mattos	‘Mais branca que eu?’: uma análise interseccional da branquitude nos feminismos	Estudos feministas
2021	Anna Luiza Barbosa Martins; Maria Helena Rodrigues Navas Zamora	Branquitude e educação: um estudo com professoras de escolas públicas	Estudos e pesquisas em Psicologia

2021	Cláudia Lanyelle Revorêdo de Amorim ; Renata Lira dos Santos Aléssio ; Lassana Danfá	Mulheres negras e construção de sentidos de identidade na transição capilar	Psicologia & Sociedade
2022	Felipe Nogueira Carvalho; Lia Vainer Schucman	A contribuição dos estudos críticos da branquitude para compreensão do preconceito racial na Psicologia Social	Cuadernos de Psicologia
2022	Roberta Carvalho Romagnoli	Psicologia brasileira e políticas públicas: capturas e resistências	Psicologia: Ciência e Profissão
2022	Tassiana Carli	Reflexões sobre lugares sociais de mulheres brancas	Revista espaço acadêmico
2022	Vanilce Farias Gomes ; Conrado Neves Sathler ; Marisa de Fátima Lomba de Farias	Gênero, raça, sexualidade e classe nos projetos político-pedagógicos em cursos de Psicologia	Horizontes
2022	Laura de Souza Zingra Vomero	Decolonizando o conceito de reconhecimento (eu-tu)	Revista Brasileira de Psicodrama
2022	Márcia Ribeiro Ramos; Liandra Lima Carvalho	A cor da Psicologia: um estudo sobre o estado da arte da Psicologia sobre branquitude	Revista Educação e Políticas em Debate

Fonte: elaboração própria (2023).

Esse *corpus* documental nos possibilitou um vasto conjunto de referências bibliográficas, cuja análise serviu de base para levantamento bibliográfico utilizado em diferentes etapas da pesquisa. Conseguimos identificar cerca de 450 títulos do conjunto formado pela reunião das referências bibliográficas dos 20 artigos selecionados. Esse conjunto é formado por documentos dos mais variados tipos, como teses, dissertações, artigos de periódicos, livros, capítulos de livros, ensaios, apresentações de congressos, relatórios gerados por órgãos do Estado ou organizações sociais. Partindo do princípio de que um conjunto de referências bibliográficas formado por um levantamento bibliográfico criterioso “pode ser analisado como reflexo de uma comunidade discursiva composta por pesquisadores e suas temáticas, de modo a constituir um domínio científico” (Alves; Oliveira; Grácio, 2015, p. 462), foi com base nesse conjunto de 450 títulos, mais os 20 artigos previamente recuperados, que formamos a bibliografia de base para a pesquisa do domínio dos estudos da branquitude na Psicologia Social brasileira. Esse conjunto de referências auxiliou, portanto, na formação da bibliografia básica tanto para o estudo da *área temática* da pesquisa terminológica, quanto na seleção dos contextos e termos utilizados na análise conceitual propriamente dita. Partindo,



portanto, dessa base bibliográfica para a formação do corpus documental utilizado nas diferentes etapas de nossa pesquisa, acrescentamos outras referências conforme as estratégias indicadas nos parágrafos que se seguem.

Para a realização do terceiro capítulo, *Panorama atual dos estudos sobre as relações étnico-raciais na Psicologia*, utilizamos cinco artigos selecionados em nossa base bibliográfica, e acrescentamos mais dois artigos recuperados ao longo da nossa pesquisa. Ao todo, para a escrita desse capítulo formamos um *corpus* de sete artigos de periódicos.

Para a formação do *corpus* documental do quarto capítulo, que trata do *Desenvolvimento histórico da Psicologia Social no Brasil*, utilizamos apenas um artigo recuperado em nosso conjunto bibliográfico: *Para uma caracterização da Psicologia social brasileira* e escrito por Almeida (2012). Visando a recuperação de mais estudos sobre o tema, além da análise da referência bibliográfica do artigo referido, fizemos uma nova pesquisa no Portal de Periódico CAPES utilizando a combinação de termos de busca “psicologia social” AND “história” e “psicologia social” AND “Brasil” e selecionamos os artigos de acordo com informações contidas nos títulos e nos resumos. Consultando a referência bibliográfica dos artigos selecionados, recuperamos dois livros. Partindo dessa estratégia, montamos um *corpus* documental formado por oito artigos e dois livros.

Para a formação do *corpus* documental utilizado na redação do tópico sobre os *Estudos sobre as relações étnico-raciais na Psicologia Social*, apresentado no quinto capítulo, utilizamos dois documentos do conjunto bibliográfico preliminar e um artigo já recuperado no levantamento bibliográfico para o quarto capítulo. Analisando as referências dos artigos selecionados, recuperamos mais um artigo. Ao todo, para a redação desse tópico, formamos um *corpus* de três artigos e um capítulo de livro.

Para a formação do *corpus* documental utilizado na redação do tópico sobre os *Estudos da branquitude na Psicologia Social*, também apresentado no quinto capítulo, utilizamos sete títulos da bibliografia preliminar. Além destes títulos, acrescentamos mais seis títulos que recuperamos da análise de todos os documentos lidos ou que tomamos conhecimento ao longo da pesquisa. Ao todo, formamos um *corpus* documental de 13 títulos, composto por monografias, capítulos de livros e artigos de periódicos.

Com base nos limites impostos à um trabalho de conclusão de curso e na hipótese de que “os artigos altamente citados são símbolos conceituais” (Almeida; Dias, 2023, p. 28), para a formação do *corpus* documental utilizado nas etapas de *análise terminológica* e *análise conceitual* de nossa pesquisa terminológica, selecionamos apenas os três documentos pertencentes ao campo da Psicologia Social brasileira que foram mais referenciados pelos vinte artigos previamente selecionados. Desta forma, a primeira etapa de nosso estudo terminológico, visando a “identificação dos os *termos* que designam os *conceitos* próprios de uma área” (Pavel; Nolet, 2002, p. XVII), foi realizada com o auxílio da abordagem bibliométrica da Análise de Domínio (AD), cujos resultados apresentaremos no sexto capítulo do presente trabalho. Foi também por meio da combinação das diferentes ferramentas e abordagens da AD que formamos o corpus linguísticos de onde extraímos os *contextos* para realização da análise conceitual propriamente dita, cujos resultados também serão apresentados no sexto capítulo.

### 3 PANORAMA ATUAL DOS ESTUDOS SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA PSICOLOGIA

Consultando as bases de dados Scielo Brasil e o Portal de Periódicos da Capes, além das referências bibliográficas dos artigos analisados ao longo dessa pesquisa, foi possível identificar artigos que, utilizando metodologias, fontes documentais e bases de dados diversas, apresentam dados e informações a respeito da forma como a temática sobre as relações étnico-raciais está presente no campo da Psicologia na atualidade. Desses estudos, foram selecionados seis que permitem traçar um panorama da temática racial na Psicologia, com foco especial nos currículos e projetos pedagógicos dos cursos, na publicação de artigos periódicos científicos e na produção de teses e dissertações.

Importante frisar que esses seis artigos realizam análises sobre o domínio da Psicologia em geral, englobando assim a diversidade dos campos de conhecimento e de atuação em Psicologia, entre esses, a Psicologia Social, mas nenhum deles trata especificamente dessa última área do conhecimento. Porém, isso não impediu que fossem utilizados para a compreensão dos estudos sobre as relações étnico-raciais no campo da Psicologia Social, como será visto nos parágrafos abaixo. Outra observação importante é que desses seis estudos apenas dois tratam especificamente do tema da branquitude. No quadro abaixo, é apresentado alguns dados dos artigos analisados, onde se identifica o título, as autoras, a data de publicação, a área de pesquisa contemplada pelos artigos, os temas específicos abordados pelos estudos, as bases de dados consultadas para a seleção do corpus da pesquisa e os tipos de fontes analisadas:

Quadro 2 - Dados dos artigos científicos sobre os estudos das relações étnico-raciais no domínio da Psicologia.

Título	Autores	Data	Área pesquisada	Temas analisados	Fontes utilizadas	Bases de dados consultadas
Relações étnico-raciais e Psicologia: publicações em periódicos da SciELO e Lilacs	Edna Martins; Alessandro de Oliveira dos Santos; Marina Colosso	2013	Psicologia	relações étnico-raciais	artigos de periódicos	SciELO e Lilacs

Desigualdade, relações raciais e a formação de psicólogo(as)	Alessandro de Oliveira dos Santos; Lia Vainer Schucman	2015	Psicologia	relações étnico-raciais; desigualdade racial	entrevistas	-
Revisão sistemática de estudos da Psicologia brasileira sobre preconceito racial	Airi Sacco; Maria Clara de Paula Couto; Sílvia Koller	2016	Psicologia	preconceito racial; racismo	artigos de periódicos	SciELO, PePSIC, Index Psi, LILACS e PsycINFO
Relações de gênero e étnico-raciais nos currículos de Psicologia: aproximações e desafios	Andressa Carvalho; Carlivane Souza; João Paulo Macedo	2020	Psicologia	gênero, raça, etnia	Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs)	-
Compreensões acerca do/a branco/a e da branquitude na Psicologia	Anne Bittencourt Santos e Silva	2021	Psicologia	branquitude	artigos de periódicos	LILACS
A cor da Psicologia: um estudo sobre o Estado da Arte da Psicologia sobre branquitude	Márcia Ribeiro Ramos; Liandra Lima Carvalho	2022	Psicologia	branquitude	teses e dissertações	bancos de dados da Capes, da BDTD, do Domínio Público e do Google Acadêmico

Fonte: Elaboração própria (2023).

A apresentação das pesquisas sobre a produção acadêmica - seja no gênero teses e dissertações, seja no gênero artigos de periódicos científicos - da área da Psicologia que dizem respeito aos estudos étnico-raciais, terá início com um panorama sobre como as questões étnico-raciais estão presentes na formação das psicólogas. Para isso, foram contempladas duas pesquisas que tiveram como fonte os Projetos Pedagógicos de Cursos de Psicologia e os relatos de estudantes e egressos do curso de Psicologia de uma universidade no estado de São Paulo.

### 3.1 As relações étnico-raciais na formação em Psicologia

O estudo *Relações de gênero e étnico-raciais nos currículos de Psicologia* de Andressa Carvalho, Carlivane Souza e João Paulo Macedo, tem como objetivo “investigar como os currículos dos cursos de Psicologia têm abordado as temáticas relacionadas a gênero, raça e etnia, considerando que tais elementos atravessam a constituição dos sujeitos e suas relações sociais” (Carvalho; Souza; Macedo, 2020, p. 4). Os autores justificam sua pesquisa pontuando a importância dos currículos

refletirem o contexto sob o qual são organizados, já que “sua análise permite conhecer não somente os conteúdos que são importantes naquele contexto, mas sobretudo compreender a maneira como alguns conteúdos foram incluídos em detrimento de outros, ou seja, o que orientou tais escolhas” (Carvalho; Souza; Macedo, 2020, p. 4), possibilitando, assim, a compreensão da forma como “a formação vem contribuindo para a análise crítica desses múltiplos componentes que atravessam a constituição dos sujeitos” (Carvalho; Souza; Macedo, 2020, p. 4). Os autores também chamam a atenção para o contexto no qual a pesquisa foi realizada, ano 2020, pois é um período marcado por uma revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação, organizado em 2018 por importantes instituições: a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), o Conselho Federal de Psicologia (CPF) e a Federação Nacional de Psicólogos (Fenapsi) (Carvalho; Souza; Macedo, 2020, p. 4). A necessidade dessa revisão curricular partiu do reconhecimento por parte dessas instituições de que a formação superior e sua estrutura curricular, é

um espaço privilegiado para a construção de conhecimento, de saberes e de práticas, o que torna necessário que sejam apresentadas aos estudantes temáticas relevantes, de modo a fornecer elementos para uma leitura crítica da realidade e subsídios para as práticas interventivas, comprometendo-se, assim, com um exercício ético-político da profissão (Carvalho; Souza; Macedo, 2020, p. 4).

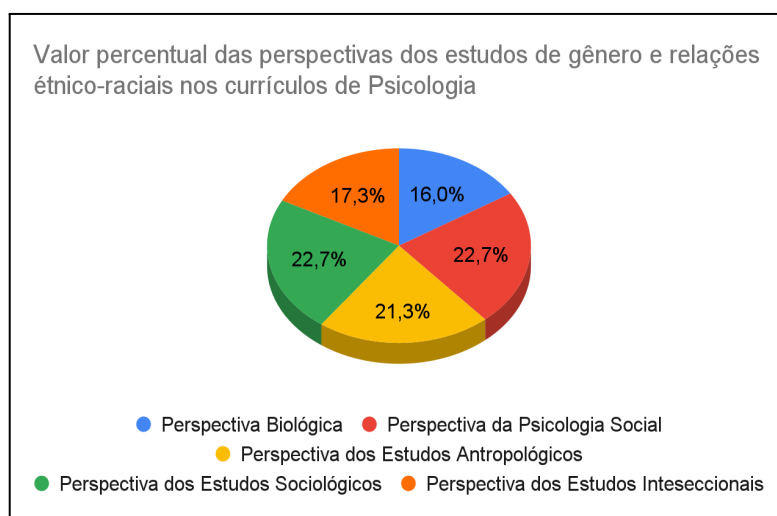
Após solicitar o Projeto Pedagógico Curriculares (PPCs) do curso de Psicologia de 526 instituições de ensino superior, os autores obtiveram o retorno de apenas 54 cursos. Fazendo uma triagem desses documentos, identificaram apenas 24 PPCs que apresentavam “algum componente do currículo ou menção no corpo do texto relacionado às temáticas” sobre as relações de gênero e étnico-raciais (Carvalho; Souza; Macedo, 2020, p. 5). A partir dessa amostra, com o auxílio do software Iramuteq, foram identificadas e classificadas as “perspectivas nas quais os estudos de gênero e relações étnico-raciais têm se ancorado nos currículos de Psicologia” (Carvalho; Souza; Macedo, 2020, p. 9), o que permitiu constatar que os estudos referentes às relações de gênero e étnico-raciais nos 24 PCCs analisados encontram-se “em um campo analítico interdisciplinar e são atravessados por diversas lentes epistemológicas que implicam diferentes concepções teóricas, além de se referirem às categorias instrumentalizadas na luta política dos movimentos sociais” (Carvalho; Souza; Macedo, 2020, p. 9).

No que diz respeito “à organização acadêmica dos cursos de Psicologia que abordam diretamente temas/conteúdos sobre relações de gênero e étnico-raciais” (Carvalho; Souza; Macedo, 2020, p. 5), a pesquisa constatou que as 24 instituições que tiveram seus PCCs analisados,

14 são universidades, 6 faculdades e 4 centros universitários. Sobre a natureza jurídica, 13 cursos são de natureza privada, e 11 são públicos. Em relação à distribuição geográfica, são cursos presentes nas cinco regiões do país, com destaque para o Nordeste (n = 9). Além disso, 10 cursos estão localizados em capitais, e 14 em cidades do interior, sendo a maior parte destes em municípios de grande porte (n = 11). Quanto às demais características, observou-se que os cursos, em sua maioria, foram criados a partir de 2001 (n = 16) (Carvalho; Souza; Macedo, 2020, p. 5-6).

A pesquisa foi auxiliada pelo software Iramuteq, que permite realizar análises textuais desde as mais simples, como a frequência de palavras, até as mais sofisticadas, como as multivariadas. Organizando o material “em um corpus construído a partir do título das disciplinas, das ementas e dos títulos das obras referenciadas” (Carvalho; Souza; Macedo, 2020, p. 5), e submetendo-o “ao método da classificação hierárquica descendente (CHD), um tipo de análise do Iramuteq que classifica os segmentos do texto em função de seus respectivos vocabulários” (Carvalho; Souza; Macedo, 2020, p. 5), os pesquisadores obtiveram “classes de segmentos de texto que apresentam palavras semelhantes entre si e, ao mesmo tempo, diferentes das palavras de outras classes” (Carvalho; Souza; Macedo, 2020, p. 5), gerando, assim, a produção “de cinco classes de segmentos de textos distintas, cada uma com seu respectivo valor percentual em relação ao total do corpus analisado” (Carvalho; Souza; Macedo, 2020, p. 7). No gráfico abaixo, apresentamos as cinco classes de segmentos, que formam as “perspectivas nas quais os estudos de gênero e relações étnico-raciais têm se ancorado nos currículos de Psicologia” (Carvalho; Souza; Macedo, 2020, p. 9), e suas respectivas porcentagens:

Gráfico 1 - Porcentagem das perspectivas teóricas dos estudos sobre gênero e relações étnico-raciais nos currículos de Psicologia.



Fonte: Elaborado a partir de Carvalho; Souza; Macedo (2020).

Por meio dessa análise, os autores puderam concluir que, utilizando as categorias identificadas, a perspectiva da Psicologia Social está em 22,7% dos segmentos de textos que formam o *corpus* analisado, avizinhandose, assim, com as perspectivas dos Estudos Sociológicos e a dos Estudos Antropológicos, que “juntas representam a maior parte das perspectivas apresentadas nos currículos (66,7%). De maneira menos expressiva apareceram a Perspectiva dos Estudos Interseccionais (17%) e a Perspectiva Biológica (16%)” (Carvalho; Souza; Macedo, 2020, p. 9).

Os autores concluem que, no tocante aos estudos étnicos-raciais, “há uma marginalização refletida em conteúdos abordados em disciplinas optativas [...] com pouca expressão nos currículos em geral” (Carvalho; Souza; Macedo, 2020, p. 11) e que “houve maior expressão da área da Psicologia Social, o que nos faz questionar se as demais áreas da Psicologia podem prescindir das análises de gênero e das relações étnico-raciais” (Carvalho; Souza; Macedo, 2020, p. 11).

O estudo de Alessandro Santos e Lia Vainer, *Desigualdade, relações raciais e a formação de psicólogo(as)*, foi publicado em 2015, mas sua coleta de dados ocorreu entre os anos de 2009 e 2010. Consiste em um estudo

qualitativo descritivo exploratório que investigou a concepção de estudantes de Psicologia de uma universidade pública da região metropolitana de São

Paulo sobre a categoria raça na compreensão da desigualdade e sobre a relevância das relações raciais na formação de psicólogo(as) (Santos; Schucman, 2015, p. 117).

A coleta dos dados se deu “por meio de 16 entrevistas com estudantes de pós-graduação e 4 grupos focais com estudantes de graduação” (Santos; Schucman, 2015, p. 117).

Os autores apontam para a importância da abordagem das relações raciais no ensino e pesquisa em Psicologia, pois a própria branquitude gera uma “demanda para os(as) psicólogos(as) clínicos(as) que precisam lidar com sua própria racialidade, [...] já que ainda temos uma maioria de psicólogos(as) brancos(as)” (Santos; Schucman, 2015, p. 120). Além disso, o conhecimento aprofundado sobre a especificidade das relações étnico-raciais tem se mostrado cada vez mais importante para psicólogas que atuam nas mais diversas áreas e instituições, como, por exemplo, nas organizações que visam contratar funcionários levando em conta a proporcionalidade racial; no campo da saúde, “uma vez que existem especificidades em relação aos agravos e formas de adoecimento para os segmentos da população negra, indígena, amarela e branca no Brasil” (Santos; Schucman, 2015, p. 120); e nos casos em que haja a necessidade de combater o chamado racismo institucional e propiciar um ambiente em que os usuários, pacientes e funcionários se sintam acolhidos, e não discriminados, por conta da sua raça. Desta forma, “combater o preconceito e a discriminação racial derivados do racismo está diretamente relacionado ao acolhimento e humanização na assistência, temas caros aos(as) psicólogos(as)” (Santos; Schucman, 2015, p. 121).

Os autores reconhecem que “opressão, a discriminação e a humilhação social, produzidas pelas desigualdades de classe e de gênero, têm sido objeto crescente de investigação da Psicologia no Brasil” (D’Abreu, 2013; Ferraz e Kraiczky, 2010; Gonçalves Filho, 2007; Sawaia, 2009 *apud* Santos; Schucman, 2015, p. 119), porém, afirmam “haver uma falta de legitimidade da categoria raça como característica e variável importantes para o ensino e pesquisa em Psicologia” (Santos; Schucman, 2015, p. 120). A análise dos dados das entrevistas constatou que

dentre os(as) estudantes que participaram das entrevistas e grupos focais nenhum(a) afirmou ter estudado o tema das relações raciais com profundidade durante a graduação em Psicologia. A maioria deles(as) disse ter entrado em contato com o tema em momentos pontuais da graduação. Segundo os(as) estudantes, o tema foi abordado de forma periférica em



disciplinas como Psicologia Diferencial e Psicologia Social. Houve também relatos afirmando que o tema foi tratado durante eventos extracurriculares, discussões levantadas por professores ou ainda por meio de debates espontâneos sobre cotas raciais no ensino público superior (Santos; Schucman, 2015, p. 129).

Assim, a pesquisa concluiu que, por conta do “pouco acesso aos estudos clássicos e atuais da área sobre o tema, indicando uma baixa circulação e apropriação desse conhecimento”, “não foi dada muita importância às relações raciais em sua formação” (Santos; Schucman, 2015, p. 135). Para explicar essa baixa adesão dos programas curriculares do curso às questões relacionadas ao problema racial, é apontada a dificuldade ou resistência por parte do corpo docente em discutir e trabalhar com a categoria raça (Santos; Schucman, 2015, p. 135), indicando, assim, que “essa categoria merece mais atenção e cuidado no ensino em Psicologia”. Essa lacuna no curso de formação de psicólogas é apontada como um problema na formação de psicólogas, pois, se a discussão sobre raça nos cursos não for realizada, “possivelmente a intervenção no campo profissional, onde aparecem as vítimas do preconceito e discriminação racial, também não esteja construída como uma prática dos(as) psicólogos(as)” (Santos; Schucman, 2015, p. 135). Para contornar essa situação na formação em Psicologia, o estudo aponta para a importância de as pessoas tomarem posse do “letramento racial”, que ainda está por ser construído no Brasil (Santos; Schucman, 2015, p. 137).

### **3.2 As relações étnico-raciais nas publicações científicas em Psicologia**

Foram identificados apenas dois artigos que tratam sobre a temática racial nos artigos de periódicos científicos do campo da Psicologia. O primeiro, *Relações étnico-raciais e Psicologia: publicações em periódicos da SciELO e Lilacs*, foi publicado em 2013 e escrito por Edna Martins, Alessandro de Oliveira dos Santos e Mariana Colosso. A pesquisa tem como objetivo geral “oferecer um panorama de como as relações étnico-raciais têm sido investigadas pela Psicologia” (Martins; Santos; Colosso, 2013, p. 118), com base na análise de artigos de periódicos indexados pelas bases de dados SciELO e Lilacs. O artigo chama a atenção para a importância das pesquisas que permitem apreender “as características gerais das produções em Psicologia, fornecendo um panorama dessa área de conhecimento no

tema das relações étnico-raciais” (Martins; Santos; Colosso, 2013, p. 130) já que a “produção de trabalhos científicos sobre determinado tema constitui um exercício de poder, na medida em que pode gerar conhecimentos capazes de transformar a realidade e subsidiar a formulação de políticas públicas” (Martins; Santos; Colosso, 2013, p. 130). Dado os “avanços dos marcos regulatórios (leis, decretos, portarias) e das políticas de proteção e promoção de direitos no Brasil” (Martins; Santos; Colosso, 2013, p. 131), existiria uma demanda crescente para que a Psicologia contribua para a compreensão das relações étnico-raciais, pois

a implantação e consolidação de práticas de promoção da igualdade étnico-racial dependem do conhecimento produzido sobre os condicionantes e a dinâmica de funcionamento dos comportamentos e modos de produção de subjetividades que sustentam e perpetuam o preconceito, a discriminação e o racismo, assim como da formação de profissionais qualificados para atuar na desinstrumentalização desses processos na vida cotidiana (Martins; Santos; Colosso, 2013, p. 131).

Metodologicamente, os pesquisadores partiram de critérios bem amplos, no que diz respeito aos descritores e campos de buscas utilizados para a recuperação de artigos nas bases de dados analisadas, pois, “foi definido como recorte temporal o período de 2000 até 2009, [...] em qualquer parte dos artigos (resumo, corpo do texto, palavras-chave), os seguintes descritores: ‘raça’, ‘racismo’, ‘relações raciais’, ‘discriminação racial’, ‘preconceito racial’ e ‘negro’” (Martins; Santos; Colosso, 2013, p. 121). Nessa primeira etapa de formação dos *corpus* a ser analisado, a pesquisa recuperou 229 artigos e após uma segunda etapa de “refinamento e composição de uma amostra final de artigos”, utilizando-se “como critério de inclusão os trabalhos publicados em periódicos nacionais de Psicologia e psicanálise sobre relações étnico-raciais, focalizando a temática do negro ou afrodescendente” e da exclusão dos “trabalhos de periódicos internacionais e de outras áreas do conhecimento” (Martins; Santos; Colosso, 2013, p. 121),

a amostra final foi composta de 41 artigos que foram lidos integralmente, registrados e classificados em protocolos contendo as seguintes informações: título do artigo; periódico; filiação dos autores; identificação das principais áreas, temas de investigação, referenciais teóricos e ano de publicação; desenho do estudo; região onde se concentram os pesquisadores e a quantidade de estudos; natureza da investigação (qualitativa, quantitativa, teórica) (Martins; Santos; Colosso, 2013, p. 121).

Considerando a área de concentração dos artigos, a pesquisa constata que a “Psicologia Social apareceu como principal área de concentração dos estudos com 16 artigos” (Martins; Santos; Colosso, 2013, p. 122). Porém, não informa quais são

as demais áreas de concentração e a quantidade de artigos que as constituem, nem a metodologia utilizada para identificar essas áreas.

Após a leitura dos artigos, foram definidas quatro categorias para representar seus conteúdos. De acordo com os autores, “a construção dessas categorias foi feita com base na análise das similaridades temáticas presentes nos trabalhos que permitissem agrupamentos e discussões mais homogêneos sobre o contingente das produções” (Martins; Santos; Colosso, 2013, p. 122).

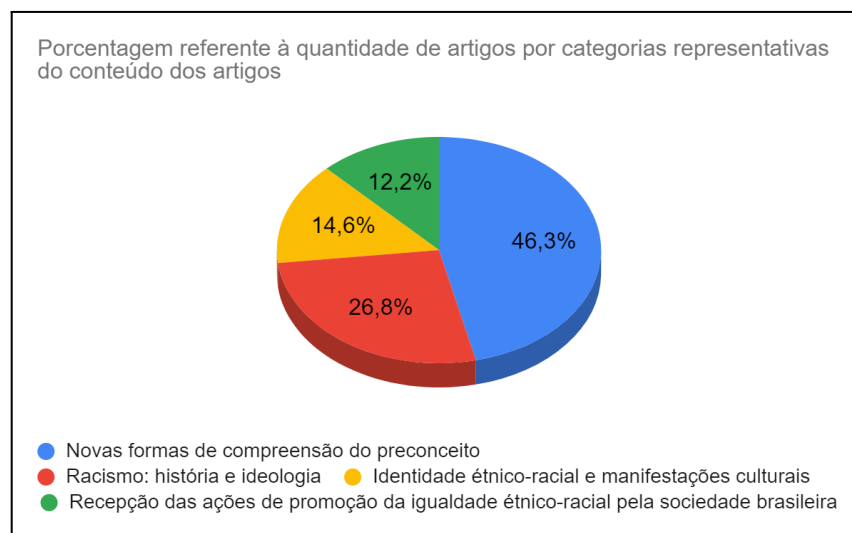
Abaixo, apresentamos uma tabela com a quantidade de artigos por categoria definida pela pesquisa e, na sequência, um gráfico com a porcentagem de cada categoria em relação à quantidade total de artigos analisados.

Tabela 1 - Quantidade de artigos de estudos sobre relações étnico-raciais na Psicologia por categoria temática.

<b>Categorias de classificação do conteúdo dos artigos</b>	<b>Quantidades de artigos</b>
Novas formas de compreensão do preconceito	19
Racismo: história e ideologia	11
Identidade étnico-racial e manifestações culturais	6
Recepção das ações de promoção da igualdade étnico-racial pela sociedade brasileira	5
<b>Total de artigos</b>	<b>41</b>

Fonte: Elaborado a partir de Martins; Santos; Colosso (2013).

Gráfico 2 - Porcentagem de artigos sobre relações étnico-raciais na Psicologia por categoria temática.



Fonte: Elaborado a partir de Martins; Santos; Colosso (2013).

No que diz respeito às categorias construídas para representar o conteúdo dos artigos analisados, apesar da pesquisa supracitada fazer referências à tese de Livia Schucman sobre a branquitude em São Paulo para interpretar o racismo e as relações étnico-raciais no Brasil, os autores não utilizaram os termos “branquitude” e “branquidade” para classificar os artigos por categorias temáticas ou para discutir o conteúdo dos artigos que compõem as categorias temáticas criadas por eles. Os seis artigos enquadrados na categoria “Identidade étnico-racial e manifestações culturais”, que compreendem 14,6% do *corpus* analisado, são estudos que “abordam a identidade do negro ou manifestações culturais associadas, bem como os efeitos dessas manifestações sobre sua identidade”, ou seja, a pesquisa não alocou nessa categoria nenhum artigo que trata da identidade racial branca.

A pesquisa conclui que, não obstante a pequena quantidade de publicações no marco tempo estabelecido, 2000 até 2009, “os 41 artigos estão bem distribuídos em revistas conhecidas da área” (Martins; Santos; Colosso, 2013, p. 130). Com base nas categorias representativas dos conteúdos dos artigos analisados, afirma que “a produção científica da Psicologia brasileira identificada mostrou-se relevante para compreensão das relações étnico-raciais no país” (Martins; Santos; Colosso, 2013, p. 130) e “que a noção de raça aos poucos vem sendo incorporada pelos(as) pesquisadores(as) desse campo como categoria de análise para compreensão das desigualdades” (Martins; Santos; Colosso, 2013, p. 130). Importante frisar que a

área da Psicologia Social teve predominância sobre as demais áreas da Psicologia no que diz respeito à preocupação com a temática étnico-racial.

A pesquisa *Revisão sistemática de estudos da Psicologia brasileira sobre preconceito racial*, escrito por Airi Sacco, Maria Clara Couto e Sílvia Koller é a segunda que revisa a publicação de artigos científicos da área da Psicologia sobre a temática das relações étnico-raciais. Foi publicado em 2016 e tem o objetivo de “realizar uma revisão sistemática sobre os estudos com foco em preconceito racial publicados pela Psicologia brasileira” (Sacco; Couto; Koller, 2016, p. 233) com o intuito de

compreender como a Psicologia tem pesquisado esse assunto no Brasil, quais temas estão sendo utilizados para abordar essa questão, que tipo de métodos têm sido adotados, quais são os resultados encontrados, quais são as possíveis lacunas que ainda precisam ser preenchidas e que tipo de contribuição a ciência psicológica tem prestado à sociedade brasileira no que diz respeito ao estudo da temática racial (Sacco; Couto; Koller, 2016, p. 235).

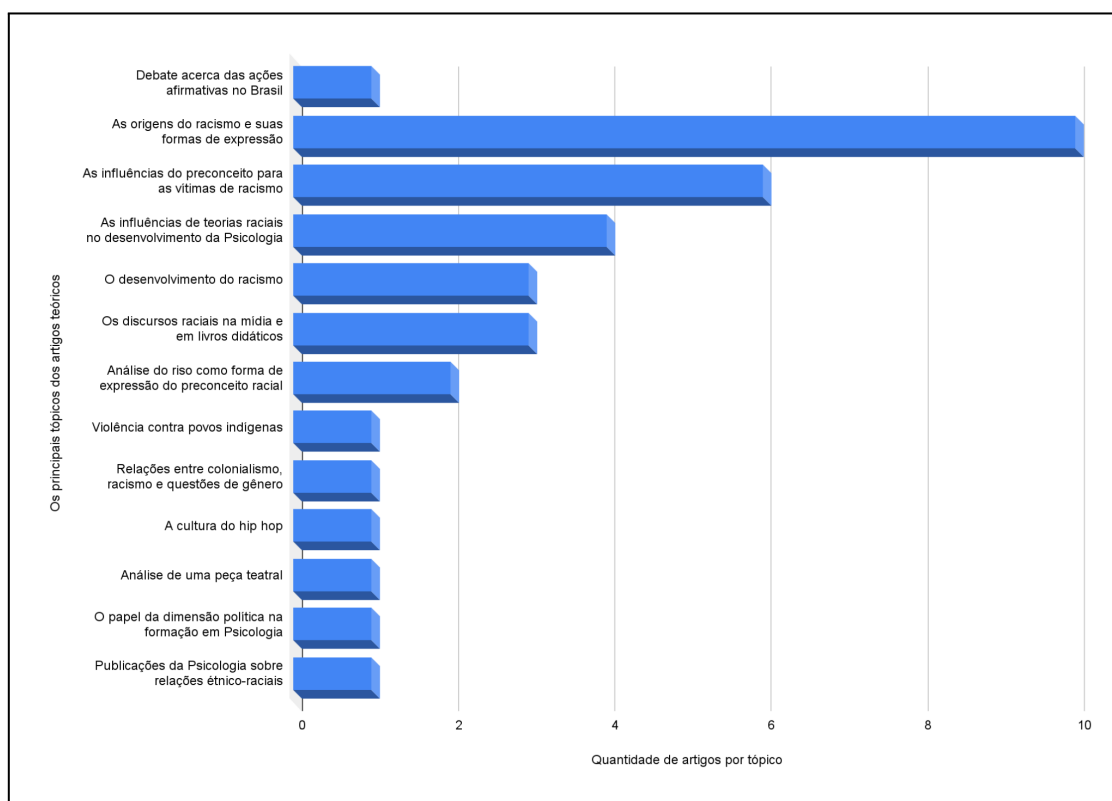
No que diz respeito à metodologia adotada, a pesquisa realizou buscas em bases de dados nacionais e internacionais: SciELO, PePSIC, Index Psi, LILACS e PsycINFO, utilizando os termos de busca com operadores booleanos “racismo OR preconceito racial”, para as bases nacionais, e “(racism OR racial prejudice) AND (Brazil OR Brazilian OR portuguese)”, para as bases internacionais. Quanto à definição do intervalo de tempo da pesquisa bibliográfica, optou-se em incluir “todos os trabalhos publicados até agosto de 2014, quando a busca foi realizada” (Sacco; Couto; Koller, 2016, p. 235). Após a exclusão dos artigos duplicados, daqueles que não tinham racismo como tema e não estavam relacionados à área da Psicologia, a pesquisa obteve um *corpus* constituído por 77 artigos, 35 teóricos e 42 empíricos, publicados desde 2001 (Sacco; Couto; Koller, 2016, p. 233).

Da mesma forma que as pesquisas referidas nos parágrafos anteriores, essa também constatou que a “A Psicologia Social, em suas mais variadas vertentes, foi a base teórica mais utilizada” nos estudos com foco em preconceito racial publicados pela Psicologia brasileira (Sacco; Couto; Koller, 2016, p. 233). Essa predominância da Psicologia Social é também perceptível nos dados a respeito das revistas em que os artigos recuperados foram publicados, dado que as três revistas com maior número de publicação - Psicologia & Sociedade (12), Psicologia: Ciência e Profissão

(8), e Revista de Psicologia Política (7) - definem em suas missões “uma preocupação explícita com a socialização do conhecimento psicológico e com a interface entre a Psicologia e a sociedade” (Sacco; Couto; Koller, 2016, p. 238).

A respeito dos estudos empíricos, a revisão sistemática constatou que “o tema mais frequente nos artigos empíricos foram as cotas de acesso ao ensino superior” (Sacco; Couto; Koller, 2016, p. 233). Já os artigos de caráter teóricos, “os temas como as origens do preconceito racial e suas formas de expressão, as consequências do preconceito para as vítimas de racismo, e as influências de teorias raciais no desenvolvimento da Psicologia, entre outros” (Sacco; Couto; Koller, 2016, p. 233). O gráfico abaixo indica os tópicos identificados nos 35 artigos de caráter teórico e a quantidade de artigos pertencentes a cada tópico:

Gráfico 3 - Quantidade de artigos por tópicos temáticos identificados.



Fonte: Elaborado a partir de Sacco; Couto; Koller (2016).

Da mesma forma que na pesquisa anterior, essa também não trabalha com a categoria branquitude, ou branquidade, para classificar os artigos analisados, nem com a categoria “identidade racial”, que poderia incluir artigos que tratam da

identidade racial negra, temática de alguns artigos analisados pela pesquisa. Não obstante isso, o artigo referencia em sua bibliografia dois artigos<sup>1</sup> que tem como tema principal a branquitude, e trazem esse termo no próprio título e nas palavras-chave. Como esses dois artigos foram classificados como estudos empíricos, a pesquisa não os classifica em nenhum dos tópicos presentes na tabela acima.

A pesquisa constatou lacunas na “descrição metodológica dos estudos nacionais, principalmente no que diz respeito à caracterização de participantes, instrumentos e procedimentos adotados” (Sacco; Couto; Koller, 2016, p. 233) e a ausência de “pesquisas que visem a compreender como o preconceito racial se desenvolve em crianças no contexto brasileiro” (Sacco; Couto; Koller, 2016, p. 233). Além de indicar a predominância da Psicologia Social nos estudos sobre preconceito racial da Psicologia brasileira, o artigo conclui que, dada “a relevância social do estudo sobre preconceito racial no Brasil e as contribuições que a Psicologia potencialmente pode gerar, a quantidade de artigos publicados sobre o tema no país ainda é restrita” (Sacco; Couto; Koller, 2016, p. 243).

### 3.3 A branquitude nas publicações científicas em Psicologia

O artigo de Anne Bittencourt Santos e Silva, *Compreensões acerca do/a branco/a e da branquitude na Psicologia*, apresenta os resultados de sua pesquisa sobre artigos científicos que têm como temática as pessoas brancas e foram “desenvolvidos no âmbito da Psicologia, com especial interesse sobre (auto)críticas tecidas por psicólogas/os sobre a branquitude” (Silva, 2021, p. 70). A autora justifica esse último tópico chamando a atenção para a importância sobre o impacto que a categoria racial das profissionais e estudantes de Psicologia, majoritariamente brancas, teriam em pesquisas sobre relações étnico-raciais em contextos estruturados pelo racismo (Silva, 2021, p. 70).

---

<sup>1</sup> Os artigos referenciados são: SCHUCMAN, L. V. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-94 e SERRA, L. N.; SCHUCMAN, L. V. Branquitude e progresso: A Liga Paulista de Higiene Mental e os discursos paulistanos na contemporaneidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 12, n. 1, p. 288-311, 2012.

No que diz respeito à sua metodologia, a pesquisadora realizou em 2020 “um levantamento de publicações de artigos científicos sobre o tema de interesse entre 1990 e 2020 na plataforma Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), que abrange produções exclusivas da área da saúde” (Silva, 2021, p. 70). Os critérios de seleção utilizados foram: “ser um artigo científico; escrito na língua portuguesa; publicado no Brasil entre 1990 e 2020; pertencer à área da Psicologia; ter como centro do estudo reflexões exclusivamente sobre pessoas brancas” (Silva, 2021, p. 70). Em uma primeira busca, foram selecionados sete artigos e, “posteriormente a partir de busca complementar nas listas de referências, foram encontrados mais três artigos, totalizando 10 artigos no final” (Silva, 2021, p. 70).

A partir da análise do conteúdo dos 10 artigos selecionados, a autora identificou “cinco categorias temáticas, construídas de acordo com os conteúdos em comum compartilhados pelos artigos” (Silva, 2021, p. 70). O quadro abaixo apresenta a classificação dos artigos nas categorias identificadas pela autora:

Quadro 3 - Classificação dos artigos sobre branquitude na Psicologia.

Preconceito racial em crianças brancas (1 artigo)	FERNANDES, Sheyla Christine Santos; DE ALMEIDA, Saulo Santos Menezes; DO NASCIMENTO, Conceição Bruna Soares. Análise do preconceito racial em uma amostra de crianças brancas de 5 a 8 anos de idade. <i>Psico</i> , v. 39, n. 4, 2008. Palavras-chave: preconceito; crianças; normas sociais
Percepção de pessoas brancas acerca das relações entre cor de pele e infra-humanização (2 artigos)	LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; VALA, Jorge. Sucesso social, branqueamento e racismo. <i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i> , V. 20, n. 1, p. 11-19, 2004. Palavras-chave: sucesso; branqueamento; racismo e infra-humanização
	LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; VALA, Jorge. A cor do sucesso: efeitos da performance social e econômica no branqueamento e na infra-humanização dos negros no Brasil. <i>Psicologia USP</i> , v. 16, p. 143-165, 2005. Palavras-chave: grupos sociais; racismo; fatores socioculturais
Discursos de pessoas brancas acerca das relações raciais (4 artigos)	OLIVEIRA FILHO, Pedro de. Miscigenação versus bipolaridade racial: contradições e consequências opressivas do discurso nacional sobre raças. <i>Estudos de Psicologia (Natal)</i> , v. 10, n. 2, p. 247-253, 2005. Palavras-chave: discurso; racismo; classificação racial; miscigenação;



	Psicologia Social
	OLIVEIRA FILHO, Pedro de. A mobilização do discurso da democracia racial no combate às cotas para afrodescendentes. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 26, n. 4, p. 429-436, 2009. Palavras-chave: racismo; relações raciais; Psicologia Social
	SERRA, Lia Novaes; SCHUCMAN, Lia Vainer. Branquitude e progresso: a Liga Paulista de Higiene Mental e os discursos paulistanos na contemporaneidade. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 12, n. 1, p. 288-311, 2012. Palavras-chave: branquitude; Liga Paulista de Higiene Mental; história da Psicologia; racismo; Psicologia Social
	SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da brancura paulistana. Psicologia & Sociedade, v. 26, n. 1, p. 83-94, 2014. Palavras-chave: racismo; raça; branquitude; identidade; Psicologia Social
Mecanismos psicológicos de reprodução do racismo entre pessoas brancas (2 artigos)	DE MELO DAHIA, Sandra Leal. Riso: uma solução intermediária para os racistas no Brasil. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 10, n. 2, p. 373-389, 2010. Palavras-chave: riso; piada racista; racismo; aliança inconsciente; categoria intermediária
	DE BARROS, Mariana Leal. “Não somos racistas”: uma contrarreação calcada em “A negativa” freudiana. Psicologia Argumento, v. 32, n. 77, 2017. Palavras-chave: psicanálise; racismo; negação; preconceito; recalque
Branquitude e a atuação profissional da/o psicóloga/o branca/o (1 artigo)	MEIRELES, Jacqueline; FELDMANN, Mariana; CANTARES, Tamiris; NOGUEIRA, Simone; GUZZO, Raquel. Psicólogas brancas e relações étnico-raciais: em busca de formação crítica sobre a branquitude. Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 14, n. 3, p. 1-15, 2019. Palavras-chave: Psicologia; educação; branquitude; relações étnico-raciais

Fonte: Elaborado a partir de Silva (2021).

Além da análise temática dos estudos sobre branquitude na área da Psicologia em geral, a pesquisa de Anne Bittencourt Silva serviu para identificar o campo específico do conhecimento que as autoras e autores dos artigos produziram suas teses de doutorados. Assim, dentro desse universo abordado pela pesquisa,

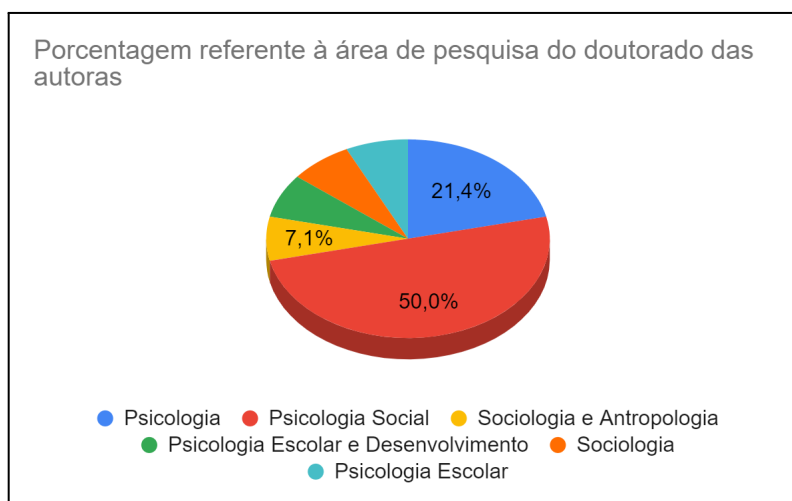
através da análise do Currículo Lattes das autoras indicadas na tabela acima, foi possível identificar o percentual de pesquisadoras da área da Psicologia Social que tratam sobre branquitude, em relação às pesquisadoras pertencentes às demais áreas do conhecimento:

Quadro 4 - Identificação da área de formação das autoras dos artigos sobre branquitude em Psicologia.

<b>Autoras</b>	<b>Curso de Graduação</b>	<b>Área do conhecimento em que se realizou a tese de doutorado</b>
Conceição Bruna Soares do Nascimento	Psicologia	
Jacqueline Meireles	Psicologia	Psicologia
Jorge Vala	Psicologia	Psicologia Social
Lia Novaes Serra	Psicologia	Psicologia Social
Lia Vainer Schucman	Psicologia	Psicologia Social
Marcus Eugênio Oliveira Lima	Psicologia	Psicologia Social
Mariana Feldmann	Psicologia	Psicologia
Mariana Leal de Barros	Psicologia	Sociologia e Antropologia
Pedro de Oliveira Filho	Psicologia	Psicologia Social
Raquel Souza Lobo Guzzo	Psicologia	Psicologia Escolar e Desenvolvimento
Sandra Leal de Melo Dahia	Psicologia	Sociologia
Saulo Santos Menezes de Almeida	Psicologia	Psicologia
Sheyla Christine Santos Fernandes	Psicologia	Psicologia Social
Simone Gibran Nogueira	Psicologia	Psicologia Social
Tamiris da Silva Cantares	Psicologia	Psicologia Escolar

Fonte: Elaboração própria (2023).

Gráfico 4 - Porcentagem das áreas de doutorado das autoras dos artigos sobre branquitude em Psicologia.



Fonte: Elaboração própria (2023).

O segundo artigo que aborda os estudos sobre branquitude na área da Psicologia é *A cor da Psicologia: um estudo sobre o Estado da Arte da Psicologia sobre branquitude*, de Márcia Ramos e Liandra Carvalho, publicado em 2022. Neste artigo, as autoras apresentam os resultados de uma pesquisa do estado da arte sobre a produção de dissertações e teses sobre branquitude no campo da Psicologia. De acordo com as autoras, estado da arte é uma “metodologia que se propõe a um caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica” (Ramos; Carvalho, 2022, p. 410) e “representam um esforço de ordenação e quantificação de certa produção capaz de permitir a observação do crescimento, ampliação, redução, ausências e sua utilização para a construção de outras abordagens” (Ramos; Carvalho, 2022, p. 410).

Em relação à metodologia adotada, as autoras coletaram os dados para análise quantitativa e qualitativa no Banco de Teses e Dissertações da CAPES (IBDT), Google Acadêmico e Domínio Público (Ramos; Carvalho, 2022, p. 410). Na primeira etapa da pesquisa, realizaram uma busca pelas seguintes palavras: *whiteness*, *brancura/branco*, *branquitude* e *branquidade* e encontraram “trinta trabalhos sobre branquitude à brasileira” pertencentes às diversas áreas do conhecimento (Ramos; Carvalho, 2022, p. 413). Na segunda etapa, apenas sete trabalhos foram identificados como pertencentes à área de Psicologia, defendidas de

2003 a 2018. Esses últimos “foram lidos na íntegra e analisados à luz dos estudos críticos da branquitude” (Ramos; Carvalho, 2022, p. 410-411).

O quadro abaixo apresenta alguns dados que Ramos e Carvalho (2022) extraíram dos sete trabalhos de pós-graduação, dando destaque aos trabalhos pertencentes à área de Psicologia Social:

Quadro 5 - Dados referentes às monografias sobre branquitude no campo da Psicologia.

Autor(a)	Gênero do(a) autor(a)	Título da Produção Científica	Tipo de Produção Científica	Área da Produção Científica	Ano	Instituição de Pesquisa e Ensino
OLIVEIRA, Lucio Otavio Alves.	Masculino	Expressões de vivência da dimensão racial de pessoas brancas: representações de branquitude entre indivíduos brancos.	Dissertação de Mestrado	Psicologia	2007	UFBA
SCHUCMAN, Lia Vainer.	Feminino	Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana.	Tese de Doutorado	Psicologia Social	2012	USP
BALAGUER, Gabriela	Feminino	Exercícios da branquitude: o estrangeiro, os brasileiros e os angoleiros.	Tese de Doutorado	Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano	2017	USP
MARCINIK, Georgia Grube.	Feminino	Branquitude nos movimentos feministas: uma análise dos processos de subjetivação e racialização de mulheres brancas.	Dissertação de Mestrado	Psicologia Social	2018	UERJ
ROSA, Priscilla Teodosio.	Feminino	Aspectos da branquitude e os atravessamentos da amabilidade artificiosa na mídia televisiva: o caso do RJ-móvel.	Dissertação de Mestrado	Relações Étnico-raciais	2018	Cefet/RJ
CAPELASSO, Monica Salci	Feminino	A branquitude e o racismo brasileiro: uma análise psicopolítica sobre as continuidades de dominação branca após a abolição da escravidão que violenta o negro do Brasil contemporâneo.	Dissertação de Mestrado	Psicologia	2018	UEM

HENRIQUES, Luciana Maciel.	Feminino	Análise crítica da branquitude a partir de uma interlocução com a Psicologia Social.	Dissertação de Mestrado	Psicologia Social	2018	UERJ
-------------------------------	----------	--	-------------------------	-------------------	------	------

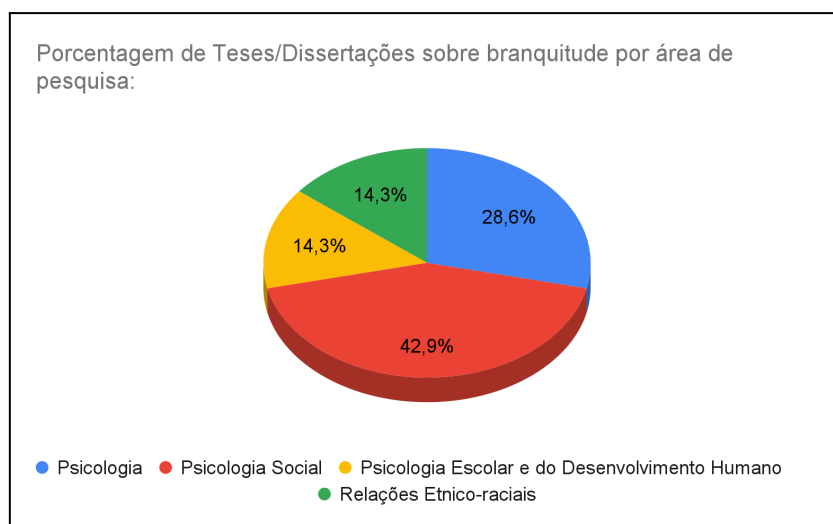
Fonte: Elaborado a partir de Ramos e Carvalho (2022).

Ao analisarem a ocorrência de palavras-chave no corpus selecionado, as autoras afirmam que

no campo da Psicologia o termo que mais aparece é Psicologia Social, em Henrique, Schucman, Oliveira e Marcinik, estando marcado como a área da Psicologia que mais trabalha com o tema relações raciais e branquitude. A Psicologia Social foi pioneira na discussão da temática racial, principalmente no que tange à branquitude e as implicações do racismo para os brancos, e continua com esse protagonismo atualmente (Ramos; Carvalho, 2022, p. 415)

Além do número de ocorrências nas palavras-chave, a predominância da Psicologia Social nos estudos sobre branquitude também é marcante se for comparada a porcentagem dos trabalhos realizados em programas de Pós-Graduação por área do conhecimento, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 5 - Porcentagem de monografias sobre branquitude por área de pesquisa da Psicologia.



Fonte: Elaborado a partir de Ramos e Carvalho (2022).

Outros dados importantes analisados pelas autoras dizem respeito à raça, gênero e região das autoras dos trabalhos de pós-graduação pesquisadas. Com exceção de um único pesquisador, todas as outras são do sexo feminino. No que diz respeito à raça, com exceção do único pesquisador do sexo masculino, todas as

demais se autodeclararam brancas, entre essas, se encontram todas as autoras pertencentes à área de Psicologia Social. Também existe uma predominância de trabalhos defendidos em Universidades pertencentes à região Sudeste sobre as demais e todos os trabalhos da área de Psicologia Social são dessa região.

As autoras concluem sua pesquisa afirmando que a Psicologia como um todo ainda está muito presa aos paradigmas científicos perpassados por valores da branquitude e que ainda há muito chão a ser percorrido para a efetivação de uma atuação verdadeiramente antirracista e plural das psicologias:

a Psicologia continua branca, estudando um ser humano único, universal, um currículo hegemônico, com autores homens brancos. Poucas psicólogas pesquisam relações ético-raciais e contribuem para uma formação acadêmica plural e que reflita a realidade sócio-racial brasileira. O mito da democracia racial é perpetuado nos saberes psicológicos. O próprio sistema de conselhos se pronunciou tardiamente sobre o tema (Ramos; Carvalho, 2022, p. 417).

Sobre essa escassez da temática étnico-racial e racismo nas grades curriculares dos cursos de Psicologia, Ramos e Carvalho (2022) também fazem referência à tese de Lia Schucman, que constata a falta dessa temática nas grades curriculares dos cursos de Psicologia e chama atenção para a prevalência nos cursos de Psicologia da concepção “universalista” de humanidade e de psiquismo que desconsidera a diferença entre os grupos racializados. Para Schucman, essa concepção predominante na formação dos psicólogos atuaria na desconsideração dos diferentes marcadores sociais que seriam determinantes para a constituição do psiquismo humano em sociedades que hierarquiza seus sujeitos em termos de raça, gênero e classe:

Apesar das preocupações e da luta contra a discriminação racial serem fundamentais para uma sociedade mais justa e humana, a Psicologia pouco se debruçou sobre a questão das relações raciais no Brasil. Nas grades curriculares das faculdades de Psicologia brasileiras raramente encontramos qualquer menção ao tema raça e do racismo nas disciplinas obrigatórias. A formação de psicólogos ainda está centrada na ideia de uma humanidade universal e de um desenvolvimento do psiquismo humano igual entre os diferentes grupos racializados. Assim, como as categorias de classe e gênero são fundamentais na constituição do psiquismo humano, a categoria raça é um dos fatores que constitui, diferencia, hierarquiza e localiza os sujeitos em nossa sociedade (Schucman, 2012, p. 15 *apud* Ramos; Carvalho, 2022, p. 405).

Além da tese de Schucman, as autoras citam a tese de Tatiana Espinha sobre a “temática racial na formação em Psicologia a partir da análise de projetos políticos-pedagógicos”, defendida em 2017. De acordo com as autoras, Espinha

conclui que “a maior parte dos cursos [de Psicologia] eram desenvolvidos com base em currículos generalistas e de cunho hegemônico para a prática de uma Psicologia clínica tradicional, individual e psicanalista”, essa característica dos cursos de formação em Psicologia tende a desconsiderar, e naturalizar, o racismo e suas consequências (Ramos; Carvalho, 2022, p. 406).

Sintetizando algumas reflexões a respeito dos estudos apresentados acima, constatamos que a Psicologia Social se mostrou o campo mais profícuo da Psicologia no que diz respeito às pesquisas, publicações e ensino tanto sobre as relações ético-raciais quanto sobre a branquitude. Fato que nos possibilitou delimitar com mais segurança um subdomínio de especialidade para nossa pesquisa terminológica.

Identificamos também que alguns estudos que analisam a produção científica sobre as questões ético-raciais na Psicologia, apesar de referenciar obras especializadas em branquitude, não utilizaram os descritores próprios dessa abordagem para categorizar por área temática o *corpus* analisado. Mesmo o estudo que trabalhou com a categoria “identidade étnico-racial e manifestações culturais” (Martins; Santos; Colosso, 2013, p. 122), não enquadrou nesse grupo as pesquisas sobre as atitudes raciais dos brancos, mais apenas as pesquisas sobre a negritude e as manifestações culturais relacionadas a ela. O que nos leva a inferir sobre a existência de uma espécie de resistência em se reconhecer o termo *branquitude* como categoria explicativa dos fenômenos pesquisados pela Psicologia. Além de significar um empecilho ao desenvolvimento desse domínio do conhecimento, essa resistência também atuaria sobre a dificuldade em se reconhecer a centralidade dos principais agentes e beneficiários do racismo, os brancos, como categoria analítica para se entender as relações étnico-raciais no Brasil.

Apesar de constatarem a primazia da Psicologia Social como campo de estudos sobre as relações ético-raciais na Psicologia, a maioria dos estudos não apresentaram informações suficientes que explicam este fato - com exceção do estudo de Ramos e Carvalho (2002), que informam que “a Psicologia Social foi pioneira na discussão da temática racial, principalmente no que tange à branquitude e as implicações do racismo para os brancos, e continua com esse protagonismo atualmente” (Ramos; Carvalho, 2022, p. 415). Além disso, as mesmas autoras, baseadas em Schucman (2012) e Espinha (2017), chamam a atenção para o caráter

generalista e universalizante dos currículos da Psicologia, que atuariam na desconconsideração dos diferentes marcadores sociais que seriam determinantes para a constituição do psiquismo humano em sociedades que hierarquiza seus sujeitos em termos de raça, gênero e classe. Estaria aí, nos fundamentos teóricos e epistemológicos de uma Psicologia “centrada na ideia de uma humanidade universal e de um desenvolvimento do psiquismo humano igual entre os diferentes grupos racializados” (Schucman, 2012) uma das chaves para compreendermos aquele protagonismo da Psicologia Social sobre os demais campos da Psicologia? Se sim, no que os fundamentos epistemológicos da Psicologia Social se diferenciam dos fundamentos dessa Psicologia hegemônica nos cursos de formação? Visando essas e outras questões é que abordaremos o desenvolvimento da Psicologia Social como campo de pesquisa acadêmica e profissional no capítulo que se segue.



## 4 DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA PSICOLOGIA SOCIAL

### 4.1 Origem e consolidação da Psicologia Social como domínio do conhecimento

Alguns autores identificam nos escritos do filósofo positivista Augusto Comte a primeira formulação da Psicologia Social como uma ciência autônoma. Silvia Lane nos informa que Comte

escreveu longas obras sobre a natureza das ciências, nas quais o psíquico seria o objeto de estudo da Biologia, da Sociologia e da Moral, todas ciências abstratas, que forneceriam os subsídios para as ciências concretas, e entre elas estaria a Psicologia Social, como subproduto da Sociologia e da Moral (Lane, 2006, p. 75).

Porém, a maior influência para o desenvolvimento e autonomia da Psicologia Social como campo autônomo do saber científico não partiu do positivismo de Comte, mas dos pesquisadores norte-americanos da primeira metade do século passado, que construíram um modelo teórico-conceitual de compreensão da relação entre os indivíduos e o meio social com metodologias próprias. Um marco da origem da Psicologia Social foi a publicação em 1908 de *Social Psychology* de Edward Ross e *An Introduction to Social Psychology* de William McDougall. Enquanto “Ross, de orientação sociológica, fazia referência a conceitos como mente coletiva, costumes sociais, opiniões sociais e conflitos”, McDougall “referia que as características sociais e o comportamento se baseavam na natureza biológica, ideia em que a Psicologia Social se apoiou em seu desenvolvimento” (Araújo, 2008, p. 2).

Ao traçar o panorama histórico da Psicologia Social no mundo, alguns autores (Araújo, 2008; Almeida, 2012) trabalham com a identificação de dois paradigmas principais, o primeiro, constituído pela corrente inaugurada por McDougall nos Estados Unidos, que se torna mundialmente hegemônica no pós Segunda Guerra Mundial, nomeada de Psicologia Social psicológica, e um segundo modelo, surgido com a crise do primeiro nos anos 1970, chamado de Psicologia Social sociológica. Trataremos com detalhes sobre as características dos dois paradigmas nos parágrafos a seguir.

Como ciência autônoma dos demais campos científicos, a Psicologia Social teve sua emergência em solo norte-americano no século XX com forte influência da psicologia comportamental (o behaviorismo). Nos Estados Unidos, o behaviorismo tornou-se hegemônico por volta dos anos de 1930 e proporcionou o surgimento de uma compreensão individualizante do *socius*, por entender que a psicologia dos indivíduos serviria para compreender a sociedade (Almeida, 2012, p. 125). Já com a ascensão do nazismo e a migração de refugiados europeus para a América, desenvolveu-se nos EUA o segundo ramo da chamada Psicologia Social psicológica: a corrente cognitivista, ou gestaltista, da Psicologia Social.

O contexto mundial do pós-guerra foi marcado pela reconstrução das instituições europeias e japonesas sob forte influência do apoio financeiro e institucional norte-americano e a consolidação da hegemonia da Psicologia Social comportamental e cognitivista. Esta Psicologia Social é caracterizada por uma “postura individualizante, experimentalista e a-histórica, mantendo uma distinção entre indivíduo e sociedade” (Almeida, 2012, p. 125). Em pleno contexto da Guerra-Fria, seu carácter funcional transparecia em sua adequação com o *status quo* e a mesma “passou a ser compreendida como o estudo das interações humanas e debruçou-se sobre os problemas relativos às atitudes e aos valores, que podiam ser negativos, como o preconceito, ou positivos, como a liderança” (Almeida, 2012, p. 125). Para isso, a Psicologia Social valeu-se da concepção de grupo, entendido “como dispositivo de produtividade, seguindo as demandas do capitalismo avançado” daquelas nações (Almeida, 2012, p. 125-126).

A principal demanda social da Psicologia Social do período do pós-guerra consistia em “compreender as crises e convulsões que abalam o mundo” (Lane, 2006, p. 76). Fortemente pragmática, a Psicologia Social desenvolvida nos Estados Unidos, por meio do método experimental, trabalhava com “procedimentos e técnicas de intervenção nas relações sociais para garantir uma vida melhor para os homens” (Lane, 2006, p. 76). A preocupação principal das pesquisas foi a “procura de fórmulas de ajustamento e adequação de comportamentos individuais ao contexto social” (Lane, 2006, p. 76). E, como visto acima, o conceito de grupo foi determinante para a construção de uma teoria preocupada com a adaptação dos indivíduos, visando, também, o aumento de produtividade e, conseqüentemente, de

controle. Assim, “adaptação e produtividade foram os principais objetivos dessa psicologia, que, de certa forma, naturaliza o social” (Almeida, 2012, p. 129-130).

Nesse contexto, a Psicologia Social apresentava uma dicotomia em sua própria base, ou seja, trabalhava com a separação entre indivíduo e sociedade, sendo esta última entendida apenas como “um pano de fundo de um cenário, onde o indivíduo atuava, e desta forma procurava-se explicar o seu comportamento por ‘causas’ internas, tais como traços de personalidade, atitudes, motivos, quando não, por instintos” (Lane, 2006, p. 76-77). Almeida (2012, p. 127) observa que na obra *A Psicologia*, Foucault alerta para a existência, na origem da Psicologia, de “uma vontade de verdade que busca as naturezas, as essências depuradas do homem por meio de experimentos que retiram a sua história”. Estendendo essa reflexão à Psicologia Social, percebemos que as teorias behavioristas e gestaltistas “individualizaram o social, cada uma de seu jeito, e se constituíram como formas psicológicas de Psicologia Social, a primeira rebatendo o aspecto social sobre o comportamento do indivíduo e o segundo, em termos de percepção” (Almeida, 2012, p. 129). Dentro desses moldes, a Psicologia Social norte-americana, segundo Helmut Krüger, teria como principais características:

1) o individualismo – preocupação em formular leis psicológicas relativas ao indivíduo em suas relações sociais, 2) o experimentalismo, 3) a microteorização, 4) o etnocentrismo – generalização teórica de experimentos norte-americanos para a aplicação em outras culturas, 5) o cognitivismo – devido à prevalência dessa concepção em relação ao behaviorismo e à psicanálise e 6) o a-historicismo – devido à busca de formulação teórica de leis generalizáveis para o comportamento do indivíduo em sociedade, em que se essencializa o indivíduo e sua relação com a sociedade retirando seu componente histórico criador” (Almeida, 2012, p. 129).

A despeito de sua pretensão universalista, a hegemonia do paradigma experimental psicológico da Psicologia Social sofreu forte abalo nas décadas de 1960 e 1970. No desenvolvimento da Psicologia Social posterior à “crise”, os psicólogos originários da periferia do capitalismo - principalmente da América Latina, que contestaram a inadequação da aplicação do modelo hegemônico para as realidades locais - tiveram papel de destaque. Porém, o primeiro abalo sofrido pelo paradigma norte americano da Psicologia Social se iniciou na França “com o surgimento em cena da Psicologia das Representações Sociais, criada por Moscovici, que abriu uma perspectiva, dentro Psicologia Social, de se pensar de maneira dialógica a relação entre indivíduos e sociedade” (Almeida, 2012, p. 130).

Muito influenciado pela Sociologia de Durkheim, Moscovici concebe as representações sociais como similares “às representações coletivas, como formas representacionais de determinada cultura” (Almeida, 2012, p. 131). A Psicologia Social, de acordo com esse autor, deveria se debruçar sob o “dinamismo das representações em sua construção da sociedade contemporânea e das identidades fundadas nessas representações” (Almeida, 2012, p. 131). A teoria da Representação Social foi largamente associada ao conceito de ideologia, central no marxismo. Na medida em que a ideologia “se caracteriza por ser uma forma simbólica a serviço de relações de dominação” (Almeida, 2012, p. 131), as Representações Sociais podem ser ou não ideológicas, na medida em que estão fundadas ou não nas relações hegemônicas de dominação. Desta perspectiva, a teoria da Representação Social foi apropriada pelos

teóricos latino-americanos em sua luta por uma Psicologia Social comprometida com os problemas de seus respectivos países e em uma tentativa de possibilitar a conscientização dos povos, subjugado por forças ideológicas (Almeida, 2012, p. 131).

Foi a partir da década de 1960 que surge a chamada “crise da Psicologia Social”, com a constatação da impossibilidade de formar teorias globalizadoras que dessem conta dos acúmulos de dados de pesquisas, e com a crítica às bases ideológicas do paradigma norte-americano da Psicologia Social, considerado um decalque dos valores hegemônicos dessa mesma sociedade. Se em 1976, no Congresso de Psicologia Interamericano, realizado em Miami, a despeito das críticas metodológicas e teóricas ao modelo hegemônico, não houve desenvolvimento de propostas concretas para a superação dos impasses (Lane, 2006, p. 78), no congresso seguinte, realizado no Peru em 1979, o cenário era outro, já que “as críticas eram mais precisas e novas propostas surgiram, visando uma redefinição da Psicologia Social” (Lane, 2006, p. 79) com ênfase nos problemas e perspectivas próprias de alguns países da América Latina, como México, Peru e Brasil. Lane (2006, p. 76) relata que, apesar da falta de intercâmbio científico entre essas nações, os representantes da Psicologia Social dos três países expuseram condições de trabalhos e posturas análogas, fazendo com que, dada as “coincidências” da Psicologia Social nos três contextos, diversos profissionais se identificassem com os problemas apresentados. Tendo em vista esse movimento, é importante destacar que, em maior ou menor grau, a Psicologia Social produzida nos

diferentes países da América Latina reproduzia o modelo norte-americano, tanto por meio da aplicação dos conceitos, quanto pela adaptação das “técnicas de estudos e de intervenção às condições próprias de cada país, enquanto as pesquisas ditas ‘puras’ continuavam à procura de ‘leis universais’, que devem reger o comportamento social dos indivíduos” (Lane, 2006, p. 78). Dentro desse quadro,

uma das críticas mais ferozes à perspectiva norte-americana tem a ver com a neutralidade do pesquisador, a perda do humano em seu tratamento a-histórico, a falsa dicotomia entre indivíduo e sociedade, e, principalmente, com o fato de que esses modelos importados não condizem com nossa realidade” (Almeida, 2012, p. 132).

## 4.2 A Psicologia Social no Brasil

Como afirmado acima, a Psicologia Social no Brasil, de forma análoga ao ocorrido na América Latina em geral, sofreu grande influência da norte-americana, através de seus centros de estudos, onde se aperfeiçoaram cientistas e professores, ou de onde vinham professores universitários, convidados para cursos em faculdades (Araújo, 2008, p. 2). Porém, antes desse período de institucionalização do ensino da Psicologia Social em instituições públicas e privadas, alguns intelectuais brasileiros já ensaiavam interpretações a respeito do *caráter nacional* onde o fator psicológico tinha importante destaque. Essas reflexões, de cunho psicossociais, já estavam presentes em alguns pensadores do chamado “pensamento social brasileiro” surgidos na virada do século XIX para o XX (Araújo, 2008, p. 2), como, por exemplo: Sylvio Romero, Nina Rodrigues e Manuel Bonfim, “cujas ideias traziam as marcas brasileiras de uma época de pouca industrialização, domínio da oligarquia rural e um contexto intelectual regido pelo predomínio das ideias positivistas” (Araújo, 2008, p. 2-3).

Sylvio Romero, crítico literário, sociólogo e historiador sergipano nascido em 1851, escreveu na obra *História da literatura brasileira*, de 1886, sua maior contribuição para um entendimento psicossocial da realidade nacional. Em um capítulo dessa obra, significativamente intitulado *Psicologia Nacional - Prejuízo de educação: imitação do estrangeiro* - o autor declara sua crença numa psicologia dos povos. Segundo seu entendimento, “o povo brasileiro, em especial, tinha características como apatia, falta de iniciativa, desânimo e propensão para esperar a iniciativa vinda do poder” (Araújo, 2008, p. 3).

Já Raimundo Nina Rodrigues, nascido em 1862 e formado em Medicina na Bahia em 1886, foi o mais influente médico na época a defender uma concepção racista de ciência. Entre suas obras, destaca-se *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, de 1894, onde afirma “que a diferença entre os povos civilizados e bárbaros é baseada em uma organização cerebral herdada” (Araújo, 2008, p. 3). Dada a importante presença de Nina Rodrigues no campo da Medicina Legal, e sua influência nos campos médico e jurídico no país (Araújo, 2008, p. 3), trataremos das ideias desta personagem em capítulo à parte.

Contrariando as concepções racistas das reflexões de Nina Rodrigues, Manuel Bonfim, médico formado no Rio de Janeiro e nascido em 1868 em Aracaju, escreveu sua obra mais importante em 1905: *América Latina - males de origem*. Nessa obra, Bonfim destaca não apenas a importância do meio social sobre a constituição do caráter nacional, como também as ações passadas, ou seja, a importância do desenvolvimento histórico sobre o presente (Araújo, 2008, p. 3). Manuel Bonfim também é lembrado como aquele que “fundou e dirigiu o Laboratório de Psicologia Experimental no Rio de Janeiro em 1906” (Araújo, 2008, p. 3-4).

Para Jacó-Vilela *et al.* (2016), o lugar que a geração de Manuel Bonfim ocupa no pensamento psico-social brasileiro “representa uma posição que, usando com certa liberdade a noção contemporânea de ‘transdisciplinaridade’, poderíamos denominar ‘desespecializante’” (Jacó-Vilela *et. al.*; 2016, p. 259). Porém, dada as transformações sociais ocorridas ao longo da década de 1930 - “urbanização acelerada, a industrialização cada vez mais presente, a modernização de hábitos e costumes trouxeram consigo maior refinamento na divisão de trabalho, especializando-se também o labor intelectual” (Jacó-Vilela *et. al.*, 2016, p. 259) - essa desespecialização começa a perder lugar para saberes cada vez mais “especializados”, principalmente com os primeiros cursos de Psicologia Social em instituições de ensino superior a partir da década de 1930.

Na Escola Paulista de Sociologia e Política atuou como docente de Psicologia o médico Raul Carlos Briquet, cujo curso se transformou no primeiro livro acadêmico de Psicologia Social, publicado em 1935 (Araújo, 2008, p. 4). Já o segundo curso de Psicologia Social foi ministrado pelo médico Arthur Ramos, em 1935, e “resultou na edição do livro *Introdução à Psychologia Social*, publicado em 1936, na Escola de Economia e Direito da extinta Universidade do Distrito Federal” (Araújo, 2008, p. 4).

Para Arthur Ramos, “caberia à Psicologia Social estudar as bases psicológicas do comportamento social, as inter-relações psicológicas dos indivíduos na vida social e a influência total do grupo sobre a personalidade” (Araújo, 2008, p. 4). Podemos perceber nesta concepção de Psicologia Social uma dicotomia que opõe indivíduo e meio, dicotomia muito presente na Psicologia norte-americana e que influenciou várias gerações de psicólogos brasileiros.

Em 1940 foi a vez do pesquisador norte-americano Donald Pierson ministrar o curso de Psicologia Social na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Refletindo sobre os primeiros cursos de Psicologia Social no Brasil, Bonfim (2004, p. 36) reconhece a importância dos pesquisadores norte-americanos para a legitimação científica do pensamento psicossocial no Brasil, já que

até meados do século XX, a prioridade na busca do *status* de conhecimento científico para o campo psicossocial realizava-se num clima de alegada falta de espírito universitário de pesquisa e da ausência de objetividade e de imparcialidade necessárias ao país (Bonfim, 2004, p. 36).

A influência norte-americana só aumentou ao longo dos anos. Durante a segunda guerra mundial, com os acordos políticos-culturais firmados entre Brasil e os EUA, a Psicologia Social norte-americana, altamente pragmática e experimental, aterrissou em terras nacionais trazendo grandes contribuições para as técnicas de desenvolvimento das relações humanas e contribuindo para a formação de profissionais da administração pública. Não por acaso, uma importante obra de Psicologia Social publicado no Brasil, em 1959, foi uma tradução do livro de Klineberg, cujos tópicos são: cultura e personalidade; diferenças individuais e grupais; atitudes e opiniões; interação social e dinâmica de grupo; patologia social e política interna e internacional (Lane, 2006, p. 80).

É importante destacarmos que a partir da segunda metade da década de 1940 o Brasil realiza um ciclo de modernização e industrialização. Esse processo contou com a formação de institutos de ensino e pesquisa dos mais variados níveis. Nessa década, “encontramos uma geração que, se ainda é multidisciplinar em formação e inquietudes, é, também, por outro lado, mais especificamente psicológica”, por meio da “consolidação das primeiras universidades brasileiras e, aqui sim, da constituição dos campos disciplinares” (Jacó-Vilela et. al., 2016, p. 259). Dentro do contexto social mais amplo, a Psicologia Social que se desenvolveu no campo acadêmico também foi marcada pela publicação de teses de doutorado

comprometidas com a perspectiva desenvolvimentista, “como a tese de Carolina Bori, que versava sobre a *Análise dos Experimentos de Interrupção de Tarefas e da Teoria da Motivação na obra de Kurt Lewin* (1953)” (Araújo, 2008, p. 5) e a tese de Dante Moreira Leite, *Caráter Nacional do Brasileiro*, de 1954, preocupado em identificar o caráter conservador ou progressista dos autores representativos do chamado “pensamento social brasileiro” (Araújo, 2008, p. 5).

Durante esse período, Nilton Campos criou o *Boletim do Instituto de Psicologia do Rio de Janeiro*, que publicou diversos artigos sobre a situação do ensino e da pesquisa da Psicologia Social (Araújo, 2008, p. 5). O período é também marcado pelo “aumento de estudos sobre comunicação de massa, violência, papéis sociais, valores e normas, em que o sujeito era flexível às influências da informação” (Araújo, 2008, p. 5).

Enquanto no cenário internacional a década de 1960 é caracterizada por um contexto sociopolítico de contestação e crises, muitas delas fruto dos diversos movimentos contestatórios, contraculturais e por direitos civis dos grupos minoritários, que se acentuaram na passagem dos anos de 1960 para os de 1970, no plano nacional essa década é caracterizada por processos determinantes para uma viravolta em relação ao rumo que a sociedade vinha se desenvolvendo. Em 1964, dada as contradições do processo de modernização que atravessavam a nação, a crise nas instituições democráticas chegou ao ápice com a instauração da ditadura militar por meio de um golpe civil-militar, que ceifou violentamente as forças populares e democráticas do desenvolvimentismo. É nesse período que a Psicologia Social irá se desenvolver profissionalmente, tanto por conta da crescente presença de psicólogos e áreas de atuação já estabelecidas, como Psicologia corporativa e terapêuticas, quanto por conta da crescente criação de cursos e órgãos ligados à categoria, que afirmavam a sua autonomia e reconhecimento profissional por meio de Lei que regulamentou o ensino da Psicologia no ensino superior (Araújo, 2008, p. 7).

O surgimento de novos cursos superiores foi benéfico às demandas do mercado por profissionais da área para atuarem em empresas, o que incentivou o surgimento de cursos em instituições privadas<sup>2</sup>. Porém, apesar desse cenário, ecos

---

<sup>2</sup> “Até 1963, existiam 9 cursos de Psicologia no Brasil, sendo 6 em instituições confessionais católicas e 3 em instituições públicas. De 1964 até 1979 foram criados outros 63 cursos, sendo 14 em



da crise internacional e dos impasses do contexto nacional exigiam dos profissionais da Psicologia Social tomadas de posições tanto de caráter teórico-metodológico, quanto político-ideológicas. Parecia que a Psicologia Social não mais dava conta de realizar suas promessas, e sua inconsistência teórica e metodológica, a despeito de sua diversidade, se mostrava deslocada da complexidade das vivências sociais (Araújo, 2008, p. 5):

No âmbito acadêmico, esta crise se expressou em um confronto de visões sobre o objeto, as teorias e o método que deveriam estar associados ao trabalho do psicólogo, entendendo que estes estavam (ou não) perpassados por valores. Para grande parte dos professores, certas teorias representavam um estreitamento da mirada, do encurtamento das perspectivas, da redução da perspectiva humana ao fato psíquico interno, isolado do mundo. Tudo isto parecia gerar um território “psi” que, se era conveniente e satisfatório para alguns, era sufocante para muitos outros (Jacó-Vilela *et al.*, 2016, p. 531).

Foi graças às repercussões da chamada “crise da Psicologia Social” em solo nacional e dos frutos do Congresso Interamericano realizado no Peru que novas propostas de mudanças se apresentaram. Primeiramente, alguns psicólogos que participaram do Congresso do Peru promoveram “um encontro de Psicologia Social, com seminários sobre problemas urbanos e grupos de trabalho sobre temas pesquisados”; também foi a partir desse encontro que foi proposta a criação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), “visando um maior intercâmbio entre cientistas de diferentes regiões e baseada em preocupações comuns aos presentes” (Lane, 2006, p. 81).

Ao longo da década de 1980, num contexto marcado por greves operárias e movimentos sociais que faziam frente às espoliações advindas do projeto político-econômico dos militares e das elites econômicas, pesquisadores e profissionais da Psicologia Social se voltaram aos movimentos sociais de base e às comunidades carentes. Esse período foi marcado pela construção de uma nova identidade da Psicologia Social. Atuando lado a lado com movimentos sociais de diversas ordens, debatendo e refletindo seu papel em encontros de congressos e em publicações, a Psicologia Social passou de uma fase inicial de constituição da própria identidade profissional, com lutas visando a afirmação da corporação, para uma fase de definições sobre sua atuação na realidade brasileira (Araújo, 2008, p. 8).

---

instituições confessionais (católicas e protestantes), 22 em instituições públicas e 27 em instituições privadas. Fonte: INEP” (Jacó-Vilela *et al.* 2016, p. 535).

Protagonista na renovação da Psicologia Social no Brasil foi a psicóloga Silvia Lane, docente e pesquisadora da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Para ela, o enfoque da Psicologia Social “é estudar o comportamento de indivíduos no que ele é influenciado socialmente” (Lane, 2006, p. 8). Ou seja, a Psicologia Social “estuda a relação essencial entre o indivíduo e a sociedade, esta entendida historicamente, desde como seus membros se organizam para garantir sua sobrevivência até seus costumes, valores e instituições para a continuidade da sociedade” (Lane, 2006, p. 10). Sendo sua grande preocupação “conhecer como o homem se insere nesse processo histórico, não apenas em como ele é determinado, mas principalmente, como ele se torna agente da história, ou seja, como ele pode transformar a sociedade em que vive” (Lane, 2006, p. 10).

Ao relatar os primeiros esforços de Silvia Lane em transformar epistemológica e metodologicamente a Psicologia Social no Brasil, Jacques *et al.* (2007, p. 13), citam duas importantes publicações realizadas por Lane, e suas influências em um contexto em que a literatura disponível sobre Psicologia Social ainda era reprodução do modelo tradicional:

O primeiro desafio de publicação, *O que é Psicologia Social*, de Silvia Lane, da Coleção Primeiros Passos da Editora Brasiliense, editado em 1981, passa a ser leitura constante de alunos de cursos universitários de todo o país, sinalizando para a necessidade de um conhecimento alternativo em Psicologia Social. Dessa sinalização, nasce *Psicologia Social: o homem em movimento*<sup>3</sup>, em 1984, texto de vários autores organizado por Silvia Lane e Wanderley Codo, que se torna, desde então, um marco referencial na Psicologia Social brasileira (Jacques *et al.*, 2007, p. 13).

Em *O que é Psicologia Social*, Silvia Lane pontua os principais temas e abordagens que a nova Psicologia Social deveria se preocupar: o entendimento de “como o grupo, ou grupos, a que pertencemos definem nossa identidade social”; entendimento da formação da “nossa concepção de mundo e das coisas que nos cercam, através da linguagem, e como ela determina valores e explicações, de modo a manter constantes as formas e relações entre os homens (a ideologia e representações sociais)”; a “análise das instituições como família, escola, levando à

---

<sup>3</sup> Sobre essa publicação, de autoria coletiva, cabe apontarmos que uma de suas autoras é a professora Iray Carone. Além de orientar o doutorado de Maria Aparecida Bento, mais importante pesquisadora sobre o tema da branquitude no Brasil, Carone coordenou o projeto de pesquisa considerado um marco nos estudos sobre branquitude no campo da Psicologia Social brasileira, que se materializou no livro *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*, do qual trataremos em outra parte desse trabalho.

reprodução das condições sociais, e em que circunstâncias elas podem propiciar o desenvolvimento da consciência social”, com “ênfase especial [...] para o trabalho humano, na sua relação com as classes sociais, e em que condições ele pode gerar consciência de classe, fazendo dos indivíduos agentes da história de sua sociedade” (Lane, 2006, p. 11). Com esse breve quadro das questões que Lane esboça das preocupações da Psicologia Social de perspectiva crítica, podemos perceber que “a Psicologia Social brasileira (sociohistórica) se fundamentava no método do materialismo dialético, visando ao compromisso social” (Almeida, 2012, p.132):

a Psicologia sociohistórica apostou principalmente no caráter histórico das relações sociais. Seu foco de análise recai sobre as realidades concretas do homem brasileiro e se vale da conceitualização da ideologia como fundamentadora das relações de dominação e da possível conscientização, mediante trabalhos em grupos, para permitir que os homens se desvencilhem dos poderes hegemônicos (Almeida, 2012, p.132).

No que diz respeito à sua metodologia, a Psicologia Social crítica também se diferenciou radicalmente das premissas metodológicas do modelo norte-americano. Ao negar a neutralidade científica e a separação entre sujeitos do conhecimento e objetos de estudos como características ideológicas da ciência hegemônica, a Psicologia Social crítica apostou “no trabalho com grupos através de métodos como a pesquisa-ação e a pesquisa-participação”, marcado pelo “caráter participativo, o interesse na transformação social do grupo, pela conscientização” (Almeida, 2012, p.133), demarcando, assim, o próprio objetivo da Psicologia Social diante da realidade social: não mais uma ciência com objetivo de adequar os indivíduos ao grupo social, através da mudança de aspectos comportamentais ou cognitivas, mas uma prática que, ao conceber os indivíduos como sujeitos históricos, visa à autonomia e transformação comprometida com as comunidades e sujeitos não hegemônicos.

Essa postura mais ativa dos psicólogos se reforçou nos anos de 1990, com o reconhecimento público do papel dos profissionais em diversas âmbitos da sociedade - “o psicólogo começou a ser visto como profissional da saúde; a profissão se aproximou dos contextos sociais; houve aumento do número de profissionais em outros campos de trabalho não tradicionais” (Araújo, 2008, p. 8) - e as reflexões da categoria a respeito da própria reformulação de suas atividades. Seguindo essa tendência iniciada já no período de redemocratização do país, a Psicologia Social continua no novo milênio a afirmar seu compromisso social e “está

sendo construída por profissionais que estão aí, em pleno exercício das suas atividades, comprometendo-se com as demandas e necessidades explícitas em seus locais de atuação” (Araújo, 2008, p. 9). Ao afirmar o compromisso com o social, a Psicologia Social também se interessa pela “multiplicidade do cotidiano”, somando, assim, em seu campo de atuação novos objetos. Desta maneira, a Psicologia Social na atualidade não é apenas

a Psicologia “aplicada” a estabelecimentos, situados em determinados espaços físicos — a clínica, a indústria, a escola —, mas aquela voltada para as situações concretas da vida e produtora de novos conhecimentos: a criança em situação de rua ou em conflito com a lei, as relações de gênero, a conjugabilidade, a saúde mental, a saúde do trabalhador, a sexualidade e, mais recentemente, as relações étnico-raciais (Jacó-Vilela *et al.*, 2016, p. 533).

Para a realização dessa aproximação da concretude cotidiana, a Psicologia Social precisou se afastar dos pressupostos derivados de sua institucionalização como uma especialidade da Psicologia e voltar-se para as Ciências Sociais - como a Sociologia, Antropologia e a História - ou mesmo outros campos das humanidades, como a filosofia. No início do novo século, um forte movimento político surgido no seio da ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social), reivindica a autonomia da Psicologia Social como campo do saber científico, fazendo frente à posição do CFP (Conselho Federal de Psicologia) que, através da Resolução 05/2003, “reconheceu a Psicologia Social como Especialidade em Psicologia, igualmente para fins de concessão e registro do título de Especialista” (Arantes, 2005, p. 81). De acordo com Arantes (2005, p. 81) “tal decisão, longe de ser ponto pacífico entre os psicólogos, ensejou inúmeros questionamentos, a começar pelo próprio entendimento do que seja a Psicologia Social”. Desta forma, alguns psicólogos sociais questionam a Resolução 05/03 da CFP, “que fortalece a tendência de a Psicologia Social se tornar apenas uma disciplina básica no currículo da Psicologia” (van Stralen, 2005, p. 93). Para esses profissionais, a Psicologia Social é uma área interdisciplinar autônoma, ou seja, “campo de interseção entre a Psicologia e a Sociologia” (van Stralen, 2005, p. 94), uma “ciência que aborda fenômenos básicos do funcionamento da sociedade e cultura e possui uma intencionalidade voltada para a transformação do social” (van Stralen, 2005, p. 97).

## **5 PANORAMA HISTÓRICO DOS ESTUDOS SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A BRANQUITUDE NA PSICOLOGIA SOCIAL**

Como visto nos parágrafos acima, as reflexões sobre as relações étnico-raciais no Brasil estiveram presentes no pensamento psico-social desde as suas primeiras expressões com o chamado “pensamento social brasileiro” da passagem do século XIX para o XX. Além de aprofundarmos nesse período que deu origem ao dito “problema do negro” no Brasil, veremos agora como a problematização sobre as relações étnico-raciais no Brasil também esteve presente em outros momentos da história da Psicologia Social brasileira até a atualidade.

### **5.1 Estudos sobre as relações étnico-raciais na Psicologia Social**

Ao construir a linha no tempo do pensamento psicológico brasileiro sobre as relações étnico-raciais, Santos, Schucman e Martins (2012, p. 168) identificam “3 momentos principais de ruptura e de configuração de novos saberes”: o primeiro momento seria caracterizado pelo contexto político-social do Brasil na virada do século XIX para o XX e teria como marca as preocupações da elite intelectual com o fim da escravidão e as demandas de construção de um modelo de sociedade fundada nos valores eurocêntricos de civilização e progresso. Esse momento, fortemente influenciado pelas teorias evolucionistas, é caracterizado como a linha de pensamento biológico-casual. O segundo momento surge no período de constituição da Psicologia como campo acadêmico. Sua maior influência teórica foram os estudos culturais dos antropólogos e sociólogos norte-americanos e por esse motivo foi nomeada de linha de pensamento culturalista. Além de receber apoio de programas da ONU e outras instituições filantrópicas, se desenvolveu com influência de professores norte-americanos na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Já o terceiro momento iniciou-se em 1990 e é caracterizado pelos estudos de Psicologia sobre branqueamento e branquitude, com a publicação das pesquisas de “Jurandir Freire Costa, Irai Carone, Maria Aparecida Bento e Edith Pizza, e de debates e ações de promoção da igualdade étnico-racial no Brasil” (Santos; Schucman; Martins, 2012, p. 168). Antes de tratarmos especificamente dos estudos

críticos sobre a branquitude, iremos fazer um esboço da particularidade de cada um desses diferentes momentos dos estudos das relações étnico-raciais no Brasil pela Psicologia Social.

O final do século XIX e início do XX surgem as primeiras investigações da psicologia do negro no Brasil. É nesse período que o “olhar científico sobre esse grupo social fornece os elementos necessários para a configuração do negro como sujeito psicológico e objeto da ciência” (Santos; Schucman; Martins, 2012, p. 167). Importante ressaltarmos os fatores históricos e sociais que envolveram o surgimento desse tipo de preocupação científica por parte da elite intelectual brasileira: o Brasil se tornou independente de Portugal a menos de um século e sua elite almejava que o país se firmasse como nação seguindo o modelo civilizacional dos centros hegemônicos; a jovem nação sofria forte pressão internacional para o fim da escravidão e grande parte da população era constituída por pessoas escravizadas, ex-escravos ou descendentes destes, que, para o pensamento hegemônico da época, eram considerados como pertencentes à uma raça inferior, uma massa que representava um entrave para o progresso desejado. Essas questões fizeram com que a vida intelectual no Brasil fosse atravessada pela contradição entre o imperativo das ideias europeias de civilização e progresso e as particularidades da realidade local, que, na cabeça das elites pensantes, poderia ser resumida pela questão: como o Brasil poderia se desvencilhar das influências derivadas de séculos de regime escravagista e da presença maciça de negros como contingente populacional expressiva do pós-escravidão para se afirmar como uma nação moderna? É desta forma que, juntamente com a necessidade de realização do ideal de nação, surgia o “problema do negro” para os cientistas no Brasil. Em outras palavras, a “articulação entre raça e nação produzia seus primeiros efeitos com base em estudos acadêmicos sobre o negro e sobre a análise dos aspectos sociais, culturais e políticos decorrentes da presença desse grupo na sociedade brasileira” (Santos; Schucman; Martins, 2012, p. 168).

No que diz respeito ao campo científico propriamente dito, a ciência produzida na Europa e Estados Unidos na passagem do século XIX e XX estava balizada por concepções racialistas e evolucionistas, e serviam de paradigmas às pesquisas das nações às margens dos centros hegemônicos do capitalismo que almejavam

alcançar as luzes de civilização ocidental. Visando o progresso e o ideal de civilização, o conhecimento científico era concebido como um importante instrumento de intervenção na sociedade (Santos; Schucman; Martins, 2012, p. 168). Entre as teorias que ofereciam as ferramentas necessárias para a atuação na realidade social estava a eugenia.

A eugenia consistiu em uma teoria racista de grande influência na época. Foi criada pelo estatístico, naturalista e psicólogo inglês Francis Galton (1822-1911), cuja obra *Hereditary genius*, de 1869, é considerada a primeira teorização da ciência do “melhoramento racial humano” (Masiero, 2005, p. 199):

Nesta obra, Galton definiria as diretrizes para o estudo e manipulação da hereditariedade com o objetivo de melhorar ao máximo as qualidades inatas das ‘raças humanas’, sobretudo suas habilidades mentais. Assim, justificava o fornecimento de maiores incentivos materiais para grupos que, embora numericamente pequenos, se destacassem em várias atividades, como artísticas, científicas ou econômicas. Galton queria assegurar que os indivíduos e grupos de melhor ‘qualidade racial’ gerassem descendentes em maior quantidade (Masiero, 2005, p. 199).

Para os adeptos da teoria de Galton, existiriam duas formas de colocar em prática o melhoramento racial humano: o isolamento e eliminação gradual de indivíduos e grupos raciais considerados inferiores, prática chamada de eugenia negativa; e a identificação e incentivo da procriação de grupos e indivíduos raciais portadores de características e atributos físicos, psicológicos e morais mais elevados, prática essa chamada de eugenia positiva. É inegável que ambas as concepções de eugenia fincaram raízes no Brasil e continuam a influenciar o pensamento e as condutas de agentes em importantes instituições no país.

O marco da chegada das ideias eugênicas ao Brasil é datado com a vinda do conde francês Joseph Arthur Gobineau, entre abril de 1869 e maio de 1870, como diplomata. Gobineau escreveu que no Brasil teria encontrado a comprovação de que a miscigenação entre raças humanas inferiores e superiores levaria à degeneração dessas últimas, criando, assim, legitimação ideológica para as práticas de eliminação, criminalização e encarceramento - penal e psiquiátrico - de indivíduos e grupos racializados, ou seja, as bases teóricas para a realização do branqueamento da população brasileira.

Como já foi assinalado, o mais influente representante do pensamento racista no Brasil foi o médico Raimundo Nina Rodrigues, que, baseando-se na tese racista de que “os seres humanos são desiguais por natureza devido às

diferentes aptidões inatas que fazem de uns superiores e outros inferiores”, produziu “estudos relacionando raça, patologias psiquiátricas e tipologias criminais” (Santos; Schucman; Martins, 2012, p. 169). Para Nina Rodrigues e muitos outros acadêmicos da época, o principal problema do Brasil, e que atingia principalmente a Bahia, era não apenas a grande quantidade de negros, como também a miscigenação entre indivíduos pertencentes às diferentes raças. A miscigenação era condenada por esses intelectuais pois era a principal responsável pela degeneração racial de um povo, o que fez com que o negro e suas supostas patologias inatas passassem para o centro das atenções do pensamento sobre a constituição da psique-social dos brasileiros. Desta forma, o “discurso formulado a partir da constituição da ideia de degeneração da raça, que tem seu eixo central no problema negro”, também foi a base para a constituição da Medicina Legal e influenciou diretamente o pensamento jurídico do Brasil (Santos; Schucman; Martins, 2012, p. 169), já que as mudanças estruturais pela qual passava a nação - crescimento populacional dos grandes centros urbanos, processo incipiente de industrialização, e grandes fluxos migratórios - traziam novos receios às elites dominantes e a necessidade de mecanismos de controle e repressão da grande massa de indivíduos indesejados:

para as elites política e intelectual brasileiras do final do século XIX, os descendentes da escravidão eram as nossas “massas”, perigosas como as estudadas por Le Bon (1895/1954), posto que foi na tentativa de compreendê-las/controlá-las que o pensamento psicossocial deu seus primeiros passos no país (Jacó-Vilela *et al.*, 2016, p. 528).

Esse “modelo psicofísico de explicação sobre as deficiências do negro brasileiro e sobre as consequências sociais da manutenção do convívio com essa raça” (Santos; Schucman; Martins, 2012, p. 169) também foi determinante para justificar e incitar as políticas de substituição de mão de obra negra por populações europeias nas décadas que se seguiram ao fim da escravidão, que, juntamente com a exclusão e criminalização da população negra e sua cultura, serviu à ideologia do branqueamento, “espécie de darwinismo social que apostava na seleção natural em prol da ‘purificação étnica’, na vitória do elemento branco sobre o negro” (Carone, 2014, p. 16). Aspecto de extrema importância para entendermos as relações étnico-raciais no Brasil, convém não dissociarmos as políticas de substituição de mão de obra escravizada por migrantes europeus, à primeira vista, derivadas de uma necessidade puramente econômica, das teorias eugênicas que davam



embasamento científico ao racismo de importantes membros da elite intelectual brasileira e, conseqüentemente, ao ideal de branqueamento da população brasileira. Isso porque,

As políticas imigratórias do Estado brasileiro refletiam a preocupação de impedir a “decadência dos brancos” pela vitória dos mestiços através de propostas públicas de favorecimento maciço de imigrantes europeus, considerados superiores aos africanos e asiáticos (Carone, 2014, p. 17).

Refletindo sobre a influência das teorias eugênicas na formação da psicologia racial, Masiero (2005) afirma que no Brasil,

[...] estas ideias foram bem aceitas, tomando uma interpretação adaptada à realidade nacional. Os saberes psicológicos tiveram intenso contato com as teorias raciais, pois estas forneciam subsídios para abordar problemas como as causas da loucura (Rocha, 1901<sup>4</sup>), saúde mental (Cunha-Lopes, 1954<sup>5</sup>), inteligência (Kehl, 1929<sup>6</sup>), personalidade (Kehl, 1946<sup>7</sup>), educação (Decroly, 1929<sup>8</sup>) e do comportamento individual e social (Cavalcanti, 1933<sup>9</sup>) (Masiero, 2005, p. 200).

Nota-se que as publicações referenciadas por Masiero datam, em sua maioria, das primeiras décadas do século XX, indicando a influência das ideias eugênicas e do ideal de “higiene racial” presente na elite intelectual que atuavam para o *progresso* da sociedade brasileira. Dois importantes momentos de cooperação do pensamento psicológico e a teoria da eugenia no Brasil foram a criação da Sociedade Eugênica de São Paulo (1918-1920) que, a despeito de seu breve tempo de existência, contou com a participação ativa de influentes intelectuais, escritores e membros da elite sudestina, e a realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929, no Rio de Janeiro (Masiero, 2005, p. 200):

Envolvendo boa parte da intelectualidade brasileira, estes eventos trataram direta ou indiretamente de problemas acerca da psicologia do brasileiro, abordando assuntos como o comportamento, a inteligência, a personalidade etc., tentando reduzir a psicologia à questão racial (Masiero, 2005, p. 200).

Já o período de 1930 a 1950, foi “caracterizado pela introdução da Psicologia no ensino superior e pelo debate sobre a construção sociocultural das diferenças”

<sup>4</sup> ROCHA, F. Causas da loucura. **Revista Médica de São Paulo**, São Paulo, n. 5, 1901.

<sup>5</sup> CUNHA-LOPES, I. **Higiene mental**: sinopse de psiquiatria à luz dos modernos conhecimentos de genética, eugenia, psicopatologia, profilaxia, psiquiatria e pedagogia. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1954.

<sup>6</sup> KEHL, R. F. Hereditariedade e inteligência. **Boletim de Eugenia**, v. 6, n. 8, 1928.

<sup>7</sup> KEHL, R. F. **Tipos vulgares**: introdução à psicologia da personalidade. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1946.

<sup>8</sup> DECROLY, O. A selecção dos bem-dotados. **Boletim de Eugenia**, v. 18, n. 1-2, 1929.

<sup>9</sup> CAVALCANTI, P. Investigações sobre as religiões do Recife: uma seita panteísta. **Arquivos da Assistência a Psicopatas de Pernambuco**, v. 3, n. 58-68, 1933.

(Santos; Schucman; Martins, 2012, p. 167). Como vimos acima, os principais nomes da Psicologia Social desse período foram Raul Briquet, Arthur Ramos, Donald Pierson. Junto a esses, podemos juntar os nomes de Virginia Leone Bicudo, Aniela Ginsberg e Dante Moreira Leite, como os responsáveis pela formulação “crítica e de desconstrução do determinismo biológico das raças na constituição do campo da Psicologia e da Psicologia social no Brasil” (Santos; Schucman; Martins, 2012, p. 167).

No livro de 1935, derivado de seu primeiro curso de Psicologia Social no Brasil, de 1930 na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, Raul Briquet destaca a importância dos grupos sociais e trata de “questões relativas ao preconceito racial, em um momento em que ao preconceito contra negros eram acrescidas barreiras à imigração japonesa no País” (Santos; Schucman; Martins, 2012, p. 169). Já o livro de Arthur Ramos de 1936, derivado do segundo curso de Psicologia Social no país, o autor critica a “visão determinista biológica de raça de seu mestre Nina Rodrigues na explicação da inferioridade dos negros usando um viés culturalista” (Santos; Schucman; Martins, 2012, p. 169-170).

Já Donald Pierson, se destacou nos estudos sobre as relações étnico-raciais no Brasil com a obra *Negroes in Brazil: a Study of Race Contact at Bahia*, “fruto de sua tese de doutorado defendida na Escola de Chicago, em 1939” (Santos; Schucman; Martins, 2012, p. 170). Porém, a influência de Donald Pierson sobre a virada culturalista dos estudos étnico-raciais no Brasil vai além dessa obra, já que o pesquisador e professor norte-americano, responsável pelo terceiro curso de Psicologia Social no Brasil nos anos de 1940, também na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo,

traz para seu curso de Psicologia Social a influência dessa escola americana [Escola de Chicago], conhecida por inaugurar um pensamento sociológico centrado nos problemas sociais e na sua reparação; assim, em seu curso, focaliza os conceitos de indivíduo, grupo, comportamento e comunicação à luz das temáticas da imigração, da desorganização social e das relações étnico-raciais (Bonfim, 2004, p. 35 *apud* Santos; Schucman; Martins, 2012, p. 169-170).

Em 1950, pesquisadores associados à Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, sob a coordenação de Florestan Fernandes e Roger Bastide, desenvolvem um importante trabalho de pesquisa a respeito do preconceito racial no Brasil solicitado pela UNESCO, que, influenciada pela ideologia freyriana da

*democracia racial*, “buscava entender aquilo que considerava uma experiência singular e bem sucedida de acomodação de diferenças raciais em um país, e envolvia trabalhos em Pernambuco, Bahia, Amazonas, Rio de Janeiro e São Paulo” (Santos; Schucman; Martins, 2012, p. 170). Neste trabalho se destacam duas importantes pesquisadoras, Virginia Leone Bicudo e Aniela Ginsberg.

Sob a orientação de Donald Pierson, Virginia Bicudo concluiu em 1945 “a primeira dissertação de mestrado sobre relações étnico-raciais defendida em uma instituição universitária brasileira: Estudo de Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo” (Santos; Schucman; Martins, 2012, p. 170). Nesse estudo, a pesquisadora, por meio de entrevistas com pais de alunos de escolas públicas de São Paulo, constata a existência de “preconceito de cor, que se manifesta à medida que o negro ascende socialmente” (Santos; Schucman; Martins, 2012, p. 170). O sentimento de rejeição por conta do preconceito racial mobiliza os sujeitos negros, por meio da conscientização racial, a se esforçarem na “superação do sentimento de inferioridade e a busca por instrução e posições de maior destaque”, mesmo que o preconceito imponha limites à ascensão social desejada (Santos; Schucman; Martins, 2012, p. 170). Em seu estudo, a pesquisadora segue as premissas dos estudos sobre atitudes raciais realizadas nos Estados Unidos, articulando “análise sociológica (estrutura de classes, mobilidade social, valores sociais) com Psicologia social (atitudes sociais)” (Santos; Schucman; Martins, 2012, p. 170), fazendo frente ao modelo biológico-determinista que predominavam no campo de estudos raciais até então. Importante destacar que essa interface entre Sociologia e Psicologia Social ganhou maior espaço no final do pós-guerra, dada a necessidade de superação das teorias raciais legitimadoras das políticas de extermínio postas em prática pelos nazistas e o reconhecimento de modelos de integração racial considerados por intelectuais ligados à ONU como bem sucedidos.

Aniela Ginsberg realizou para a UNESCO a *Pesquisa sobre as Atitudes de um Grupo de Escolares em São Paulo em Relação com as Crianças de Cor*. Seguindo o modelo norte-americano de estudos sobre as atitudes raciais, a autora “investiga a preferência das crianças em relação a bonecas negras e brancas, analisando as justificativas dessas preferências” (Santos; Schucman; Martins, 2012, p. 171). Aniela lecionou em importantes instituições de São Paulo e na Bahia e é considerada uma das principais autoras de Psicologia na década de 1950 no Brasil

(Santos; Schucman; Martins, 2012, p. 171). Em suas pesquisas, estudou os “grupos sob diversos aspectos (raças, idades, sexos) com o objetivo de compará-los” (Santos; Schucman; Martins, 2012, p. 171). Além de questionar a universalidade do saber psíquico, as pesquisas de Aniela Gisnberg concluíram que as especificidades raciais, culturais e nacionais “se devem mais às variáveis externas do que às variáveis internas dos sujeitos pesquisados, ou seja, são os determinantes do meio que geram as diferenças e as particularidades” (Santos; Schucman; Martins, 2012, p. 171).

Ao lado de Virginia Bicudo e Aniela Gisnberg, outro importante pesquisador responsável para o desenvolvimento do estudo sobre relações raciais no campo da Psicologia Social foi Dante Moreira Leite, que em 1950 publicou o artigo *Preconceito Racial e Patriotismo em Seis Livros Didáticos*, onde denuncia a “falta de fundamento científico do preconceito racial e mostra que, a partir da compreensão dos processos subjetivos que interferem na percepção, é possível entender porque tal preconceito se mantém” e “justifica o domínio, a opressão e os tratamentos e as oportunidades desiguais” (Santos; Schucman; Martins, 2012, p.170). Assim, os três pesquisadores brasileiros supracitados foram fundamentais

para desconstruir a visão determinista biológica das raças que prevalecia na Psicologia até então e para mostrar que é na interação dos indivíduos com os grupos e com a sociedade que as diferenças podem transformar-se em desigualdades (Santos; Schucman; Martins, 2012, p.170).

## 5.2 Estudos da branquitude na Psicologia Social

No Brasil, os estudos de Psicologia Social sobre branquitude tiveram início na segunda metade dos anos de 1990 e significou uma reviravolta sobre as pesquisas das relações étnico-raciais. Considerando as principais publicações sobre o tema até este período, é verificável que, apesar da diversidade das linhas teóricas, do antagonismo dos posicionamentos ideológicos e da multiplicidade de enfoques e metodologias, existe uma característica em comum a maioria desses estudos: tantos os que têm o negro e o mestiço como grupos raciais responsáveis pela degeneração da população brasileira, à maneira das reflexões racistas de Ninna Rodrigues, quanto os estudos críticos à discriminação e à desigualdade social, em que os negros aparecem como grupo não integrado à sociedade de

classes, como nos estudos que seguiram o caminho aberto pelo sociólogo Florestan Fernandes e demais pesquisadores vinculados à Escola de Sociologia de Política de São Paulo, é patente que os problemas advindos das particularidades da relações étnico-raciais no Brasil apareça como um “problema do negro”. Já os estudos críticos sobre a branquitude, significou uma mudança de perspectiva, um deslocamento do foco onde o centro do problema do racismo e da discriminação racial deixou de ser o negro e, através de uma perspectiva relacional, passou a focar o grupo e os indivíduos responsáveis pela realização e manutenção do próprio racismo, ou seja, o branco (Alves, 2010, p. 26; Cardoso, 2008, p. 174; Oliveira, 2007, p. 31; Santos; Schucman; Martins, 2012, p.172; Schucman, 2014, p. 45).

De acordo com Lia Schucman, os estudos críticos sobre branquitude tiveram origem nos Estados Unidos no início da década de 1990 e representaram uma radical mudança de enfoque sobre as relações raciais e o racismo no contexto estadunidense:

A partir da década de 90 do século passado, os estudos sobre raça e racismo nos Estados Unidos começam a mudar seu enfoque, e novos olhares sobre o tema começam a surgir. O movimento de mudança nesses estudos se deu quando os olhares acadêmicos das Ciências Sociais e humanas se deslocaram dos “outros” racializados para o centro sobre o qual foi constituída a noção de raça, ou seja, para os brancos (Schucman, 2020, p. 49)

Porém, antes desse período de consolidação dos estudos críticos sobre branquitude nos EUA, alguns pensadores, das mais diversas áreas, já problematizaram o racismo como um problema dos brancos, e não dos negros. O precursor dos estudos sobre a branquitude foi o sociólogo, filósofo e historiador negro norte-americano W. E. B. Du Bois, que em seu estudo de 1935, chamado *Black Reconstruction in the United States*, explica a origem e a consolidação da supremacia branca nos EUA por meio da análise histórica da dinâmica entre raça, classes e *status* social nesta nação. Indagando-se sobre o que impulsionou a classe trabalhadora pobre dos Estados Unidos à compactuarem com a elite branca racista contra com os trabalhadores negros, Du Bois cria o conceito de “salário público e psicológico” dos brancos, que consistiu, entre outras coisas, no acesso aos cargos públicos, direito ao voto, acesso aos lugares públicos que os brancos partilhavam exclusivamente entre si. Esse privilégio possibilitado aos brancos pobres diz respeito não apenas ao acesso aos bens, serviços e direitos, como também a um ganho

psicológico, já que possibilitou sua identificação com o grupo hierarquicamente superior, a elite branca, e seu afastamento do grupo social mais inferiorizado, os negros. Assim, o abismo social entre brancos e negros pobres, baseado na criação de um *status* racial diferenciado, ou seja, uma hierarquização social marcada pela ideia de raça, criou a coesão entre brancos pertencentes às diferentes classes sociais por meio de uma identidade racial, a própria branquitude, que permitia a partilha de privilégios materiais e simbólicos, gerando, consequentemente, “a aceitação do racismo pela classe trabalhadora branca” (Schucman, 2020, p. 52).

Já nos anos de 1950 e 1960 as reflexões a respeito da branquitude e as formas de subjetivação da dominação branca ganham novo fôlego com os escritos anti-colonialistas de jovens intelectuais negros formados na França. Frantz Fanon, jovem psiquiatra e filósofo martinicano, publicou em 1952 seu livro *Pele negra, máscaras brancas*, onde “discute diversos assuntos ligados à questão da raça e a relação entre colonizado e colonizador como categorias importantes para se entender a constituição de subjetividades de sujeitos brancos e negros em contato” (Schucman, 2020, p. 52). Ao refletir sobre as subjetividades formadas na experiência colonial, Fanon utiliza da noção de *máscara branca* para se referir à dominação subjetiva por meio da construção de identidades. No caso, *máscara branca* estaria relacionada à negação da auto-imagem do negro, sua cultura e seu próprio corpo e o pacto com os atributos próprios dos colonizadores, ou seja, a branquitude (Schucman, 2020, p. 52). A estrutura colonial de dominação teria efeitos perversos na psique dos negros, já que atuaria na “rejeição de si próprio [...], e em uma tentativa de fuga das características estereotipadas associadas negativamente aos não brancos na sociedade ocidental” (Schucman, 2020, p. 52). Por outro lado, essa estrutura de dominação também atuaria de forma negativa sobre a subjetividade dos brancos, já que, enquanto “a desgraça do homem de cor é ter sido escravizado, [...] a desgraça e a desumanidade do branco consistem em ter matado o homem em algum lugar. Consiste, ainda hoje, em organizar racionalmente essa desumanização” (Fanon, 2008, p. 190-191 *apud* Schucman, 2020, p. 52).

Outros conceitos mobilizados por Fanon para explicar a forma como a subjetividade do branco se relaciona com a manutenção do poder da branquitude são “medo social” e “falsa projeção”. Em relação ao primeiro, Bento (2002, p. 13) nos informa que, para Fanon,

ter fobia do negro é ter medo do biológico, pois o negro só é visto como ser biológico. Fanon explica que, para o africano, não há esse medo do biológico. O ato sexual é apresentado como natural. O africano continuará sempre, durante toda a sua vida, a ter presente no espírito esta noção, enquanto o europeu conservará inconscientemente um complexo de culpabilidade, que nem a razão nem a experiência jamais conseguirão fazer desaparecer completamente. [...] As representações que os europeus têm sobre os negros estão matizadas de sexualidade: no inconsciente europeu foi elaborado um crescendo excessivamente negro onde estão adormecidas as pulsões mais imorais, os desejos menos confessáveis (Bento, 2002, p. 13).

Já a falsa-projeção, consistiria em um mecanismo de compensação psíquica que realizaria a negação dos brancos por aquilo que sua moral e sua cultura rejeitam. Ou seja, não podendo assumir o desejo de suas próprias pulsões, o branco projetaria no *outro* aquilo que deseja. Para Bento (2002), as duas noções, medo social do negro e falsa-projeção, seriam incontornáveis para entendermos a branquitude enquanto fenômeno social e psicológico à serviço da desumanização dos negros e, conseqüentemente, da legitimação da dominação branca (Bento, 2002).

Não é apenas em autores estrangeiros que encontramos importantes reflexões a respeito da branquitude anterior aos anos de 1990. Guerreiro Ramos é lembrado como aquele que introduziu no Brasil “uma perspectiva que aponta as consequências do racismo e da ideologia do branqueamento para o próprio branco brasileiro” (Schucman, 2020, p. 57). O sociólogo refletiu com maior profundidade a respeito da branquitude num ensaio de 1957, significativamente intitulado *A patologia do “branco” brasileiro*. Nesse texto, Ramos utiliza o termo “branquidade” para se referir às características presentes naquilo que as autoras contemporâneas da Psicologia Social chamam de branquitude. Para Ramos, branquidade seria uma forma de racismo como valor estético, que atuaria na hierarquização das características estéticas e culturais de brancos e negros. Já a patologia do branco brasileiro, consistiria na sistemática negação de elementos originários da cultura negra presentes na cultura brasileira. Além da crítica ao ideal da hegemonia cultural branca e do branqueamento da população brasileira, Schucman (2020, p.58) pontua que Ramos também é importante por ser um dos primeiros intelectuais a denunciar a forma como as Ciências Sociais apreendem o negro como um ser objetivado, negando o estatuto de sujeitos históricos aos indivíduos pertencentes aos grupos racializados:

Há o tema do negro e há a vida do negro. Como tema, o negro tem sido, entre nós, objeto de escarpelação perpetrada por literatos e pelos chamados “antropólogos” e “sociólogos”. Como vida ou realidade efetiva, o negro vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe têm permitido as condições particulares da sociedade brasileira. Mas uma coisa é negro-tema; outra coisa é negro-vida. O negro-tema é uma coisa examinada, olhada, vista, ora como ser mumificado, ora como ser curioso ou de qualquer modo com um risco, um traço da realidade nacional que chama a atenção. O negro-vida é, entretanto, algo que não se deixa imobilizar; é despistador, proteico, multiforme, do qual na verdade não se pode dar versão definitiva, pois é hoje o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje (Ramos, 1957, p. 171, *apud* Schucman, 2020, p. 58).

Apesar da importância dessas reflexões de caráter psicossocial, presente em autores dos mais variados domínios, a maior influência para o desenvolvimento dos estudos sobre branquitude pela Psicologia Social no Brasil veio de pesquisadoras norte-americanas da década de 1990, pertencentes à linha de estudos conhecida como *critical whiteness studies* (Alves, 2010; Cardoso, 2008; Oliveira, 2007; Schucman, 2018b; Silva, 2017). Fishkin (1995 *apud* Giroux, 1999, p. 102), informa que, influenciados pelas obras de Du Bois, James Baldwin entre outros, acadêmicos dos mais diversos campos das humanidades “colocaram a construção da *branquitude* na mesa para ser investigada, analisada, esmiuçada, testada” e, ao rejeitarem focalizar os indivíduos pertencentes aos grupos racializados como pressuposto para a análise da raça, intelectuais como David Roediger, Ruth Frankenberg, Theodore Allen, bell hooks, Noel Ignatiev, Toni Morrison, Howard Winant, Alexandre Saxton e Fred Pfeil

se dedicavam a investir a fundo e acumular uma quantidade substancial de conhecimento, explorando o significado da análise da branquitude como uma construção social, cultural e histórica. Esse trabalho se caracterizou por várias tentativas para situar a branquitude como uma categoria racial e analisá-la como um *locus* de privilégio, poder e ideologia. Além disso, esse trabalho procurou examinar criticamente de que modo a branquitude, como identidade racial, é experimentada, reproduzida e tratada pelos homens e mulheres brancos que se identificam com suas pressuposições e valores (Giroux, 1999, p. 101).

Se o período de consolidação dos estudos críticos da branquitude é um consenso entre os pesquisadores, Alves (2010, p. 26) atenta para o fato que “diferentes genealogias vêm sendo construídas e não há consenso sobre quem seriam os responsáveis por sua colocação na agenda de pesquisas sobre raça ou quando começaram as primeiras investigações”. Porém, não obstante as divergências a respeito da genealogia dos estudos sobre a branquitude, existe uma convergência em todos eles, unificando-os em um ponto consensual, que diz



respeito à origem histórica da própria branquitude: da mesma forma que as demais identidades raciais, a identidade racial branca

é considerada um produto da dominação colonial europeia e, portanto, estaria intimamente relacionada à supremacia branca global, sendo impossível conceituá-la sem atentar para as relações de poder que lhe deram origem (Alves, 2010, p. 26).

Alves (2010, p. 26) também atenta para o fato de que essa visada histórica dos estudos críticos sobre a branquitude possibilitou a compreensão da “condição de ser branco como uma construção social e não como característica intrínseca ou essencial às pessoas classificadas como brancas e, ao fazê-lo”. Permitindo, assim, “que uma identidade a princípio inexistente ou não-marcada seja ‘tornada visível’, possibilitando desvendar os mecanismos de sua construção e manutenção (Alves, 2010, p. 26).

Em sua pesquisa de mestrado de 2010 sobre branquitude, Priscila Alves, amparada por rica bibliografia de estudos nacionais e internacionais, identifica diferentes abordagens dos chamados *critical whiteness studies*. Respaldados na exposição dessa pesquisadora, podemos apontar algumas características presentes nesses estudos. Uma característica presente em muitas pesquisas, e que causou grande impacto nos primeiros escritos dos *critical whiteness studies*, diz respeito à noção de invisibilidade da branquitude, ou seja, a branquitude, para alguns pesquisadores, é definida como “identidade construída sobre bases do poder e da invisibilidade” (Alves, 2010, p. 29). Como as identidades coletivas são construções em contraposição (Schucman, 2020, p. 62), essa linha de estudos considera que a identidade racial branca foi historicamente construída em oposição às características coletivamente atribuídas aos grupos racializados. Ao se ver como padrão normativo e universal de humanidade, o branco atribui às características fenotípicas de indivíduos dos demais grupos a visibilidade racial, enquanto não compreende a si mesmo como ser racializado (Alves, 2010, p. 29). Edith Piza, principal pesquisadora dessa linha de estudo sobre a branquitude no Brasil, sintetiza bem a concepção de invisibilidade racial:

Não se trata, portanto, da invisibilidade da cor, mas da intensa visibilidade da cor e de outros traços fenotípicos aliados a estereótipos sociais e morais para uns, e a neutralidade racial para outros. As consequências dessa visibilidade para negros são bem conhecidas, mas a da neutralidade do branco é dada como “natural”, já que ele é o modelo paradigmático de aparência e de condição humana (Piza, 2014, p. 72).

Ao longo dos anos essa concepção da branquitude como identidade racial invisível, ou neutra, sofreu muitas críticas, tanto por parte de pesquisadoras não brancas, que indagavam “aos olhos de quem a branquitude é invisível?”, quanto por pesquisadoras brancas que assumiram uma posição crítica a respeito dessa suposta invisibilidade da branquitude e reconheceram que os brancos jogam com ela de acordo com seus interesses, já que “tanto a visibilidade quanto a invisibilidade aparecem em momentos em que os sujeitos adquirem privilégios por serem brancos” (Schucman, 2020, p. 63).

Focando não apenas a relação que marca as diferenças entre brancos e grupos racializados, alguns estudos mais recentes sobre branquitude procuram “analisar as fronteiras intergrupais brancas, [...] incorporando a perspectiva de intersecções entre as principais categorias analíticas das Ciências Sociais: classe social, gênero, sexualidade e raça” (Alves, 2010, p. 32). Representante pioneira desta abordagem no Brasil é a pesquisadora Lia Schucman, que em seu doutorado em Psicologia Social, *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*, procurou “compreender de que forma a ideia de branquitude é apropriada e constituída pelos sujeitos brancos na cidade de São Paulo” (Schucman, 2020, p. 31).

Antes de tratarmos dos estudos sobre o tema na Psicologia Social brasileira é importante registrar que independentemente das diferenças presentes nas abordagens existentes sobre a branquitude, a mesma pode ser concebida menos como uma categoria rigidamente fixa e “mais como uma ferramenta analítica nos estudos sobre racismo, sendo abordada de maneiras diferentes de acordo com as demandas suscitadas pelo objeto de investigação e/ou surgidas na empiria” (Alves, 2010, p. 34). Além disso, outro ponto em comum às muitas abordagens críticas sobre a branquitude diz respeito ao engajamento político das pesquisadoras, motivadas “em produzir formas anti-racistas de conhecimento” (Ahmed, 2004 *apud* Alves, 2010, p. 34).

Já os estudos sobre branquitude no campo da Psicologia Social no Brasil tiveram início na segunda metade dos anos de 1990 “a partir de uma pesquisa realizada pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, intitulada *A força psicológica do legado social do branqueamento - Um estudo sobre a negritude*

*em São Paulo*” (Oliveira, 2007, p. 31), coordenado pela professora Iray Carone. Como o próprio título indica, a pesquisa, por meio de entrevistas com diversos segmentos da população negra de São Paulo, tinha como objetivo mais específico o deciframento dos efeitos e das determinações da ideologia do branqueamento sobre os negros de São Paulo. Seguindo a *práxis* dos estudos sobre relações étnico-raciais no Brasil, em um primeiro momento o foco da pesquisa era o negro, e não o branco. Após o estudo sistemático da literatura sobre o branqueamento e as questões raciais no país, as pesquisadoras chegaram a uma questão curiosa, que inverteu a perspectiva da pesquisa: como uma ideologia forjada pelos brancos, para a manutenção de sua hegemonia racial no período do pós-abolição, passou a ser vista como um “problema do negro” e não mais dos brancos, mesmo pelos pesquisadores mais progressistas e críticos da década de 1950? Carone, que coordenou a Pesquisa, resume essa questão em seu rico relato:

Forjada pelas elites brancas de meados do século XIX e começos do século XX, a ideologia do branqueamento foi sofrendo importantes alterações de função e de sentido no imaginário social. Se nos períodos pré e pós-abolicionistas ela parecia corresponder às necessidades, anseios, preocupações e medos das elites brancas, hoje ganhou outras conotações - *é um tipo de discurso que atribui aos negros o desejo de branquear ou de alcançar os privilégios da branquitude por inveja, imitação e falta de identidade étnica positiva*. O principal elemento conotativo dessas representações dos negros construídas pelos brancos é o de que o branqueamento é uma doença peculiar deles.

*Como é que um problema explícito das elites brancas passou a ser interpretado ideologicamente como um problema dos negros - o desejo de se branquear?* (Carone, 2014, p. 17).

Desta forma, até 1994, as participantes desse grupo de pesquisa ainda não haviam “percebido todas as implicações de um estudo sobre a pressão cultural do branqueamento na esfera psicológica do negro brasileiro” (Carone, 2014, p. 17). Ainda estavam presas à “literatura sociológica brasileira de 1950”, que considerava o “branqueamento uma *patologia dos negros*, embora determinada societariamente” (Carone, 2014, p. 17). Ao que parece, a mudança se deu com o questionamento sobre o que constituía as representações da intelectualidade, majoritariamente branca, sobre os negros no Brasil. Com a constatação dos limites dessa literatura escrita por autores imersos na própria branquitude (Carone, 2003. p. 22), as responsáveis pela pesquisa passaram a procurar auxílio na literatura norte-americana, ou seja, nas autoras do chamado *critical whiteness studies* (Oliveira, 2007, p. 32):

A pesquisadora Edith Piza, por seu turno, baseada na bibliografia norte-americana sugerida pela antropóloga Angela Gilliam, passou a expor em seminários os estudos sobre *branquitude* de Ruth Frankenberg (1995) e Janet Helms (1990). Essas descobertas não tiveram poucas consequências nos métodos, técnicas e sujeitos da entrevista (Carone, 2014, p. 18).

Além do contato com a bibliografia norte-americana, a contribuição da psicóloga Maria Aparecida Silva Bento foi fundamental para o desenvolvimento de uma perspectiva crítica a respeito da branquitude para o grupo. Cida Bento, que compunha o grupo supracitado, estava desenvolvendo seu doutorado pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e em seu mestrado realizado na PUC São Paulo já havia lançava luz sobre como a “categoria *negro* era construída pelo *olhar do branco*, que revelava muito mais a sua própria psicologia (a dimensão projetiva da imagem) do que aquela do negro” (Carone, 2014, p. 18). Com essa nova abordagem, as pesquisadoras do grupo começaram a questionar seus próprios pressupostos teóricos e metodológicos, o que fez com que todas as etapas da pesquisa fossem criticamente revistas à luz do conceito de branquitude. A partir daí, além da paridade racial entre pessoas entrevistadas e entrevistadoras, “o par de conceitos branqueamento/branquitude passou a vigorar na seleção dos sujeitos das entrevistas, com a finalidade de abandonar a visão reducionista do branqueamento” (Carone, 2014, p. 21). As consequências dessas novas providências foram enormes para a pesquisa em andamento, que teve seus principais resultados materializados no livro *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*.

No que diz respeito aos estudos sobre branquitude no campo da Psicologia Social no Brasil, a tese de Maria Aparecida Silva Bento, defendida em 2002, é uma referência central. Além da qualidade teórica e analítica, o trabalho de Cida Bento se destacou ao abrir um campo de estudos sobre relações raciais com foco na identidade racial do branco brasileiro, principal agente de produção e reprodução do racismo e beneficiário das práticas discriminatórias. Como nos lembra o antropólogo Kabengele Munanga,

a análise mais clara sobre a branquitude como consciência identitária e como categoria social para análise do racismo, veio, até onde vai minha ignorância, do trabalho pioneiro da intelectual negra, Maria Aparecida Silva Bento: *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*, tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade de São Paulo em 2002 e cuja síntese foi publicada na obra coletiva *Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre a Branquitude e Branqueamento* sob o título “Branqueamento e Branquitude no Brasil”, pela Editora Vozes, 2002. Todos

os trabalhos sobre Branquitude que fizeram parte da obra [...] são posteriores ao trabalho de Bento (Munanga, 2017, p. 16).

Como está indicado pelo subtítulo da tese de Cida Bento - *branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público* - a autora visa desvendar os mecanismos do racismo e da branquitude nas organizações empresariais e públicas, ou seja, a forma como a branquitude se relaciona com o chamado racismo institucional para a perpetuação da hierarquia racial que propicia privilégios materiais e simbólicos aos brancos. Para construir essa relação, além de se valer das noções de “medo social do negro” e “falsa projeção”, cujas definições foram apresentadas nos parágrafos acima, Bento engendra o conceito *pacto narcísico da branquitude*. Espécie de comportamento grupal constitutivo da branquitude, o *pacto da branquitude* consiste em um acordo inconscientemente firmado entre os brancos visando a não responsabilização pelo racismo e suas consequências e cuja finalidade tática é a manutenção de seus privilégios materiais e simbólicos (Bento, 2002, p. 05).

Dada a importância e atualidade das reflexões de Cida Bento para o entendimento das relações étnico-raciais, a pesquisadora pública em 2022 o livro *O pacto da branquitude*, onde vale-se do conceito desenvolvido em sua tese para desmistificar a falácia do discurso da meritocracia, além de atualizar seus leitores sobre os estudos críticos da branquitude, colocando-os em sintonia com autoras e autores incontornáveis para se compreender as expressões do racismo no mundo contemporâneo.

Nesse livro, além de apresentar um relato pessoal e consciente do seu percurso como psicóloga organizacional e intelectual negra nos diferentes meios marcados pela hegemonia masculina e branca, Cida Bento mobiliza, com liberdade e destreza, conceitos dos mais diversos campos das humanidades para evidenciar o sentido estrutural do racismo presente tanto nas situações cotidianas de discriminação, quanto nas tragédias sofridas pela população negra em geral. Entre esses conceitos se encontra o de *personalidade autoritária*. Consolidado nos anos de 1950 pelo filósofo alemão Theodor Adorno, o conceito de *personalidade autoritária*, juntamente com a noção do fascismo do homem comum, se incorporou à reflexão de Cida Bento graças à influência de Iray Carone. Conforme relata Bento, em nota de rodapé de seu livro, “a professora Iray Carone, uma das principais estudiosas brasileiras sobre personalidade autoritária, foi que abriu meus caminhos

para aprofundar os conhecimentos sobre esta teoria” (Bento, 2022, p. 43). Importante frisarmos que, além de coordenar o grupo de pesquisa sobre *a força psicológica do legado social do branqueamento*, do qual Bento também fazia parte, Carone foi sua orientadora de doutorado. Porém, dada a viravolta gerada pelas reflexões de Bento nas pesquisas do referido grupo, não podemos negar que as influências foram recíprocas.

Por outro lado, o encontro da professora Iray Carone com as ideias de Adorno e a teoria crítica da Escola de Frankfurt, ocorreu ao longo dos anos de 1980, quando compunha o quadro de docentes da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo<sup>10</sup>. Os esforços de Carone em incorporar as reflexões de Adorno ao campo da Psicologia Social ocorreu, não sem resistências, naquele movimento iniciado por Sílvia Lane, também professora da PUC-SP, pela renovação crítica da Psicologia Social brasileira. Como já apresentado no capítulo sobre o desenvolvimento da Psicologia Social, foi nesse período que Carone contribuiu como autora de um dos capítulos do livro *Psicologia Social: o homem em movimento*, de 1984, organizado por Lane e que “se tornou um marco referencial na Psicologia Social brasileira (Jacques, *et al.* 2007, p. 15). Em 2007, ao compartilhar algumas memórias sobre sua atuação no programa de pós-graduação em Psicologia da PUC-SP, Carone reconhece a importância das iniciativas de Lane para seu próprio desenvolvimento pessoal e intelectual:

Eu diria, hoje, que o período de mutação do programa de Psicologia Social, no qual entrei de modo desprevenido, foi a melhor experiência que tive na minha vida. Abri os olhos para a sociedade na qual vivia e adquiri a autoconsciência de minha posição política como professora e pesquisadora na Universidade. É por esse motivo que devo tanto a este programa e a Sílvia Lane, sua criadora, cuja influência foi tão decisiva quanto permanente (Carone, 2007, p. 64).

Tanto a nota de Bento, constatando a influência de Carone no desenvolvimento de sua produção, quanto o relato desta, sobre a importância de Lane na sua, sugerem linhas de continuidades entre o movimento por uma Psicologia Social crítica, surgido no final da década de 1970, e o processo de

---

<sup>10</sup> Carone relata em 2007 que “a partir de 1984, dei os primeiros cursos sobre teoria crítica da Escola de Frankfurt e empreendi com os alunos uma leitura sistemática de *A personalidade autoritária*, obra imensa escrita por Theodor W. Adorno e vários pesquisadores da Universidade da Califórnia em Berkeley. Em 1985, no Doutorado em Psicologia Social, apresentei um curso sobre a crise da dialética no pensamento ocidental e a necessidade de um esclarecimento filosófico sobre a dialética não-clássica de Theodor W. Adorno” (Carone, 2007, p. 64).

consolidação dos estudos sobre a branquitude nesse campo do conhecimento. Tendo em vista esse encontro entre diferentes gerações de psicólogas, terminamos essa exposição com o reconhecimento de que a história individual, “inserida dentro de uma história coletiva, apresenta suas variáveis e diferenças, e são estas que caracterizam as possibilidades de diferentes percepções, trajetórias, propósitos e apreciações em cada domínio de conhecimento” (Dias, 2015, p. 11). Partindo das especificidades dessa comunidade de discurso e do levantamento de sua produção mais expressiva, é que construímos as balizas para nosso trabalho terminológico, cujos resultados serão apresentados no capítulo que se segue.

## 6 TERMINOLOGIA DOS ESTUDOS SOBRE A BRANQUITUDE NA PSICOLOGIA SOCIAL

Conforme visto no segundo capítulo do presente trabalho, a *pesquisa terminológica* compreende duas etapas fundamentais: a *análise terminológica* e a *análise conceitual*. A *análise terminológica* compreende a identificação e seleção de termos pertencentes a um determinado domínio. Já a *análise conceitual* compreende o estudo em contexto dos termos e das relações que eles mantêm entre si, sendo que o contexto é compreendido como um enunciado que exprime a definição do termo, ou seja, “uma ideia completa, na qual o termo estudado se encontra atualizado” (Barros, 2004, p. 109). No tópico abaixo, apresentaremos nossas estratégias para a realização tanto da análise terminológica quanto da análise conceitual e, na sequência, serão apresentadas as representações gráficas do sistema conceitual derivado dessas análises.

### 6.1 A Pesquisa terminológica dos estudos da branquitude na Psicologia Social

A formação do *corpus* documental para a pesquisa terminológica de nosso trabalho foi realizada com o auxílio da análise de domínio (AD). Foi por meio da abordagem bibliométrica da AD, especificamente a análise de citação, que selecionamos os documentos que formam o corpus linguísticos de onde extraímos os termos e contextos para a análise terminológica e a análise conceitual. Ao utilizarmos a análise de citação para a seleção dos documentos que formam o *corpus* da pesquisa, objetivamos atender aos princípios da garantia literária. Como visto no tópico referente à análise do domínio, a citação “pode ser entendida como o conjunto de uma ou mais referências bibliográficas de uma publicação, que evidencia as relações de uma publicação com outra” e sua análise possibilita que se “conheçam os autores mais influentes de um domínio científico por meio da frequência de citações registradas”. (Lima, *et. al.*, 2015, p. 470).

Partimos do conjunto formado pelas referências dos vinte artigos de estudos da branquitude na Psicologia Social publicados nos últimos dez anos e que foram recuperados nas bases de dados Portal de Periódico Capes e BVS (veja o Quadro 1



- Artigos selecionados nas bases de dados Portal de Periódico Capes e Portal BVS) para a realização da análise de citação. Tendo em vista os 450 títulos que formam as referências dos vinte artigos previamente selecionados, a tabela abaixo apresenta a quantidade de títulos por número de artigos que os referenciam:

Tabela 2 - Quantidade de títulos por número de artigos que os referenciam.

Quantidade de ocorrências	Quantidade de títulos
Títulos referenciados por 14 artigos	1
Títulos referenciados por 10 artigos	2
Títulos referenciados por 6 artigos	2
Títulos referenciados por 5 artigos	3
Títulos referenciados por 4 artigos	5
Títulos referenciados por 3 artigos	12
Títulos referenciados por 2 artigos	37
Títulos referenciados por 1 artigo	388
<b>Quantidade total de títulos</b>	<b>450</b>

Fonte: Elaboração própria (2023).

De acordo com a tabela acima, do conjunto de 450 títulos que formam as referências dos 20 artigos previamente recuperados, apenas 3 títulos foram referenciados por 10 ou mais artigos, enquanto a grande maioria dos títulos, 388, foram referenciados por apenas 1 dos 20 artigos. Já a tabela abaixo apresenta os títulos que foram citados por no mínimo cinco artigos, dos vinte previamente selecionados, com destaque em negrito para aqueles que pertencem ao campo da Psicologia Social brasileira:

Tabela 3 - Quantidade de documentos bibliográficos mais referenciados pelos artigos previamente recuperados.

Título na edição publicada no Brasil	Autora(or)	Tipo de material	Quantidade de artigos que os referenciam
<b>Branqueamento e branquitude no Brasil</b>	Maria Aparecida Bento	capítulo de livro	<b>14</b>
Pele negra, máscaras brancas	Frantz Fanon	livro	<b>10</b>
<b>Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na</b>	Lia Vainer Schucman	tese de doutorado	<b>10</b>

<b>construção da branquitude paulistana</b>			
<b>Porta de vidro: entrada para a branquitude</b>	Edith Piza	capítulo de livro	<b>6</b>
<b>Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da brancura paulistana</b>	Lia Vainer Schucman	artigo de periódico	<b>6</b>
Discriminação e desigualdades raciais no Brasil	Carlos Hasenbalc	livro	<b>5</b>
Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano	Grada Kilomba	livro	<b>5</b>
Crítica da razão negra	Achille Mbembe	livro	<b>5</b>

Fonte: Elaboração própria (2023).

Conforme exposto no tópico sobre a metodologia desse estudo, com base nos limites impostos à um trabalho de conclusão de curso e na hipótese de que “os artigos altamente citados são símbolos conceituais” (Almeida; Dias, 2023, p. 28), visando a formação do *corpus* documental para a pesquisa terminológica, selecionamos apenas os três documentos pertencentes ao campo da Psicologia Social brasileira que foram mais referenciados pelos vinte artigos previamente selecionados, são eles: o capítulo de livro *Branqueamento e branquitude no Brasil*, de Maria Aparecida Bento; a tese/livro *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*, de Lia Vainer Schucman e o capítulo de livro *Porta de vidro: entrada para a branquitude*, de Edith Piza.

Após a formação do *corpus* documental, constituído por dois capítulos de livro e uma tese, demos encaminhamento à análise terminológica propriamente dita. Para isso, realizamos a leitura integral e detalhada dos três documentos para a identificação de termos e a extração de contextos contendo as definições dos mesmos. Com esse processo, criamos uma base terminológica composta por 63 termos pertencentes ao campo de estudos étnico-raciais e suas respectivas definições. Apresentamos no quadro abaixo os 63 termos identificados:

Quadro 6 - Termos identificados pela pesquisa terminológica do *corpus* bibliográfico analisado.

<b>Termos identificados no <i>corpus</i> documental utilizado para a pesquisa terminológica sobre estudos da branquitude na Psicologia Social</b>
alteridade
antropologia criminal
assimilação racial
brancos

branqueamento
branquitude
classificação racial
colonialismo
constituição das subjetividades no racismo
desigualdades raciais
discriminação racial
estudos de negritude
estudos sobre branqueamento
eurocentrismo
exclusão moral
falsa-projeção
fenótipo
fronteiras internas da branquitude
geografia social da raça
identidade
identidade coletiva
identidade racial
ideologia do branqueamento
indignação narcísica
invisibilidade racial
linha de cor
lugar de raça
marcadores corporais da branquitude
marcadores de classe da branquitude
marcadores de diferenças
marcadores de gênero da branquitude
marcadores espaciais da branquitude
marcadores sociais
medo social
medo social do negro
mestiçagem
miscigenação
mito da democracia racial
narcisismo
negritude
neutralidade racial
one drop rule
pacto narcísico da branquitude
pertencimento social
preconceito racial

privilégio social
privilégios raciais
processo de construção da identidade branca
projeção
raça
racismo
racismo biológico
racismo brasileiro
racismo cultural
racismo individual
racismo institucional
racismo teórico
representação do negro
salário público e psicológico da branquitude
supremacia branca nos EUA
supremacia racial branca (hegemonia)
estereótipos
cor

Fonte: Elaboração própria (2023).

Após a construção dessa base terminológica, iniciamos a etapa de seleção dos termos mais representativos dos estudos sobre branquitude dentro do domínio da Psicologia Social. Para a realização dessa etapa, nos baseamos nas informações obtidas por meio das diferentes abordagens da análise de domínio. Para a seleção dos termos centrais do domínio estudado, utilizamos aqueles que se destacaram na análise histórica sobre os estudos críticos da branquitude na Psicologia Social, conforme foi apresentado no quinto capítulo. Nessa triagem, identificamos nove termos, são eles: branquitude, branqueamento, falsa-projeção, identidade racial, medo social, neutralidade racial, pacto da branquitude, privilégios raciais, raça, racismo. Assim, obtivemos uma lista preliminar de nove termos que foram selecionados para a próxima etapa de nosso trabalho, a *análise conceitual*. Esses nove termos, juntamente com as suas definições extraídas do *corpus*, foram registrados nas fichas terminológicas para o tratamento conceitual dos mesmos.

Lembramos que é com o auxílio das fichas que o terminólogo realiza a definição terminológica, que consiste em uma “fórmula lexicográfica sucinta que descreve os traços distintivos de um conceito, propiciando seu significado” (Pavel; Nolet, 2002, p. 12). Para isso, “deve seguir o princípio da univocidade e visar a

equivalência textual” (Pavel; Nolet, 2002, p. 12). A definição terminológica deve ser expressa por um enunciado sucinto que expõe de forma clara o significado de um conceito especializado. Estruturalmente, é formado por uma palavra que identifica a classe mais ampla e genérica a que pertence o conceito, e uma ou mais palavras que especificam os traços e características essenciais ou distintivas que diferenciam claramente o conceito em questão dos demais conceitos relacionados dessa mesma classe. A título de exemplo, apresentamos abaixo a ficha terminológica em que realizamos a análise conceitual do termo *pacto da branquitude*.

Figura 2 - Ficha terminológica para análise conceitual do termo *pacto da branquitude*.

### FICHA TERMINOLÓGICA

<b>Número</b>	15
<b>Termo</b>	pacto da branquitude
<b>Sinônimos</b>	pacto narcísico pacto narcísico da branquitude
<b>Área do Conhecimento</b>	Psicologia Social
<b>Fontes</b>	BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. <i>In</i> : CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-58.  SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Veneta, 2ª edição, 2020.
<b>Contexto 1</b>	“pacto inconscientemente firmado entre brancos cuja finalidade tática é a manutenção de seus privilégios, sendo um deles a não responsabilização pelo passado escravista e pelos tempos atuais pautado em uma estrutura racista. Ele se expressa por meio do “emudecimento dos brancos em relação ao racismo”. “Têm um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana” (Bento, 2002, p. 05).
<b>Contexto 2</b>	Mecanismo de manutenção dos privilégios dos brancos, são “alianças inconscientes, intergrupais, caracterizadas pela ambiguidade e, no tocante ao racismo, pela negação do problema racial, pelo silenciamento, pela interdição de negros em espaços de poder, pelo permanente esforço de exclusão moral, afetiva, econômica e política do negro no universo social” (Schucman, 2020, p.70-71).  “necessariamente se estrutura na negação do racismo e desresponsabilização pela sua manutenção” (Schucman, 2020, p.27).  “rede na qual os sujeitos brancos estão conscientes ou inconscientemente

	exercendo-o em seu cotidiano por meio de pequenas técnicas, procedimentos, fenômenos e mecanismos que constituem efeitos específicos e locais de desigualdades raciais” (Schucman, 2020, p.61).
<b>Contexto 3</b>	
<b>Definição Síntese</b>	Comportamento constitutivo da branquitude, consiste em um pacto inconscientemente firmado entre os brancos visando a não responsabilização pelo racismo e suas consequências. Tem como finalidade tática a manutenção de privilégios materiais e simbólicos dos brancos.
<b>Termos Relacionados</b>	TG branquitude TE privilégios raciais TR marcadores sociais TR lugar de raça TR projeção patológica
<b>Responsável</b>	Ernesto Lopes
<b>Data</b>	14/07/2023
<b>Observações</b>	

Fonte: Elaboração própria (2023).

Com a definição dos nove termos previamente selecionados, fomos construindo relações semânticas entre eles, processo que exigiu e possibilitou a seleção de mais termos para a construção de um sistema conceitual mais coeso. Desta forma, recorrendo à nossa base terminológica, acrescentamos mais onze termos, que também registramos em fichas terminológicas para a análise conceitual dos mesmos. Apresentamos abaixo um quadro com os 20 termos selecionados:

Quadro 7 - Termos que compõem a terminologia dos estudos da branquitude na Psicologia Social.

<b>Termos selecionados para a terminologia do domínio analisado</b>
branqueamento
branquitude
estigmatização racial
Fenótipo
identidade racial
ideologia do branqueamento
invisibilidade racial
lugar de raça
marcadores sociais
medo social

miscigenação
mito da democracia racial
negritude
neutralidade racial
pacto da branquitude
privilégios raciais
projeção patológica
raça
racismo
salário público e psicológico

Fonte: Elaboração própria (2023).

Com o registro dos demais termos e definições nas fichas terminológicas, demos continuidade à *análise conceitual*, retomando a construção das definições sínteses. Sobre esse processo, é importante destacarmos que ele deve ser orientado pelo critério de pertinência, já que “uma definição pode ser altamente precisa, mas não pertinente” (Tálamo, 1987, p. 96) às especificidades do domínio que o terminólogo tem em vista. Desta forma, “a formulação de uma definição apropriada não prescinde da formulação de objetivos, por mais rigoroso que seja o processo de análise dos termos” (Tálamo, 1987, p. 97).

Durante a análise conceitual dos termos selecionados, tivemos que recorrer a outras fontes bibliográficas para a extração de mais contextos com definições, pois constatamos que apenas as definições coletadas previamente pelo *corpus* selecionado para a análise terminológica não possibilitariam um trabalho satisfatório. Para isso, utilizamos artigos do antropólogo Kabengele Munanga e do sociólogo Antônio Sérgio Alfredo Guimarães. Além de serem autores das Ciências Sociais muito presentes na bibliografia formada ao longo de nossa pesquisa, tal escolha é justificada pela própria natureza interdisciplinar da Psicologia Social, já que a mesma, ao exigir o constante diálogo com outros campos das ciências humanas, “constitui uma matéria híbrida situada num ponto de confluência da Psicologia, da Sociologia e da Antropologia. Seu objetivo deve ser o de buscar as sínteses possíveis em cada momento entre as diversas disciplinas humanas e sociais” (Massola, 2017, p. 205). Assim, procedimentos apropriados para a formação de um *corpus* documental por meio das abordagens da análise de domínio foram

imprescindíveis, pois foi por meio desse *corpus* que pudemos avaliar o critério de pertinência referido acima.

No quadro abaixo, apresentamos uma terminologia resultante dessa etapa, com as definições dos vinte termos que foram selecionados da base terminológica.

Quadro 8 - Definições dos termos sobre estudos da branquitude na Psicologia Social.

<b>Definições dos termos sobre estudos da branquitude na Psicologia Social</b>	
branqueamento	
	Política forjada pelas elites brancas no período da abolição para branquear a população brasileira. Se manifestou seja por meio do cruzamento racial, incorporação em massa de migrantes europeus, exclusão social e genocídio da população negra e indígenas. Para sua realização, além dos privilégios sociais garantidos à população branca, o branqueamento como ideologia é considerado um problema do negro, que, descontente com sua condição na sociedade, procura identificar-se como branco, por meio da diluição de suas características raciais.
branquitude	
	Traços da identidade racial do branco, construída historicamente pelo colonialismo e o ideal do branqueamento como uma posição racial de superioridade. É definida por três aspectos básicos: um lugar estrutural de onde o branco vê ao outro e a si mesmo; uma situação de vantagem estrutural de privilégios raciais, mesmo que involuntariamente, aos sujeitos brancos; uma posição de poder não nomeada, onde o sujeito branco pode atribuir ao outro aquilo que não atribui a si mesmo, a raça.
estigmatização racial	
	Processo derivado da projeção patológica dos brancos, tende a representar os negros como um ser essencialmente biológico e extremante sexualizado, irracional e animalizado, em oposição aos ideais morais, estéticos e cognitivos dos brancos.
fenótipo	
	Diz respeito ao conjunto de características baseadas na aparência física, especificamente a cor de pele, os traços faciais e corporais, cor e forma dos cabelos. No Brasil, a fenotipia é o principal marcador utilizado na hetero e auto-categorização racial dos indivíduos.
identidade racial	
	Tipo identidade social que distingue os indivíduos em grupos raciais. É caracterizada por um sentimento de pertencimento grupal, baseado na percepção de compartilhar uma herança racial comum a um grupo racial particular. É uma construção social relacional, ou seja, só existe dentro de uma relação baseada na alteridade, definida pelas diferenças que delimitam a fronteira entre um 'nós' e um 'outro'.
ideologia do branqueamento	
	Característica peculiar ao racismo no Brasil, é responsável pela estruturação racial do país e pelos valores de miscigenação cultural e racial como elementos fundantes da identidade nacional. Forjada no período pré-abolicionista como produto do medo social das elites brancas, sofreu importantes alterações de função e de sentido no imaginário social e na representação social dos negros, onde branqueamento aparece como uma patologia peculiar do negro brasileiro.



invisibilidade racial
Forma como os brancos enxergam a si próprios, não como indivíduos racializados, mas como referência da humanidade. Assim, a brancura é vista como padrão de humanidade. Outra característica da invisibilidade é que permite aos brancos se verem como indivíduos únicos e não como representantes de uma raça ou grupo social. Como característica da identidade racial branca, é construída em oposição à visibilidade racial dos demais grupos, portanto, só existe enquanto relação de oposição.
lugar de raça
Lugar de raça é o espaço de visibilidade do outro enquanto sujeito em uma relação em que os termos são definidos pela raça. Determina a excessiva visibilidade grupal dos negros, pela intensificação de traços fenótipos e estereótipos sociais e morais, em relação à neutralidade racial do branco.
marcadores sociais
Elementos que caracterizam divisões internas no interior da branquitude, hierarquizando socialmente os brancos a partir de diferenças de origem, classe, região, gênero e fenótipo.
medo social
Forma de construção do Outro a partir de si mesmo, o medo social é alimentado pelo mecanismo de transferência, na medida em que uma coletividade, para se purificar daquilo que não quer reconhecer em si mesma, imputa aos outros grupos características condenáveis em sua própria cultura. O medo social dos brancos em relação aos negros é o medo da sexualidade reprimida e transferida de forma paranoica aos negros. Responsável pela estigmatização e de grupos minoritários, visa a perpetuação dos privilégios raciais.
miscigenação
Fenômeno biológico baseado na mistura entre dois ou mais grupos raciais. Principal signo da identidade nacional brasileira. Foi utilizada como meio para se efetivar as finalidades almejadas pela ideologia do branqueamento. É peça fundamental da ideologia racial brasileira que postula o mito da democracia racial.
mito da democracia racial
Ideologia baseada no ideal de conciliação racial por meio da assimilação das raças. Tem origem no pensamento de Gilberto Freyre, que defendia que o Brasil era uma democracia social originada de um processo de colonização baseado na miscigenação, na igualdade, na integração cultural entre brancos, negros e indígenas. Discurso de dominação que visa harmonizar no campo das ideias as contradições raciais.
negritude
Identidade étnico-racial do negro. Se dá por meio da afirmação da positivação da cultura negra e tem uma orientação política face à supremacia branca.
neutralidade racial
Neutralidade racial é o lugar de raça do branco enquanto sujeito representante apenas de sua própria individualidade. Em uma relação marcada pela excessiva racialização do outro, a neutralidade racial é dada como natural ao branco já que ele é representado como o modelo paradigmático de aparência e de condição humana.
pacto da branquitude

Comportamento constitutivo da branquitude, consiste em um pacto inconscientemente firmado entre os brancos visando a não responsabilização pelo racismo e suas consequências. Tem como finalidade tática a manutenção de privilégios materiais e simbólicos dos brancos.
privilégios raciais
Vantagens materiais e simbólicas dos brancos em relação aos não brancos, como, por exemplo, acesso à educação, à saúde, ao emprego, à moradia, às diferentes formas de bem-estar social, honra, status, dignidade e direito à autodeterminação. Dentro do ideário da branquitude, são entendidas ora como mérito pessoal dos brancos, ora como produto da posição de classe dos negros ou resquício histórico da escravidão. Nem todos privilégios raciais ocorrem em razão do preconceito, pois os brancos obtêm privilégios, mesmo que involuntariamente, em razão de seu lugar em uma estrutura racista.
projeção patológica
Mecanismo de compensação psíquica que realiza a negação dos brancos por aquilo que sua moral e sua cultura rejeitam. Não podendo assumir suas próprias pulsões, o branco projetaria de maneira paranoica aquilo que deseja no outro. Juntamente com o medo social do negro, falsa-projeção é incontornável para o entendimento da branquitude enquanto fenômeno social e psicológico à serviço da desumanização dos negros e, conseqüentemente, da legitimação da dominação branca.
raça
Construção social que faz sentido somente em um contexto histórico, visto que não é possível definir geneticamente diferentes raças humanas. Como construção de identidade remete aos discursos sobre as origens com base em atributos biológicos, transpostos para qualidades morais e intelectuais. Como construção ideológica forma uma relação de poder e dominação por meio da distribuição de privilégios e desvantagens sociais. No contexto histórico do Brasil, se manifesta pelo fenótipo e aparência dos indivíduos de diferentes grupos sociais.
racismo
O racismo é uma ideologia que afirma a existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. É um fenômeno que estrutura as relações étnico-raciais, justificando as diferenças, preferências, privilégios, dominação, hierarquias e desigualdades materiais e simbólicas entre seres humanos, baseado no conceito de raça.
salário público e psicológico
Conceito criado por W. E. B. Du Bois, se refere ao acesso aos cargos e lugares públicos, direito ao voto que os brancos partilhavam exclusivamente entre si no período pós abolição dos EUA. Conjunto de privilégios materiais e simbólicos que possibilitou aos brancos pobres sua identificação com o grupo hierarquicamente superior, a elite branca, e seu afastamento do grupo social mais inferiorizado, os negros. Mecanismo responsável pela supremacia branca nos EUA, construiu um status social diferenciado marcada pela ideia de raça, criando a coesão entre brancos pertencentes às diferentes classes sociais.

Fonte: Elaboração própria (2023)

É importante frisarmos que os termos e definições acima são representativos de uma comunidade de discurso particular e não podem ser generalizados para outros contextos, ou seja, dizem respeito aos estudos sobre branquitude na

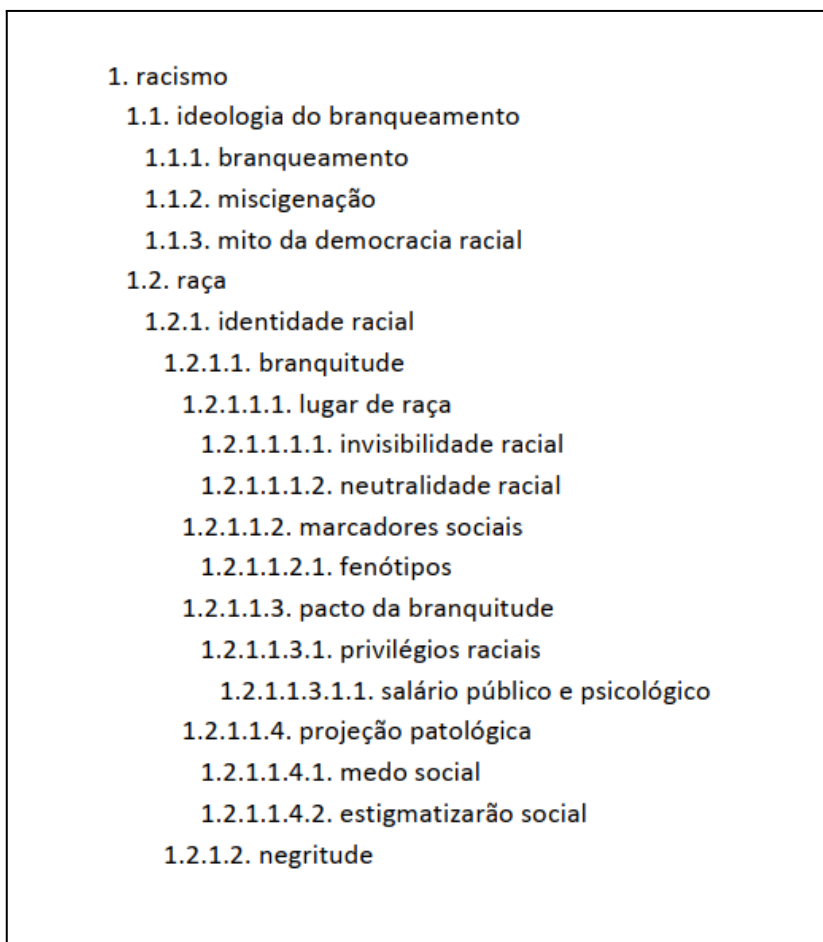
Psicologia Social brasileira, que se formou em torno de problemas e objetos cujas especificidades históricas e sociais impossibilitam sua generalização para outras realidades sociais. Podemos perceber essa particularidade ao tomarmos alguns conceitos que são próprios da reflexão sobre realidade racial brasileira, como, por exemplo, o conceito de ideologia do branqueamento, que determinou as especificidades tanto do racismo quanto da branquitude no Brasil. É por conta da ideologia do branqueamento que a classificação racial dos indivíduos no Brasil se dá, principalmente, por meio dos traços físicos que constituem o fenótipo, enquanto em outras nações, também formadas sob o signo da hegemonia branca, mas onde a ideologia do branqueamento não faz parte da realidade social, a classificação racial se dá por outros marcadores, como a ascendência.

Conforme dito acima, com as definições sínteses registradas nas fichas foi possível realizar o relacionamento semântico entre os termos, processo que resultou na construção de um sistema conceitual. Essas estruturas conceituais, também chamadas de mapas conceituais, podem ser representadas de diferentes formas e, juntamente com as definições dos termos, constituem os produtos terminológicos propriamente ditos. Apresentamos abaixo algumas formas de organização das unidades terminológicas do domínio estudado: a lista sistemática de termos e a árvore de conceitos.

## **6.2 Lista sistemática de termos**

A lista sistemática de termos é o modo de representação do sistema terminológico mais utilizado. Esta forma de representação evidencia - tanto pela tabulação das linhas, quanto pelo código de classificação - “as relações hiperonímicas, hiponímicas e co-hiponímicas (ou isonímicas) mantidas entre os termos” (Barros, 2004, p. 130). Sua desvantagem é a impossibilidade de uma perspectiva mais global e esquemática do conjunto de termos (Barros, 2004, p. 130).

Figura 3 - Lista sistemática de termos do domínio dos estudos da branquitude na Psicologia Social.

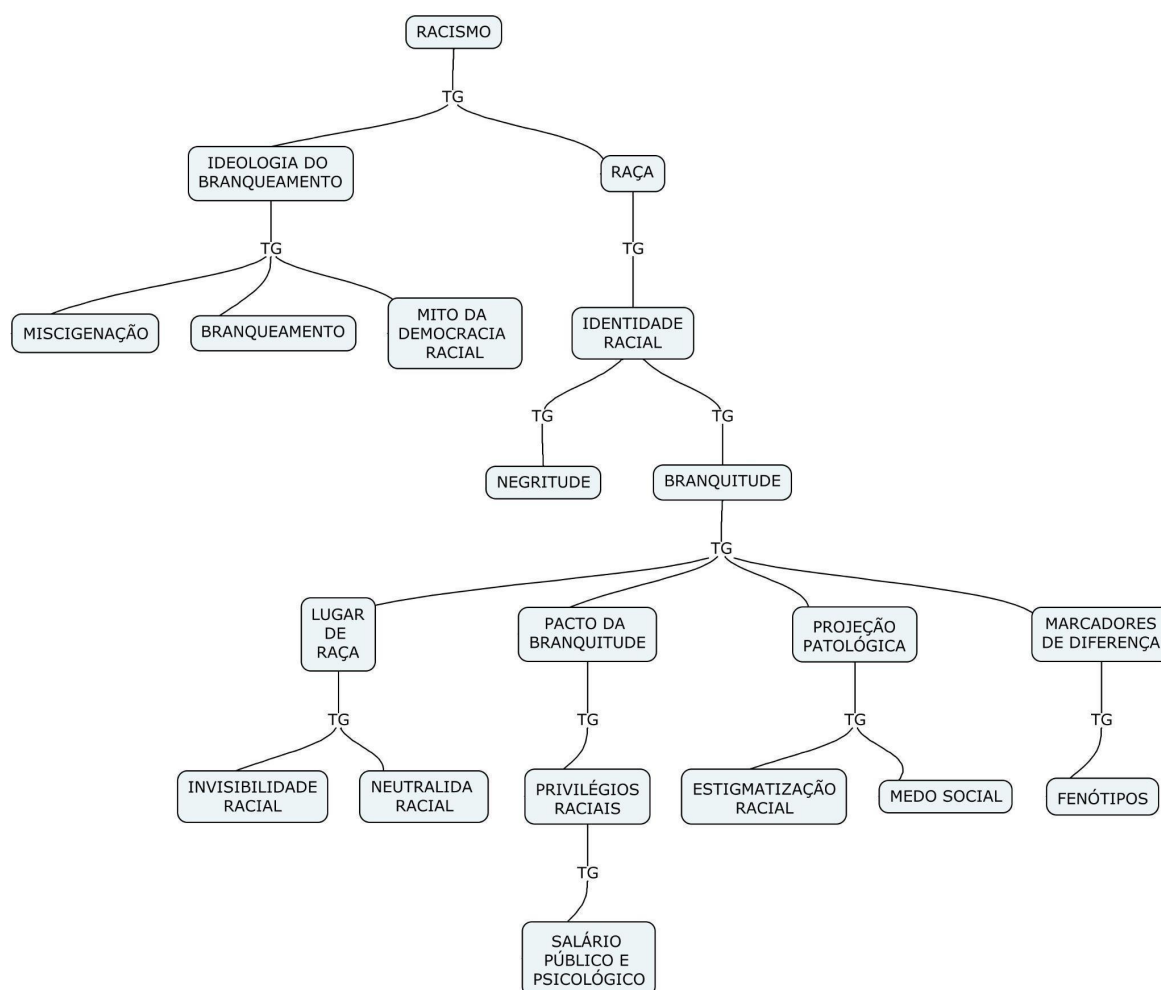


Fonte: Elaboração própria (2023).

### 6.3 Árvore conceitual

A árvore conceitual, ou mapa conceitual, também é um tipo muito comum de representação gráfica de um domínio. Sua vantagem está na possibilidade de apreensão global do conjunto terminológico do domínio estudado.

Figura 4 - Árvore conceitual de termos dos estudos da branquitude na Psicologia Social.



Fonte: Elaboração própria (2023)

Para a construção do sistema conceitual acima, foi utilizado o programa de construção de mapas conceituais CmapTools, software de mapeamento de conceitos desenvolvido pelo Florida Institute for Human and Machine Cognition. No processo de construção do sistema conceitual, a identificação das características, ou traços conceituais, presentes nas definições, desempenharam um papel primordial, já que determinaram o lugar que cada conceito ocupa dentro do sistema proposto (Barros, 2004, p. 129). Durante esse processo, constatamos que a entrada ou saída de um novo termo afetava a organização de todo o conjunto. Tal como o sistema linguístico descrito por Saussure, o sistema terminológico se mostrou uma estrutura relacional, sendo essa entendida não como um simples conjunto de elementos, mas como uma “relação no interior de um sistema” (Lopes, 2000, p. 39). Essa estrutura é formada por termos relacionados por características genéricas e particulares, ou, se

assim preferirmos, elementos com características conjuntivas e dissociativas entre si. Assim, tal como o sistema linguístico, o sistema terminológico “não se compõe de coisas, mas compõe-se de relações” (Lopes, 2000, p. 40). Tendo em vista essa comparação com as características dos signos linguísticos, podemos reconhecer que a árvore do domínio que apresentamos acima representa apenas uma proposta de organização. Em outras palavras, é uma hipótese de organização dentro de um conjunto de possibilidades, que, no presente estudo, foi fundamentada tanto pelos princípios da Teoria Comunicativa da Terminologia quanto pelas diferentes abordagens da análise de domínio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as demandas de psicólogas e psicólogos pelo conhecimento especializado sobre as particularidades das relações raciais no Brasil, nosso objetivo geral foi o desenvolvimento de uma terminologia da produção científica sobre a branquitude no campo da Psicologia Social.

No início da pesquisa, identificamos que a Psicologia Social é a área que se mostra mais profícua na produção e no ensino sobre as relações étnico-raciais dentro da Psicologia, o que nos ajudou a delimitar um campo de especialidade para a realização do estudo terminológico.

Para entendermos as especificidades teóricas, epistemológicas e conceituais desse subdomínio da Psicologia, conciliamos os procedimentos metodológicos da análise de domínio com os princípios da Teoria Comunicativa da Terminologia. Dado o carácter interdisciplinar da Psicologia Social no Brasil, esses aportes teórico-metodológicos se mostraram os mais apropriados.

Formamos um *corpus* documental para a realização do trabalho de identificação e extração de termos e definições de um domínio de especialidade seguindo a metodologia da análise de citação. Para isso, realizamos a recuperação dos três documentos mais citados por um conjunto de vinte artigos científicos sobre a branquitude na área da Psicologia Social, publicados nos últimos dez anos e indexados nas bases de dados referenciais Portal de Periódico da Capes e Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde.

Visando a identificação das principais pesquisadoras, redes de pesquisa e instituições que dão corpo à comunidade de discurso analisada, além da análise bibliométrica supracitada, realizamos um estudo sobre o desenvolvimento histórico desse subdomínio. Abordagem que propiciou a identificação dos conceitos mobilizados pelas psicólogas que modificaram a maneira de se pensar o racismo no Brasil, não compreendendo-o apenas como um problema do negro brasileiro, mais, principalmente, daqueles que se beneficiam com a desigualdade racial, ou seja, os brancos. As informações obtidas com essa abordagem também auxiliaram na seleção dos termos para o desenvolvimento da terminologia proposta.

Com a formação de uma base terminológica, iniciamos a análise conceitual dos termos. Para isso, utilizamos as fichas terminológicas como instrumento para

construção das definições dos conceitos e dos relacionamentos hierárquicos e não hierárquicos entre os termos. Nesta etapa, construímos um sistema conceitual de vinte termos, graficamente representado por uma lista sistemática de termos e uma árvore conceitual.

Com os frutos desse trabalho, esperamos contribuir com a construção de instrumentos que auxiliem tanto na organização, transmissão e produção do conhecimento sobre as relações étnico-raciais em Psicologia, quanto na atuação de profissionais que, nas mais diversas práticas terapêuticas, lidam com sujeitos que tiveram suas subjetividades afetadas pela descriminalização e o preconceito racial. Além disso, em consonância com a Biblioteconomia compromissada com as demandas sociais de seu tempo, realizamos essa pesquisa com a esperança de que os esforços para a consolidação dos termos e conceitos que formam os estudos críticos da branquitude possam contribuir para o reconhecimento da amnésia coletiva (Bento, 2022, p. 39) que silencia os saberes e as memórias das minorias nos mais diversos sistemas de informação.



## REFERÊNCIAS

ABREU, Márcio de; LIMA, Mônica. Corpo, cultura e subjetividade: uma abordagem psicológica da normatividade branca. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, V. 40(spe), e230057, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003229997>.

ADRIÃO, Karla Galvão; RODRIGUES, Mariana Borelli. Racialização, subjetividades, arte e estética: um estudo de caso a partir da formação em psicologia. **Percursos**, Florianópolis, v. 20, n. 44, p. 112-137, 2020.

ALMEIDA, Daniela Pereira dos Reis de *et al.* Paradigmas Contemporâneos da Ciência da Informação: a recuperação da informação como ponto focal. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, Marília, v. 6, n. 1, p. 16-27, 2007. DOI: <https://doi.org/10.36311/1807-8281.2007.v6n1.745>.

ALMEIDA, Leonardo. Para uma caracterização da Psicologia social brasileira. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 32, n. (esp), p. 124-137, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/XKf5CLJCJ4dtSPHSFBHzNcT/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 de Janeiro de 2023.

ALMEIDA, Josiana Florêncio Regis; DIAS, Guilherme Ataíde. Estado da arte sobre análise de domínio no campo da ciência da informação brasileira. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 13, n. 3, p. 26-45, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/122609>. Acesso em: 27 jul. 2023.

ALVES, Bruno Henrique; OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri de; GRÁCIO, Maria Cláudia Grácio. Análise de domínio na organização do conhecimento: explorando as relações temáticas e de citação. In: GUIMARÃES, José Augusto Chaves; DODEBEI, Vera (org.). **Organização do conhecimento e diversidade cultural**. Marília: ISKO-Brasil ; FUNDEPE, 2015. p. 461-468.

ALVES, Luciana. **O significado de ser branco: a brancura no corpo e para além dele**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

AMORIM, Cláudia Lanyelle Revorêdo de; ALÉSSIO, Renata Lira Dos Santos; DANFÁ, Lassana. Mulheres negras e construção de sentidos de identidade na transição capilar. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 33, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33224920>.

ARANTES, Esther Maria. Encarte especial: a Psicologia Social como especialidade, um debate que continua. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 81-82, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822005000100012>. Acesso em: 27 jan. 2023.

ARAÚJO, Márcia Antonia Piedade. A Psicologia Social no Brasil: um pequeno resgate. **Ciências Humanas em Revista**, São Luís, v. 7, p. 1-9, 2008.

BARROS, Lídia Almeida . **Curso básico de terminologia**. São Paulo: Edusp, 2004.

BENEDITO, Mariana de Souza; FERNANDES, Maria Inês Assumpção. Psicologia e racismo: as heranças da clínica psicológica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 40, n. (spe), e229997, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003229997>.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-58.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Pontes, 1989.

BOCCATO, Vera Regina Casari. A linguagem documentária vista pelo conteúdo, forma e uso na perspectiva de catalogadores e usuários. *In*: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes *et al.* **A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias, um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/109109>. Acesso em: 06 jul. de 2022.

BONFIM, Elizabeth de Melo. Históricos dos cursos de Psicologia Social no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, V. 16, n. 2, p. 32-36, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822004000200005>.

DIAS, Célia da Consolação. A análise de domínio, as comunidades discursivas, a garantia de literatura e outras garantias. **Informação & Sociedade: Estudos**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 17, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/7>. Acesso em: 9 ago. 2023.

CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar. Abordagens em Psicologia Social e seu ensino. **Revista Transformação em Psicologia**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 30-53, 2010. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/transpsi/v3n2/a03.pdf>.

CARDOSO, Lourenço. **O branco invisível**: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra/Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 2008.

CARLI, Tassiana. Reflexões sobre lugares sociais de mulheres brancas. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 21, p. 66-76, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/60045>.

CARONE, Iray. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2014, p. 13-23.

CARONE, Iray. O papel de Sílvia Lane na mudança da Psicologia Social do Brasil. **Psicologia e Sociedade**, Recife, v. 19, [esp2], p. 62-66, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000500020>

CARVALHO, Andressa; SOUZA, Carlivane; MACEDO, João Paulo. Relações de gênero e étnico-raciais nos currículos de Psicologia: aproximações e desafios. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 40, e201972, p. 1-14, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003201972>.

CARVALHO, Felipe Nogueira; SCHUCMAN, Lia Vainer. A contribuição dos estudos críticos da branquitude para compreensão do preconceito racial na Psicologia Social.

**Cuadernos De Psicología**, Barcelona, v. 24, n. 1, e1760, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1760>.

CINTRA, Anna Maria Marques, *et al.* **Para entender as linguagens documentárias**. São Paulo: Editora Polis, 1994.

GIROUX, Henry. Por uma pedagogia e política da branquitude. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, nº 107, p. 97-132, julho/1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15741999000200004>.

GOMES, Vanilce Farias; SATHLER, Conrado Neves; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. Gênero, raça, sexualidade e classe nos projetos político-pedagógicos em cursos de Psicologia. **Horizontes**, Bragança Paulista, v. 40., n. 1, e022027, 2022. DOI: 10.24933/horizontes.v40i1.1322.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com "raça" em Sociologia. **Educação e Pesquisa**: revista da Faculdade de Educação da USP, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100008>.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Análise de domínio como perspectiva metodológica em organização da informação. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 43, n. 1, p. 13-21, 2015. DOI: 10.18225/ci.inf.v43i1.1415. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1415>. Acesso em: 27 jul. 2023.

JACÓ-VILELA, Ana Maria; DEGANI-CARNEIRO, Filipe; OLIVEIRA, Dayse de Marie. A formação da Psicologia Social como campo científico no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 526-536, 2016. Doi: <https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p526>. Acesso em: 27 jan. 2023

JACQUES, Maria da Graça; *et al.*. **Psicologia Social contemporânea**: livro-texto. Petrópolis: Vozes, 2007.

KAUARK, Fabiana; MAGALHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa**: guia prático. Itabuna : Via Litterarum, 2010.

KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. **Introdução à terminologia**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2004.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. **O que é Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LIMA, Lidyane Silva *et al.* Um estudo do domínio em organização do conhecimento por meio da análise de citação e cocitação de autores. *In*: GUIMARÃES, José Augusto Chaves; DODEBEI, Vera (org.). **Organização do conhecimento e diversidade cultural**. Marília: ISKO-Brasil ; FUNDEPE, 2015, p. 469-476.

LIMA, Vânia Mara Alves. A função da terminologia na representação documentária. *In*: V ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2003, Belo Horizonte. **Informação, conhecimento e transdisciplinaridade**: Anais. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2003.

LIMA, Vânia Mara Alves; LARA, Marilda Lopes. A Terminologia e a legitimação do conhecimento nos artigos das revistas científicas. *In*: Dinah, Aguiar Población *et al.* (orgs.). **Revistas científicas**: dos processos tradicionais às perspectivas alternativas de comunicação. Cotia: Ateliê Editorial, 2011, p. 153-168.

LIMA, Vânia Mara Alves. **Terminologia, comunicação e representação documentária**. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

LOPES, Edward. **Fundamentos da linguística contemporânea**. São Paulo, Editora Cultrix, 2000.

MARCINIK, Geórgia Grube; MATTOS, Amana Rocha. ‘Mais branca que eu?’: uma análise interseccional da branquitude nos feminismos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 1, e61749, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n161749>.

MARTINS, Anna Luiza Barbosa; ZAMONA, Maria Helena Rodrigues Navas. Branquitude e educação: um estudo com professoras de escolas públicas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 396-415, 2021. DOI: <https://dx.doi.org/10.12957/ep.2021.61048>.

MARTINS, Edna; SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; COLOSSO, Marina. Relações étnico-raciais e Psicologia: publicações em periódicos da SciELO e Lilacs. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 118-133, dez. 2013. Disponível em:

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-36872013000300009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872013000300009&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 30 mar. 2023.

MASIERO, André Luís. A Psicologia racial no Brasil (1918-1929). **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 10, n. 2, p. 199-206, 2005. DOI: 10.1590/S1413-294X2005000200006.

MASSOLA, Gustavo Martineli. A Psicologia Social como projeto utópico. *In*: SILVA Jr., Nelson; ZANGARI, Wellington (org). **A Psicologia Social e a questão do hífen**. São Paulo: Blucher, 2017, p. 199-208.

MEIRELES, Jacqueline *et al.* Psicólogas brancas e relações étnico-raciais: em busca de formação crítica sobre a branquitude. **Pesquisa e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei , v. 14, n. 3, p. 1-15, set. 2019.

MUNANGA, Kabengele. Prefácio. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 09-11.

MUNANGA, Kabengele. Prefácio. *In*: MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; CARDOSO, Lourenço (org.). **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017. p. 14-17.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *In*: **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira** [S.l: s.n.], 2004.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: [biblio.fflch.usp.br/Munanga\\_K\\_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRacismoidentidadeEEtnia.pdf](http://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRacismoidentidadeEEtnia.pdf).

OLIVEIRA, Érika Cecília Soares, *et al.* Raça e política de Assistência Social: produção de conhecimento em Psicologia Social. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, v. 39 n. (spe2), 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225556>.

OLIVEIRA, Lúcio Otávio Alves. **Expressão de vivência da dimensão racial de pessoas brancas**: representações de branquitude entre indivíduos brancos. 2007.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

PAVEL, Silvia; NOLET, Diane. **Manual de terminologia**. Gatineau: Direção de Terminologia e Normalização Departamento de Tradução do Governo Canadense, 2002.

PIZA, Edith. Porta de vidro: uma entrada para branquitude. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2014, 59-90 p.

RAMOS, Márcia Ribeiro; CARVALHO, Liandra Lima. A cor da Psicologia: um estudo sobre o estado da arte da Psicologia sobre branquitude. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 11, n. 1, p. 403-420, jan/abr, 2022. <https://doi.org/10.14393/REPOD-v11n1a2022-64917>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/64917>. Acesso em: 18 set. 2022.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Psicologia brasileira e políticas públicas: capturas e resistências. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 42 [spe], e262850, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003262850>.

SACCO, Airi M.; COUTO, Maria Clara P. de Paula; KOLLER, Sílvia H.. Revisão sistemática de estudos da Psicologia brasileira sobre preconceito racial. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 24, n. 1, p. 233-250, mar. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2016.1-16>. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2016000100012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2016000100012&lng=pt&nrm=iso). Acesso; 30 mar. 2023.

SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; SCHUCMAN, Lia Vainer. Desigualdade, relações raciais e a formação de psicólogo(as). **Rev. Epos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 117-140, dez. 2015. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2178-700X2015000200007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2015000200007&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 30 mar. 2023.

SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre

relações étnico-raciais. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, v.32 [spe], p 166-75, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500012>.

SANTOS, Cibele Araújo Camargo Marques; JESUS, Eduardo de Abreu de; LUCA, João Ricardo. A informação digital e os sistemas de organização do conhecimento. *In: IV Seminário de Pesquisa da FESPSP*, 2015, São Paulo. Anais. São Paulo: FESPSP, 2015. p. 1-15.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Branquitude e privilégio. *In: Silva, Maria Lucia da; Farias, Marcio; Ocariz, Maria Cristina (orgs.). Violência e sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro*. São Paulo: Escuta, 2018b, p. 137-150.

SCHUCMAN, Lia Vainer; GONÇALVES, Mônica Mendes. Raça e subjetividade: do campo social ao clínico. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 72, [spe], p. 109-123, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.arbp2020v72s1p.109-123>.

SCHUCMAN, Lia Vainer; GONÇALVES, Mônica Mendes. Racismo na família e a construção da negritude: embates e limites entre a degradação e a posituação na constituição do sujeito. **ODEERE**, Jequié, v. 2, n. 4, p. 61-83, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22481/odeere.v0i4.2366>

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. São Paulo: Venetta, 2020.

SCHUCMAN, Lia Vainer; NUNES, Sylvia da Silveira; COSTA, Eliane Silvia. A Psicologia da Universidade de São Paulo e as relações raciais: perspectivas emergentes. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 144-158, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-6564A20132413>.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-94, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100010>.

SERRA, Lia Novaes; SCHUCMAN, Lia Vainer. Branquitude e progresso: a Liga Paulista de Higiene Mental e os discursos paulistanos na contemporaneidade. Rio de Janeiro, **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 12, n. 1, p. 288-311, 2012.



SILVA, Anee Bittencourt Santos e. Compreensões acerca do/a branco/a e da branquitude na Psicologia. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 21, n. 230, p. 68-80, 1 set. 2021.

SILVA, Priscila Elisabete da. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. *In*: MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; CARDOSO, Lourenço. **Branquitude: estudos sobre identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017, p.19-32.

SOUZA, Tadeu De Paula, DAMICO, José Geraldo; DAVID, Emiliano de Camargo. Paradoxos das políticas identitárias: (des)racialização como estratégia quilombista do comum. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 42, n. 3, e56465, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v42i3.56465>.

TÁLAMO, Maria de Fátima; LARA, Marilda Lopes; KOBASHI, Nair. Contribuição da terminologia para a elaboração de tesouro. **Ciência da Informação**, Brasília, V.21, n.3, p.197-200, set./dez. 1992.

TÁLAMO, Maria de Fátima. A definição semântica para a elaboração de glossários. *In*: SMIT, Johanna (coord.). **Análise documentária: a análise da síntese**. Brasília: IBICT, 1987.

TÁLAMO, Maria de Fátima. Terminologia e documentação. **Tradterm**, São paulo, v. 1, n. 7, p. 141-151, 2001.

VAN STRALEN, Cornelis Johannes. Psicologia Social: uma especialidade da Psicologia? **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 93-98, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822005000100015>. Acesso em: 26 jan. 2023.

VOMERO, Laura de Souza Zingra. Decolonizando o conceito de reconhecimento (eu-tu). **Revista Brasileira de Psicodrama**, São Paulo, v. 30, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/psicodrama>.

## ANEXO

## Fichas Terminológicas

<b>Número</b>	1
<b>Termo</b>	branqueamento
<b>Sinônimos</b>	política do branqueamento branqueamento da população
<b>Área do Conhecimento</b>	ciências humanas
<b>Fontes</b>	BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. <i>In</i> : CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-58. SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Veneta, 2ª edição, 2020.
<b>Contexto 1</b>	<p>“Primeiramente, o problema do branqueamento, abordado nas últimas quatro ou cinco décadas como um problema exclusivo do negro, nasce do medo da elite branca do final do século XIX e início do século XX, cujo objetivo é extinguir progressivamente o segmento negro brasileiro. Como pudemos ver, Schwarcz (1993), Azevedo (1987) e tantos outros estudiosos evidenciam que, por meio de diferentes maneiras, o país era descrito como uma nação composta por raças miscigenadas, porém em transição. Havia uma expectativa de o Brasil tomar-se um país branco, como consequência do cruzamento de raças” (Bento, 2002, p. 21-22).</p> <p>“Nasce do medo, constituindo na forma encontrada pela elite branca brasileira do final do século passado para resolver o problema de um país ameaçador, majoritariamente não-branco. Esse medo do negro que compunha o contingente populacional majoritário no país gerou uma política de imigração europeia por parte do Estado brasileiro, cuja consequência foi trazer para o Brasil 3,99 milhões de imigrantes europeus, em trinta anos, um número equivalente ao de africanos (4 milhões) que haviam sido trazidos ao longo de três séculos” (Bento, 2002, p. 07).</p> <p>“processo inventado e mantido pela elite branca brasileira, embora apontado por essa mesma elite como um problema do negro brasileiro. Considerando (ou quiçá, inventando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando seu supremacia econômica, política e social. O outro lado dessa moeda é o investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danifica sua autoestima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades raciais” (Bento, 2002, p. 01-02).</p> <p>“No Brasil, o branqueamento é frequentemente considerado como um problema do negro que, descontente com sua condição de negro, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais” (Bento, 2002, p. 01)</p>

	<p>“semelhante a um acordo no que diz respeito ao modo como explicam as desigualdades raciais: o foco da discussão é o negro e há um silêncio sobre o branco.</p> <p>Assim, o que parece interferir neste processo é uma espécie de pacto, um acordo tácito entre os brancos de não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais no Brasil” (Bento, 2002, p. 02).</p>
<b>Contexto 2</b>	<p>“O fato de os estereótipos negativos estarem diretamente associados à cor e à raça negra fez com que os brasileiros mestiços e grande parte da população com ascendência africana, de maneira geral, não se classificassem como negros, gerando um grande número de denominações para se designar as cores dos não brancos, como moreno, pessoa de cor, marrom escuro etc. Portanto, a forma de classificação eliminou, não raramente, a identificação dos mestiços com a negritude e fez com que esses, nesses casos, não se classificassem como negros, bem como contribuiu para que permanecessem intactas todas as estereotípias e representações negativas dos negros” (Schucman, 2020, p.100).</p>
<b>Contexto 3</b>	
<b>Definição Síntese</b>	<p>Política forjada pelas elites brancas no período da abolição para branquear a população brasileira. Se manifestou seja por meio do cruzamento racial, incorporação em massa de migrantes europeus, exclusão social e genocídio da população negra e indígenas. Para sua realização, além dos privilégios sociais garantidos à população branca, o branqueamento como ideologia é considerado um problema do negro, que, descontente com sua condição na sociedade, procura identificar-se como branco, por meio da diluição de suas características raciais.</p>
<b>Termos Relacionados</b>	<p>TG ideologia do branqueamento</p> <p>TR miscigenação</p> <p>TR mito da democracia racial</p>
<b>Responsável</b>	Ernesto Lopes
<b>Data</b>	11/07/2023
<b>Observações</b>	

<b>Número</b>	2
<b>Termo</b>	branquitude
<b>Sinônimos</b>	<p>branquidade</p> <p>identidade racial branca</p> <p>identidade racial do branco</p>
<b>Área do Conhecimento</b>	Psicologia Social
<b>Fontes</b>	<p>BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-58.</p> <p>SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo:</p>

	<p>branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Veneta, 2ª edição, 2020.</p> <p>PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. <i>In</i>: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 59-90.</p>
<b>Contexto 1</b>	<p>“traços da identidade racial do branco brasileiro a partir das ideias sobre branqueamento, um dos temas mais recorrentes quando se estuda as relações raciais no Brasil” (Bento, 2002, p. 01)</p> <p>aspectos importantes da branquitude: o medo que alimenta a projeção do branco sobre o negro, os pactos narcísicos entre brancos e as conexões possíveis entre ascensão negra e branqueamento. (Bento, 2002, p. 01).</p> <p>“Branquitude é uma determinada forma de viver o mundo, na qual os brancos usufruem de benefícios simbólicos e materiais perpetuados pela sua posição privilegiada no topo da hierarquia racial. Desse modo, o silêncio e a omissão dos brancos atinentes ao tema em questão seriam uma forma de manter a desigualdade racial” (Bento, 2002)</p>
<b>Contexto 2</b>	<p>“ideário branco sobre racialidade” (Piza, 2002, p. 70).</p> <p>“Frankengerg vai definir branquitude a partir do significado de ser branco, num universo racializado: um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê aos outros e a si mesmo; uma posição de poder não nomeada, vivenciada em uma geografia social de raça como um lugar confortável e do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não atribui a si mesmo (p. 43s.). Muitos de nós, brancos, já experimentaram alguns desses traços de conforto, cuja característica mais evidente encontra-se na sensação de não representar nada além de nossas próprias individualidades” (Piza, 2002, p. 71).</p> <p>A branquitude “pode ser definida através de três aspectos básicos: 1) uma situação de vantagem estrutural de privilégios raciais; 2) uma posição ou lugar do qual as pessoas brancas se observam, aos outros e à sociedade; 3) um conjunto de práticas culturais que são frequentemente não demarcadas e não nomeadas” (Piza, 2002, p.84).</p>
<b>Contexto 3</b>	<p>identidade definida por Ruth Frankenberg como “um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros e a si mesmo. Uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo: a raça (FRANKENBERG, 1999)” (Schucman, 2020, p.37).</p> <p>“é entendida como uma posição em que sujeitos que a ocupam foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade” (Schucman, 2020, p.61).</p> <p>“O argumento de que a branquitude foi construída sócio-historicamente como uma posição racial de superioridade é tese unificada de diferentes teóricos. Nesse sentido, é importante frisar que não necessariamente os sujeitos brancos se sentem superiores aos não brancos, trata-se de uma crítica direcionada à significação da branquitude como lugar racial de superioridade. Assim, os brancos obtêm privilégios em razão dessa pertença, mesmo que involuntariamente (Bento, 2002)” (Schucman, 2020, p.68).</p> <p>É “um lugar de privilégio racial, econômico e político, no qual a racialidade, não nomeada como tal, carregada de valores, de experiências, de identificações afetivas, acaba por definir a sociedade” (Schucman, 2020, p.71).</p>
<b>Definição Síntese</b>	<p>Traços da identidade racial do branco, construída historicamente pelo colonialismo e o ideal do branqueamento como uma posição racial de superioridade. É definida</p>

	por três aspectos básicos: um lugar estrutural de onde o branco vê ao outro e a si mesmo; uma situação de vantagem estrutural de privilégios raciais, mesmo que involuntariamente, aos sujeitos brancos; uma posição de poder não nomeada, onde o sujeito branco pode atribuir ao outro aquilo que não atribui a si mesmo, a raça.
<b>Termos Relacionados</b>	TG identidade racial TE lugar de raça TE marcadores sociais TE pacto da branquitude TE projeção patológica TR negritude
<b>Responsável</b>	Ernesto Lopes
<b>Data</b>	11/07/2023
<b>Observações</b>	Existem divergências a respeito se a branquitude seria uma identidade racial ou características da identidade racial do branco.

<b>Número</b>	3
<b>Termo</b>	estigmatização racial
<b>Sinônimos</b>	estigmatização dos negros representação dos negros representação social dos negros
<b>Área do Conhecimento</b>	Psicologia Social
<b>Fontes</b>	BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. <i>In</i> : CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-58.
<b>Contexto 1</b>	<p>“medo no comportamento dos grupos, em particular o medo das elites diante dos considerados despossuídos, desde povos tidos como primitivos até as sociedades contemporâneas”. “O medo do outro também é alimentado pelo mecanismo da transferência na medida em que uma coletividade imputa aos acusados toda espécie de crimes e de vícios para se purificar de suas próprias intenções turvas e transfere para outrem o que não quer reconhecer em si própria (Bento, 2002, p. 07).</p> <p>“o medo e a projeção podem estar na gênese de processos de estigmatização de grupos que visam legitimar a perpetuação das desigualdades, a elaboração de políticas institucionais de exclusão e até o genocídio” (Bento, 2002, p. 10)</p> <p>“o medo do europeu frente ao africano [...] era o medo da sexualidade. Como a igreja condenava pesadamente a sexualidade, esta dimensão sexual era negada pelo europeu e projetada sobre o negro e as mulheres, provocando inúmeros genocídios ao longo dos séculos. (Bento, 2002, p. 07). No contexto brasileiro, o medo da elite branca do final do século XIX e início do século XX é o responsável pelo ideal de branqueamento, cujo objetivo é extinguir progressivamente o segmento negro brasileiro (Bento, 2002, p. 20-21).</p>
<b>Contexto 2</b>	
<b>Contexto 3</b>	

<b>Definição Síntese</b>	Processo derivado da projeção patológica dos brancos, tende a representar os negros como um ser essencialmente biológico e extremamente sexualizado, irracional e animalizado, em oposição aos ideais morais, estéticos e cognitivos dos brancos.
<b>Termos Relacionados</b>	TG projeção patológica TR medo social
<b>Responsável</b>	Ernesto Lopes
<b>Data</b>	13/07/2023
<b>Observações</b>	

<b>Número</b>	4
<b>Termo</b>	fenótipo
<b>Sinônimos</b>	fenotípi traços fenotípos características fenotípicas
<b>Área do Conhecimento</b>	ciências humanas
<b>Fontes</b>	PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. <i>In</i> : CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 59-90. SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Veneta, 2ª edição, 2020.
<b>Contexto 1</b>	características baseadas na aparência física, especificamente a cor de pele, os traços faciais e corporais. (Piza, 2002, p. 62)
<b>Contexto 2</b>	No Brasil, a “naturalização e essencialização da falácia das referências biológicas” [...] “se manifestam pelo fenótipo e aparência dos indivíduos de diferentes grupos sociais” (Schucman, 2020, p.95). “(o racismo) se dá a partir da naturalização e essencialização da falácia de diferenças biológicas que, dentro da lógica brasileira, se manifestam pelo fenótipo e aparência dos indivíduos de diferentes grupos sociais” (Schucman, 2020, p. 85).
<b>Contexto 3</b>	
<b>Definição Síntese</b>	Diz respeito ao conjunto de características baseadas na aparência física, especificamente a cor de pele, os traços faciais e corporais, cor e forma dos cabelos. No Brasil, a fenotípi é o principal marcador utilizado na hetero e auto-categorização racial dos indivíduos.
<b>Termos Relacionados</b>	TG marcadores sociais
<b>Responsável</b>	Ernesto Lopes
<b>Data</b>	12/06/2023
<b>Observações</b>	

<b>Número</b>	5
<b>Termo</b>	identidade racial
<b>Sinônimos</b>	identidade étnico-racial etnicidade
<b>Área do Conhecimento</b>	Ciências Sociais
<b>Fontes</b>	BENTO, Maria Aparecida Silva. Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro. <i>In</i> : BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray (orgs). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2014, p. 147-162. SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Veneta, 2ª edição, 2020.
<b>Contexto 1</b>	“Segundo Janet Helms (1990), identidade racial é ‘um sentimento de identidade coletiva ou grupal baseado em uma percepção de estar compartilhando uma herança racial comum com um grupo racial particular [...] é um sistema de crenças que se desenvolve em reação a [traços, características] diferenciais percebidos no pertencimento a grupos raciais” (Bento, 2014, p. 155).
<b>Contexto 2</b>	construção social relacional, ou seja, que “define fronteiras entre quem somos nós e quem são os outros e, portanto, só existe em relação de uma alteridade” (Schucman, 2020, p. 93)
<b>Contexto 3</b>	
<b>Definição Síntese</b>	Tipo identidade social que distingue os indivíduos em grupos raciais. É caracterizada por um sentimento de pertencimento grupal, baseado na percepção de compartilhar uma herança racial comum a um grupo racial particular. É uma construção social relacional, ou seja, só existe dentro de uma relação baseada na alteridade, definida pelas diferenças que delimitam a fronteira entre um 'nós' e um 'outro'.
<b>Termos Relacionados</b>	TG raça TE branquitude TE negritude
<b>Responsável</b>	Ernesto Lopes
<b>Data</b>	12/06/2023
<b>Observações</b>	

<b>Número</b>	6
<b>Termo</b>	ideologia do branqueamento
<b>Sinônimos</b>	
<b>Área do Conhecimento</b>	Ciências Sociais
<b>Fontes</b>	CARONE, Iray. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial

	<p>brasileira. <i>In</i>: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002, pp 13-24.</p> <p>MUNANGA, Kabengele. Prefácio. <i>In</i>: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 09-11.</p> <p>SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Veneta, 2ª edição, 2020.</p>
<b>Contexto 1</b>	<p>“o racismo particular brasileiro é a ideologia do branqueamento marcado por uma sociedade hierárquica de desigualdades sociais e racistas no que diz respeito aos negros e aos índios” (Schucman, 2020, p. 26). O Brasil é “um país que ainda se identifica e se atribui, como marca positiva da identidade nacional, valores de miscigenação cultural e mistura racial (Winant, 2001)” (Schucman, 2020, p.28). “O fato de o preconceito racial recair sobre a população não branca está diretamente relacionado ao fato de os privilégios raciais estarem associados aos brancos. O branco não é apenas favorecido nessa estrutura racializada, mas é também produtor ativo dessa estrutura, por meio de um discurso que propaga a democracia racial e o branqueamento. Esses mecanismos de produção de desigualdades raciais foram construídos de tal forma que asseguram aos brancos a ocupação de posições mais altas na hierarquia social, sem que isso fosse encarado como privilégio de raça. Isso porque a crença na democracia racial isenta a sociedade brasileira do preconceito e permite que o ideal liberal de igualdade de oportunidades seja apregoado como realidade. Desse modo, a ideologia racial oficial produz um senso de alívio entre brancos, que podem se isentar de qualquer responsabilidade pelos problemas sociais dos negros, mestiços e indígenas (Bento, 2002)” (Schucman, 2020, p.29).</p>
<b>Contexto 2</b>	<p>“Forjada pelas elites brancas de meados do século XIX e começos do XX, a ideologia do branqueamento foi sofrendo importantes alterações de função e de sentido no imaginário social. Se nos períodos pré e pós-abolicionismo ela parecia corresponder às necessidades, anseios, preocupações e medos das elites brancas, hoje ganhou outras conotações - é um tipo de discurso que atribui aos negros o desejo de branquear ou de alcançar os privilégios da branquitude por inveja, imitação e falta de identidade étnica positiva. O principal elemento conotativo dessas representações dos negros construídas pelos brancos é o de que o branqueamento é uma doença ou patologia peculiar a eles (os negros)” (Carone, 2002, p. 17).</p>
<b>Contexto 3</b>	<p>“peça fundamental da ideologia racial brasileira”, fundamenta-se na crença de que “do intensivo processo de miscigenação, nasceria uma nova raça brasileira, mais clara, mais ariana, ou melhor, mais branca fenotipicamente, embora mestiça genotipicamente. Assim, desapareceriam índios, negros e os próprios mestiços, cuja presença prejudicaria o destino do Brasil como nação” (Munanga, 2002, p. 10). Como todas as ideologias, o branqueamento precisaria ser reproduzido através dos mecanismos da socialização e da educação. Neste sentido, a maioria da população brasileira, negra e branca, introjetou o ideal do branqueamento, que inconscientemente não apenas interfere no processo de construção da identidade do ser negro individual e coletivo, como também na formação da autoestima geralmente baixíssima da população negra e na supervalorização idealizada da população branca” (Munanga, 2002, p. 11).</p>



<b>Definição Síntese</b>	Característica peculiar ao racismo no Brasil, é responsável pela estruturação racial do país e pelos valores de miscigenação cultural e racial como elementos fundantes da identidade nacional. Forjada no período pré-abolicionista como produto do medo social das elites brancas, sofreu importantes alterações de função e de sentido no imaginário social e na representação social dos negros, onde branqueamento aparece como uma patologia peculiar do negro brasileiro.
<b>Termos Relacionados</b>	TG racismo TE miscigenação TE mito da democracia racial TE branqueamento TR raça
<b>Responsável</b>	Ernesto Lopes
<b>Data</b>	12/05/2023
<b>Observações</b>	

<b>Número</b>	7
<b>Termo</b>	invisibilidade racial
<b>Sinônimos</b>	invisibilidade branca invisibilidade da branquitude
<b>Área do Conhecimento</b>	Psicologia Social
<b>Fontes</b>	SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Veneta, 2ª edição, 2020.
<b>Contexto 1</b>	“forma com que brancos enxergam a si próprios. A naturalização de si próprios, não como uma das identidades no amálgama de identidades que enriquecem a diversidade humana brasileira, mas como identidade única, como referência da humanidade” (Bento, 2020, p. 23 <i>apud</i> Schucman, 2020). “Edith Piza (2002) Ruth Frankenberg (1999) argumentam que, se há algo característico da identidade racial branca, esta característica é a invisibilidade, que se concretiza através da falta de percepção do indivíduo branco como ser racializado. A brancura, nesse caso, é vista pelos próprios sujeitos brancos como algo ‘natural’ e ‘normal’. Edith Piza classifica essa identidade coletiva como uma construção em contraposição, na qual os não brancos são aqueles que têm a visibilidade da raça. Assim, para a autora, a branquitude só existe em relação” (Schucman, 2020, p.62).
<b>Contexto 2</b>	“A ideia de invisibilidade é complexificada por Frankenberg (2004) ao argumentar que não significa que a identidade racial branca seja invisível, mas sim que ela é vista por uns e não por outros, e que, dependendo dos interesses, ela é anunciada ou tornada invisível” (Schucman, 2020, p.62-63). “Cardoso (2008) e Wray (2004) mencionam o perigo de pensar a identidade racial branca como invisível, pois apontá-la como tal teria a função de privilegiar o ponto de vista dos brancos, que, sem autoconsciência de sujeitos racializados, não teriam como questionar suas vantagens raciais. Os autores, em contraponto a Piza,

	sustentam que a branquitude é, sim, visível para brancos e que estes podem usar das vantagens dela por terem consciência de sua brancura. Nesse sentido, podemos dizer que tanto a visibilidade quanto a invisibilidade aparecem em momentos em que os sujeitos adquirem privilégios por serem brancos” (Schucman, 2020, p.63).
<b>Contexto 3</b>	
<b>Definição Síntese</b>	Forma como os brancos enxergam a si próprios, não como indivíduos racializados, mas como referência da humanidade. Assim, a brancura é vista como padrão de humanidade. Outra característica da invisibilidade é que permite aos brancos se verem como indivíduos únicos e não como representantes de uma raça ou grupo social. Como característica da identidade racial branca, é construída em oposição à visibilidade racial dos demais grupos, portanto, só existe enquanto relação de oposição.
<b>Termos Relacionados</b>	TG lugar de raça TR neutralidade racial
<b>Responsável</b>	Ernesto Lopes
<b>Data</b>	12/07/2023
<b>Observações</b>	Existem autoras que divergem dessa concepção da invisibilidade branca, já que ela pode ser ou não percebida pelos próprios brancos, dependendo dos interesses desses últimos. Desta forma, para algumas autoras seria mais correto falarmos em "fantasia da invisibilidade branca".

<b>Número</b>	8
<b>Termo</b>	lugar de raça
<b>Sinônimos</b>	
<b>Área do Conhecimento</b>	Psicologia Social
<b>Fontes</b>	PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 59-90.
<b>Contexto 1</b>	se refere à "excessiva visibilidade grupal do outro em relação à intensa individualização do branco. [...] Um 'lugar de raça' é o espaço de visibilidade do outro, enquanto sujeito numa relação, na qual a raça define os termos desta relação. Assim, o lugar do negro é o seu grupo como um todo e do branco é sua individualidade. Um negro representa todos os negros. Um branco é uma unidade representativa apenas de si mesmo. Não se trata, portanto, da invisibilidade da cor, mas da intensa visibilidade da cor e de outros traços fenotípicos aliados a estereótipos sociais e morais, para uns, e a neutralidade racial, para outros” (Piza, 2002, p.72).
<b>Contexto 2</b>	
<b>Contexto 3</b>	
<b>Definição Síntese</b>	Lugar de raça é o espaço de visibilidade do outro enquanto sujeito em uma relação em que os termos são definidos pela raça. Determina a excessiva visibilidade grupal dos negros, pela intensificação de traços fenótipos e estereótipos sociais e

	morais, em relação à neutralidade racial do branco.
<b>Termos Relacionados</b>	TG branquitude TE neutralidade racial TE invisibilidade racial TR marcadores sociais TR medo social TR pacto da branquitude
<b>Responsável</b>	Ernesto Lopes
<b>Data</b>	12/07/2023
<b>Observações</b>	

<b>Número</b>	9
<b>Termo</b>	marcadores sociais
<b>Sinônimos</b>	marcadores sociais de diferença marcadores de diferenças raciais
<b>Área do Conhecimento</b>	Ciências Sociais
<b>Fontes</b>	BENTO, Maria Aparecida da Silva. Prefácio. <i>In</i> : SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Veneta, 2ª edição, 2020. SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Veneta, 2ª edição, 2020.
<b>Contexto 1</b>	"diferenças no interior do grupo branco, a partir das diferenças de origem, classe, região, gênero e fenótipo, que interferem na sua graduação" (Bento, 2020, p. 23)
<b>Contexto 2</b>	elementos que "caracterizam as divisões entre 'nós brancos' e 'outros não brancos'" (Schucman, 2020, p.198), e que também "hierarquizam os brancos através [...] marcadores sociais, como classe social, gênero, origem, regionalidade e fenótipo" (Schucman, 2020, p.197). "Sobre as características demarcadores entre brancos e não brancos compreendi que os indivíduos, querendo ou não, são classificados socialmente como brancos logo ao nascerem: sobre aqueles classificados socialmente como brancos recaem atributos e significados positivos ligados à identidade racial e que pertencem, tais como inteligência, beleza, educação, progresso, moralidade etc. Esse traço de superioridade produz significados compartilhados, dos quais os sujeitos se apropriam, singularizam, produzem sentidos e atuam sobre eles, reproduzindo-os de alguma forma. (Schucman, 2020, p.198).
<b>Contexto 3</b>	"essa identidade racial tem fronteiras e distinções internas que hierarquizam os brancos através de outros marcadores sociais, como classe social, gênero, origem, regionalidade e fenótipo" (Schucman, 2020, p.197). "significados construídos sobre branquitude hierarquizam e criam divisões internas no próprio grupo de brancos" (Schucman, 2020, p.198).
<b>Definição Síntese</b>	Elementos que caracterizam divisões internas no interior da branquitude, hierarquizando socialmente os brancos a partir de diferenças de origem, classe,

	região, gênero e fenótipo.
<b>Termos Relacionados</b>	TG branquitude TE fenótipos TR lugar de raça TR medo social TR pacto da branquitude
<b>Responsável</b>	Ernesto Lopes
<b>Data</b>	13/07/2023
<b>Observações</b>	

<b>Número</b>	10
<b>Termo</b>	medo social
<b>Sinônimos</b>	medo coletivo medo social do negro medo do social do outro
<b>Área do Conhecimento</b>	Psicologia Social
<b>Fontes</b>	BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. <i>In</i> : CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-58.
<b>Contexto 1</b>	<p>“medo no comportamento dos grupos, em particular o medo das elites diante dos considerados despossuídos, desde povos tidos como primitivos até as sociedades contemporâneas”. “O medo do outro também é alimentado pelo mecanismo da transferência na medida em que uma coletividade imputa aos acusados toda espécie de crimes e de vícios para se purificar de suas próprias intenções turvas e transfere para outrem o que não quer reconhecer em si própria (Bento, 2002, p. 07).</p> <p>“o medo e a projeção podem estar na gênese de processos de estigmatização de grupos que visam legitimar a perpetuação das desigualdades, a elaboração de políticas institucionais de exclusão e até o genocídio” (Bento, 2002, p. 10)</p> <p>“o medo do europeu frente ao africano [...] era o medo da sexualidade. Como a igreja condenava pesadamente a sexualidade, esta dimensão sexual era negada pelo europeu e projetada sobre o negro e as mulheres, provocando inúmeros genocídios ao longo dos séculos. (Bento, 2002, p. 07). No contexto brasileiro, o medo da elite branca do final do século XIX e início do século XX é o responsável pelo ideal de branqueamento, cujo objetivo é extinguir progressivamente o segmento negro brasileiro (Bento, 2002, p. 20-21).</p> <p>“projetar sobre o outro as mazelas que não se é capaz de assumir, pois macula o modelo (idealizado)” (Bento, 2002, p. 06). Em determinados contextos, “esta forma de construção do Outro a partir de si mesmo, é uma forma de paranoia que traz em sua gênese o medo. O medo do diferente e, em alguma medida, o medo do semelhante a si próprio nas profundezas do inconsciente”. Esse medo que está na</p>

	essência do preconceito e da representação dos negros pelos brancos.
<b>Contexto 2</b>	"Franz Fanon enfatizou o processo de projeção na construção do preconceito racial do branco contra o negro. Para ele, "ter fobia do negro é ter medo do biológico, pois o negro só é visto como ser biológico" (Bento, 2002, p. 13)
<b>Contexto 3</b>	
<b>Definição Síntese</b>	Forma de construção do Outro a partir de si mesmo, o medo social é alimentado pelo mecanismo de transferência, na medida em que uma coletividade, para se purificar daquilo que não quer reconhecer em si mesma, imputa aos outros grupos características condenáveis em sua própria cultura. O medo social dos brancos em relação aos negros é o medo da sexualidade reprimida e transferida de forma paranoica aos negros. Responsável pela estigmatização e de grupos minoritários, visa a perpetuação dos privilégios raciais.
<b>Termos Relacionados</b>	TG projeção patológica TR estigmatização racial
<b>Responsável</b>	Ernesto Lopes
<b>Data</b>	13/07/2023
<b>Observações</b>	

<b>Número</b>	11
<b>Termo</b>	miscigenação
<b>Sinônimos</b>	assimilação racial mestiçagem
<b>Área do Conhecimento</b>	Antropologia
<b>Fontes</b>	BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. <i>In</i> : CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-58. MUNANGA, Kabengele. Prefácio. <i>In</i> : CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 09-11. SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Veneta, 2ª edição, 2020.
<b>Contexto 1</b>	"por diferentes maneiras, o país era descrito como uma nação composta por raças miscigenadas, porém em transição. Havia uma expectativa de o Brasil tornar-se um país branco, como consequência do cruzamento de raças. Esta visão " (Bento, 2002, p. 21). Essa visão não estava presente só na ciência, mas também nas artes, nos escritos dos pesquisadores, na imprensa, evidenciando uma resposta ao medo gerado pelo crescimento da população negra e mestiça que, segundo o Censo de 1872, chegava a 55% do total de brasileiros" (Bento, 2002, p. ).
<b>Contexto 2</b>	Fenômeno biológico que no debate de ideias que marcaram o fim da escravidão no

	Brasil virou o meio de se alcançar a construção da identidade nacional brasileira. “Foi nesse contexto que foi cunhada a ideologia do branqueamento, peça fundamental da ideologia racial brasileira” (Munanga, 2002, p. 10).
<b>Contexto 3</b>	“O fato de os estereótipos negativos estarem diretamente associados à cor e à raça negra fez com que os brasileiros mestiços e grande parte da população com ascendência africana, de maneira geral, não se classificassem como negros, gerando um grande número de denominações para se designar as cores dos não brancos, como moreno, pessoa de cor, marrom escurinho etc. Portanto, a forma de classificação eliminou, não raramente, a identificação dos mestiços com a negritude e fez com que esses, nesses casos, não se classificassem como negros, bem como contribuiu para que permanecessem intactas todas as estereotipias e representações negativas dos negros” (Schucman, 2020, p.100).
<b>Definição Síntese</b>	Fenômeno biológico baseado na mistura entre dois ou mais grupos raciais. Principal signo da identidade nacional brasileira. Foi utilizada como meio para se efetivar as finalidades almejadas pela ideologia do branqueamento. É peça fundamental da ideologia racial brasileira que postula o mito da democracia racial.
<b>Termos Relacionados</b>	TG ideologia do branqueamento TR mito da democracia racial TR branqueamento
<b>Responsável</b>	Ernesto Lopes
<b>Data</b>	12/06/2023
<b>Observações</b>	

<b>Número</b>	12
<b>Termo</b>	mito da democracia racial
<b>Sinônimos</b>	ideologia da democracia racial democracia racial
<b>Área do Conhecimento</b>	Antropologia
<b>Fontes</b>	BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. <i>In</i> : CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-58. SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Veneta, 2ª edição, 2020.
<b>Contexto 1</b>	“Em sua obra, Gilberto Freyre postula que a distância social entre dominantes e dominados é modificada pelo cruzamento inter-racial que apaga as contradições e harmoniza as diferenças levando a uma diluição de conflitos. Ao postular a conciliação entre raças e suavizar o conflito, ele nega o preconceito e a discriminação, possibilitando a compreensão de que o ‘insucesso dos mestiços e negros’ deve-se a eles próprios. Desta forma, ele fornece à elite branca os argumentos para se defender e continuar a usufruir dos seus privilégios raciais. Estes postulados constituem a essência do famigerado Mito (ou ideologia) da Democracia Racial Brasileira. Esse mito, ao longo da história do país, vem servindo

	ao triste papel de favorecer e legitimar a discriminação racial” (Bento, 2002, p. 21).
<b>Contexto 2</b>	“A ideologia da democracia racial tem raízes profundas muito anteriores a 1930. A expressão, entretanto, aparece pela primeira vez, de acordo com Antonio Sérgio Guimarães, em um artigo de Roger Bastide publicado no Diário de São Paulo, precisamente no dia 31 de março de 1944, no qual eram usados os termos ‘democracia social’ e ‘racial’ para descrever a ausência de distinções rígidas entre brancos e negros” (Schucman, 2020, p.97).
<b>Contexto 3</b>	“Ainda que todas as evidências apontem o racismo como explicação para as desigualdades raciais, o racismo brasileiro tem a especificidade de, em maior ou menor grau, ser velado e sutil. A ‘democracia racial’ faz parte do imaginário brasileiro e constrói um ideal do qual os brasileiros, em sua maioria, não abrem mão. Hasenbalg (1979) aponta que o conceito de democracia racial é uma arma ideológica produzida por intelectuais das elites dominantes brancas destinada a socializar a população brasileira de brancos e não brancos como iguais, evitando, assim, um conflito racial no Brasil: ‘Num certo sentido a sociedade brasileira criou o melhor dos dois mundos. Ao mesmo tempo que mantém a estrutura de privilégio branco e a subordinação não branca, evita a constituição da raça como princípio de identidade coletiva e ação política. A eficácia da ideologia racial dominante manifesta-se na ausência de conflito racial aberto e na desmobilização política dos negros, fazendo com que os componentes racistas do sistema permaneçam incontestados, sem necessidade de recorrer a um alto grau de coerção” (Schucman, 2020, p.97-98).
<b>Definição Síntese</b>	Ideologia baseada no ideal de conciliação racial por meio da assimilação das raças. Tem origem no pensamento de Gilberto Freyre, que defendia que o Brasil era uma democracia social originada de um processo de colonização baseado na miscigenação, na igualdade, na integração cultural entre brancos, negros e indígenas. Discurso de dominação que visa harmonizar no campo das ideias as contradições raciais.
<b>Termos Relacionados</b>	TG ideologia do branqueamento TR branqueamento TR miscigenação
<b>Responsável</b>	Ernesto Lopes
<b>Data</b>	12/06/2023
<b>Observações</b>	

<b>Número</b>	13
<b>Termo</b>	negritude
<b>Sinônimos</b>	etnicidade negra identidade racial do negro
<b>Área do Conhecimento</b>	Ciências Sociais
<b>Fontes</b>	SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Veneta, 2ª edição, 2020.

<b>Contexto 1</b>	<p>“atualmente, ‘ser negro’ possui múltiplas conceituações e modos de identificação pelos próprios sujeitos negros, que podem reivindicar a identidade negra tanto pelo viés de uma valorização da afrodescendência quanto por uma produção cultural de etnicidade ligada à ideia de diáspora africana, e também politicamente, por meio da luta antirracista (que necessariamente se articula através da categoria sociológica de ‘raça’), entre outros diversos sentidos produzidos por cada sujeito” (Schucman, 2020, p.86).</p> <p>Souza Santos (1995) define que as identidades são, no sentido genérico, fictícias e necessárias, colaborando de forma pertinente para a análise da identidade negra. São fictícias, pois nenhum negro é igual ao outro, e ser negro não é uma identidade fixa e sólida. Porém, a identidade faz-se necessária como defesa de um grupo ou de uma coletividade. A identidade, então, assume caráter de estudo e defesa de si perante o outro (SAWAIA, 1999) e também é, portanto, uma categoria política” (Schucman, 2020, p.93).</p>
<b>Contexto 2</b>	<p>“ser negro no Brasil é uma condição objetiva em que, a partir de um estado primeiro, definido pela cor de pele e pelo passado, o negro é constantemente remetido a si mesmo pelos outros, e é através do racismo que a cor da pele negra se transforma no que podemos chamar de ‘raça negra’.</p> <p>Há que se pensar que a construção da negritude é uma escolha feita por sujeitos negros. Porém, como toda e qualquer escolha, no sentido que lhe atribui Sartre (1984), o sujeito atua sobre seu contexto a partir de determinadas condições objetivas que o precedem, devidamente situado dentro de determinadas condições objetivas que o precedem, devidamente situado dentro de determinada gama de opções. Essa escolha é o resultado induzido de uma série complexa de dialéticas em que, a partir de um estado original, relacionado à cor da pele negra, a traços físicos, ao status social e ao passado dos ancestrais africanos, o homem negro é remetido a si mesmo pelos outros e, dessa forma, atua no mundo confirmando e produzindo sentidos singulares para negritude. Uma vez que negros e brancos constroem a si mesmos e suas experiências em um mundo relacional e racista, na qual o negro é sempre marcado como ‘o outro’, então de que forma esses sujeitos racionalizados poderão se desvencilhar da raça, se é através dessa categoria que são vítimas de discriminação e preconceito?” (Schucman, 2020, p.95).</p>
<b>Contexto 3</b>	
<b>Definição Síntese</b>	Identidade étnico-racial do negro. Se dá por meio da afirmação da positivação da cultura negra e tem uma orientação política face à supremacia branca.
<b>Termos Relacionados</b>	TG identidade racial TR branquitude
<b>Responsável</b>	Ernesto Lopes
<b>Data</b>	12/06/2023
<b>Observações</b>	

<b>Número</b>	14
<b>Termo</b>	neutralidade racial
<b>Sinônimos</b>	
<b>Área do</b>	Psicologia Social



<b>Conhecimento</b>	
<b>Fontes</b>	PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. <i>In</i> : CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 59-90.
<b>Contexto 1</b>	“Lugar” de raça do branco enquanto sujeito numa relação em que o outro é uma excessiva visibilidade grupal. Numa relação em que membros dos grupos excessivamente racializados, por meio da intensa visibilidade da cor e de outros traços fenótipos aliados a estereótipos sociais e morais, a neutralidade racial é dada como uma característica ‘natural’ ao branco, já que é ele o modelo paradigmático de aparência e de condição humana. A neutralidade racial possibilita que o branco seja uma unidade representativa apenas de si mesmo, de sua própria individualidade, e não de um grupo racial como um todo. (Piza, 2002, p.XX). “Não tendo como demarcar sua condição racial, demarca-se a do ‘outro’, e a não explicitação ou nomeação das razões de uma suposta superioridade confirma o que se verifica cotidianamente. O silêncio sobre sua própria racialidade faz exacerbar a racialidade do outro. A neutralidade torna a ‘raça’ um dado dispensável” (Piza, 2002, p.XX).
<b>Contexto 2</b>	
<b>Contexto 3</b>	
<b>Definição Síntese</b>	Neutralidade racial é o lugar de raça do branco enquanto sujeito representante apenas de sua própria individualidade. Em uma relação marcada pela excessiva racialização do outro, a neutralidade racial é dada como natural ao branco já que ele é representado como o modelo paradigmático de aparência e de condição humana.
<b>Termos Relacionados</b>	TG lugar de raça TR invisibilidade racial
<b>Responsável</b>	Ernesto Lopes
<b>Data</b>	12/06/2023
<b>Observações</b>	

<b>Número</b>	15
<b>Termo</b>	pacto da branquitude
<b>Sinônimos</b>	pacto narcísico pacto narcísico da branquitude
<b>Área do Conhecimento</b>	Psicologia Social
<b>Fontes</b>	BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. <i>In</i> : CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-58. SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Veneta, 2ª edição, 2020.
<b>Contexto 1</b>	“pacto inconscientemente firmado entre brancos cuja finalidade tática é a

	manutenção de seus privilégios, sendo um deles a não responsabilização pelo passado escravista e pelos tempos atuais pautado em uma estrutura racista. Ele se expressa por meio do “emudecimento dos brancos em relação ao racismo”. “Têm um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana” (Bento, 2002, p. 05).
<b>Contexto 2</b>	Mecanismo de manutenção dos privilégios dos brancos, são “alianças inconscientes, intergrupais, caracterizadas pela ambiguidade e, no tocante ao racismo, pela negação do problema racial, pelo silenciamento, pela interdição de negros em espaços de poder, pelo permanente esforço de exclusão moral, afetiva, econômica e política do negro no universo social” (Schucman, 2020, p.70-71). “necessariamente se estrutura na negação do racismo e desresponsabilização pela sua manutenção” (Schucman, 2020, p.27). “rede na qual os sujeitos brancos estão conscientes ou inconscientemente exercendo-o em seu cotidiano por meio de pequenas técnicas, procedimentos, fenômenos e mecanismos que constituem efeitos específicos e locais de desigualdades raciais” (Schucman, 2020, p.61).
<b>Contexto 3</b>	
<b>Definição Síntese</b>	Comportamento constitutivo da branquitude, consiste em um pacto inconscientemente firmado entre os brancos visando a não responsabilização pelo racismo e suas consequências. Tem como finalidade tática a manutenção de privilégios materiais e simbólicos dos brancos.
<b>Termos Relacionados</b>	TG branquitude TE privilégios raciais TR marcadores sociais TR lugar de raça TR projeção patológica
<b>Responsável</b>	Ernesto Lopes
<b>Data</b>	14/07/2023
<b>Observações</b>	

<b>Número</b>	16
<b>Termo</b>	privilégios raciais
<b>Sinônimos</b>	privilégios da branquitude privilégios materiais e simbólicos vantagens raciais
<b>Área do Conhecimento</b>	Ciências Sociais
<b>Fontes</b>	PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. <i>In</i> : CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 59-90. SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Veneta, 2ª

	edição, 2020.
<b>Contexto 1</b>	prejuízos sociais e econômicos que resultam da discriminação de negros nos processos de mobilidade social e seu alijamento dos projetos de progresso socioeconômico nacional que determinam diferenças sociais e econômicos entre negros e brancos que não podem ser lidas apenas em termos de preconceitos” (Piza, 2002, p. ).
<b>Contexto 2</b>	<p>“ser branco produz cotidianamente situações de vantagem em relação aos não brancos”, como, por exemplo, “ acesso à educação, à saúde, ao emprego, à moradia e às diferentes formas de bem-estar social” (Schucman, 2020, p.64).</p> <p>“O argumento de que a branquitude foi construída sócio historicamente como uma posição racial de superioridade é tese unificada de diferentes teóricos. Nesse sentido, é importante frisar que não necessariamente os sujeitos brancos se sentem superiores aos não brancos, trata-se de uma crítica direcionada à significação da branquitude como lugar racial de superioridade. Assim, os brancos obtêm privilégios em razão dessa pertença, mesmo que involuntariamente (Bento, 2002)” (Schucman, 2020, p.68).</p> <p>“os privilégios que os em relação aos negros já foram interpretados por diferentes discursos sociológicos como um fator à condição de classe em que os negros foram inseridos após o regime escravagista [...]. Conduto, [...] o racismo no Brasil faz com que essa estrutura de desigualdade racial permaneça” (Schucman, 2020, p.65).</p>
<b>Contexto 3</b>	<p>“a maioria dos brancos tem vantagens tanto com a opressão racial quanto com o racismo, pois são os mecanismos racistas que fazem com que a população branca tenha vantagem no preenchimento das posições da estrutura de classes que comportam os privilégios materiais e simbólicos mais desejados” (Schucman, 2020, p.65-66).</p> <p>Os “brancos obtêm privilégios de sua identidade racial não por exercer conscientemente o racismo, nem tampouco por concordar com ele, mas sim por estar inserido em uma sociedade de estrutura racista” (Schucman, 2020, p.69).</p> <p>Privilégios simbólicos dos brancos: Além disso, os brancos têm privilégios menos concretos, mas que são fundamentais no que se refere ao sentimento e à constituição da identidade dos indivíduos, tais como honra, status, dignidade e direito à autodeterminação” (Schucman, 2020, p.66).</p> <p>“nos classificados socialmente como brancos, recaem atributos e significados positivos ligados à identidade racial à qual pertencem, tais como inteligência, beleza, educação, progresso, etc. A concepção estética e subjetiva da branquitude é, dessa maneira, supervalorizada em relação às identidades raciais não brancas (Sovik, 2004), o que acarreta a ideia de que a superioridade constitui um dos traços característicos da branquitude (Fanon, 1980).</p>
<b>Definição Síntese</b>	Vantagens materiais e simbólicas dos brancos em relação aos não brancos, como, por exemplo, acesso à educação, à saúde, ao emprego, à moradia, às diferentes formas de bem-estar social, honra, status, dignidade e direito à autodeterminação. Dentro do ideário da branquitude, são entendidas ora como mérito pessoal dos brancos, ora como produto da posição de classe dos negros ou resquício histórico da escravidão. Nem todos privilégios raciais ocorrem em razão do preconceito, pois os brancos obtêm privilégios, mesmo que involuntariamente, em razão de seu lugar em uma estrutura racista.
<b>Termos Relacionados</b>	TG pacto da branquitude TE salário público e psicológico

<b>Responsável</b>	Ernesto Lopes
<b>Data</b>	14/07/2023
<b>Observações</b>	

<b>Número</b>	17
<b>Termo</b>	projeção patológica
<b>Sinônimos</b>	falsa projeção projeção patológica do branco
<b>Área do Conhecimento</b>	Psicologia Social
<b>Fontes</b>	BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. <i>In</i> : CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-58.
<b>Contexto 1</b>	“mecanismo por meio do qual o sujeito procura livrar-se dos impulsos que ele não admite como seus, depositando-os no outro. Aquilo, portanto, que lhe é familiar passa a ser visto como algo hostil e é projetado para fora de si, ou seja, na ‘vítima em potencial’. [...] A projeção patológica ou falsa projeção é, segundo a psicanálise, a transferência dos impulsos socialmente condenáveis do sujeito para o objeto. Se uma pessoa afirma que alguém quer atacá-la e não existe nenhuma prova de que essa afirmação é verdadeira, temos boas razões para suspeitar que é ela mesma que tem intenções agressivas e procura justificá-las pela projeção”. Analisando um comportamento grupal, o “ grupo está convicto de que existe um mau objeto encarnado por um inimigo. Esse inimigo poderá ser abertamente atacado, ou constituir-se em alvo de discriminação cotidiana. Os benefícios oriundos da discriminação são permanentemente negados ou justificados por explicações estruturais” (Bento, 2002, p. 12). “Uma coletividade, em geral incitada pela sua elite, posiciona-se como vítima e justifica antecipadamente os atos de injustiça que não deixará de executar. Imputando aos acusados toda espécie de crimes e de vícios, ela se purifica de suas próprias intenções turvas e transfere para outrem o que não quer reconhecer em si própria”. (Bento, 2002, p. 10). Ao ser pautado pela paranoia e pelas defesas primitivas em que se expulsa tudo o que possa representar uma ameaça à autopreservação, a falsa-projeção também gera o chamado ódio narcísico em relação aos outros.
<b>Contexto 2</b>	“projetar sobre o outro as mazelas que não se é capaz de assumir, pois macula o modelo (idealizado)” (Bento, 2002, p. 06). Em determinados contextos, “esta forma de construção do Outro a partir de si mesmo, é uma forma de paranoia que traz em sua gênese o medo. O medo do diferente e, em alguma medida, o medo do semelhante a si próprio nas profundezas do inconsciente”. Esse medo que está na essência do preconceito e da representação dos negros pelos brancos.
<b>Contexto 3</b>	Franz Fanon enfatizou o processo de projeção na construção do preconceito racial do branco contra o negro. Para ele, “ter fobia do negro é ter medo do biológico, pois o negro só é visto como ser biológico. Fanon explica que, para o africano, não há

	esse medo do biológico. O ato sexual é apresentado como natural. O africano continuará sempre, durante toda a sua vida, a ter presente no espírito esta noção, enquanto o europeu conservará inconscientemente um complexo de culpabilidade, que nem a razão nem a experiência jamais conseguirão fazer desaparecer completamente. [...] As representações que os europeus têm sobre os negros estão matizadas de sexualidade: “no inconsciente europeu foi elaborado um crescendo excessivamente negro onde estão adormecidas as pulsões mais imorais, os desejos menos confessáveis” (Bento, 2002, p. 13). Essa representação da sexualidade do negro está profundamente ligada à falsa-projeção da fertilidade das minorias, que no Brasil pós-abolição se torna uma preocupação bastante visível das elites brancas frente a constatação de que o negro compunha o contingente populacional brasileiro majoritário [...] que poderia ‘engolir’ os brancos”. Desta forma, “uma boa maneira de se compreender melhor a branquitude e o processo de branqueamento é entender a projeção do branco sobre o negro, nascido do medo, cercado de silêncio, fiel guardião dos privilégios” (Bento, 2002, p. 14).
<b>Definição Síntese</b>	Mecanismo de compensação psíquica que realiza a negação dos brancos por aquilo que sua moral e sua cultura rejeitam. Não podendo assumir suas próprias pulsões, o branco projetaria de maneira paranoica aquilo que deseja no outro. Juntamente com o medo social do negro, falsa-projeção é incontornável para o entendimento da branquitude enquanto fenômeno social e psicológico à serviço da desumanização dos negros e, conseqüentemente, da legitimação da dominação branca.
<b>Termos Relacionados</b>	TG branquitude TE medo social TE estigmatização racial TR lugar de raça TR marcadores sociais TR pacto da branquitude
<b>Responsável</b>	Ernesto Lopes
<b>Data</b>	15/07/2023
<b>Observações</b>	

<b>Número</b>	18
<b>Termo</b>	raça
<b>Sinônimos</b>	raça social
<b>Área do Conhecimento</b>	Ciências Sociais
<b>Fontes</b>	GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com "raça" em Sociologia. <i>In: Educação e Pesquisa: Revista da Faculdade de Educação da USP</i> . São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003. MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. <i>In: Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira</i> [S.l: s.n.], 2004. SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Veneta, 2ª edição, 2020.

<b>Contexto 1</b>	“uma construção social e devem ser estudadas por um ramo próprio da Sociologia ou das Ciências Sociais, que trata das identidades sociais. [...] As “raças” são efeitos de discursos; fazem parte desses discursos sobre origem (Wade 1997). [...] que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas, etc., pelo sangue (conceito fundamental para entender raças e certas essências)” (Guimarães, 2003, p. 96).
<b>Contexto 2</b>	“é uma categoria intrinsecamente ligada a poder e hierarquia e a classificação de cada sujeito pode, de fato, mudar dependendo da história e dos significados construídos sobre cada grupo em cada lugar do globo” (Schucman, 2020, p.45). “O conceito ‘raça’ usado neste trabalho é o de ‘raça social’, conforme teorizou Guimarães (1999c), isto é, não se trata de um dado biológico, mas de ‘construtos sociais, formas de identidade baseadas numa ideia errônea, mas eficaz socialmente, para construir, manter e reproduzir, manter e reproduzir diferenças e privilégios” (Schucman, 2020, p.85).
<b>Contexto 3</b>	“Podemos observar que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etnosemântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra, etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é étno-semântico, político-ideológico e não biológico. ” (Munanga, 2004, p. 6).
<b>Definição Síntese</b>	Construção social que faz sentido somente em um contexto histórico, visto que não é possível definir geneticamente diferentes raças humanas. Como construção de identidade remete aos discursos sobre as origens com base em atributos biológicos, transpostos para qualidades morais e intelectuais. Como construção ideológica forma uma relação de poder e dominação por meio da distribuição de privilégios e desvantagens sociais. No contexto histórico do Brasil, se manifesta pelo fenótipo e aparência dos indivíduos de diferentes grupos sociais.
<b>Termos Relacionados</b>	TG racismo TE identidade racial TR ideologia do branqueamento
<b>Responsável</b>	Ernesto Lopes
<b>Data</b>	12/07/2023
<b>Observações</b>	

<b>Número</b>	19
<b>Termo</b>	racismo
<b>Sinônimos</b>	racismo moderno
<b>Área do Conhecimento</b>	Ciências Sociais
<b>Fontes</b>	MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. <i>In</i> : Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira

	<p>[S.l: s.n.], 2004.</p> <p>SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Veneta, 2ª edição, 2020.</p>
<b>Contexto 1</b>	<p>“o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estes últimos suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo à qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas.” (Munanga, 2004, p. 8).</p>
<b>Contexto 2</b>	<p>fenômeno “localizado dentro de um espaço histórico e social que se configura a partir do surgimento da categoria raça na modernidade, tornando-se uma ideologia necessária para justificar o processo de escravização dos povos africanos, a colonização e a expansão do capitalismo” (Schucman, 2020, p.78-79).</p> <p>“o racismo é especificamente entendido como uma construção ideológica, que como a se esboçar a partir do século XVI com a sistematização de ideias e valores construídos pela civilização europeia, quando esta entra em contato com a diversidade humana nos diferentes continentes e se consolida com as teorias científicas em torno do conceito de raça no século XIX” (Schucman, 2020, p.79).</p> <p>Portanto, o “racismo tal como se manifesta hoje é fruto das teorias racistas produzidas pela ciência moderna” (Schucman, 2020, p.80).</p>
<b>Contexto 3</b>	<p>“O racismo, portanto, origina-se da elaboração e da expansão de uma doutrina que justificava a desigualdade entre os seres humanos (seja em situação de cativo ou de conquista) não pela força ou pelo poder dos conquistadores (uma justificativa política que acompanhara todas as conquistas anteriores), mas pela desigualdade imanente entre as raças humanas (a inferioridade intelectual, moral, cultural e psíquica dos conquistados e escravizados). Esta doutrina justificava pelas diferenças raciais a desigualdade e posição social e de tratamento, a separação espacial e a desigualdade de direitos entre colonizadores e colonizados, entre conquistadores e conquistados, entre senhores e escravos e, mais tarde, entre os descendentes destes grupos incorporados num mesmo Estado nacional. Trata-se da doutrina racista que se expressou na biologia e no direito (Guimarães, 1999b, p, 104)” (Schucman, 2020, p.80).</p> <p>“consideramos racismo qualquer fenômeno que justifique as diferenças, preferências, privilégios, dominação, hierarquias e desigualdades materiais e simbólicas entre seres humanos baseado no conceito de raça. Isso porque, mesmo esse critério não tendo nenhuma realidade biológica, o ato de atribuir, legitimar e perpetuar as desigualdades sociais, culturais, psíquicas e políticas à ‘raça’ significa legitimar diferenças sociais” (Schucman, 2020, p.95).</p>
<b>Definição Síntese</b>	<p>O racismo é uma ideologia que afirma a existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. É um fenômeno que estrutura as relações étnico-raciais,</p>

	justificando as diferenças, preferências, privilégios, dominação, hierarquias e desigualdades materiais e simbólicas entre seres humanos, baseado no conceito de raça.
<b>Termos Relacionados</b>	TE ideologia do branqueamento TE raça
<b>Responsável</b>	Ernesto Lopes
<b>Data</b>	12/07/2023
<b>Observações</b>	

<b>Número</b>	20
<b>Termo</b>	salário público e psicológico
<b>Sinônimos</b>	salário público e psicológico da branquitude salário público e psicológico do branco
<b>Área do Conhecimento</b>	Ciências Sociais
<b>Fontes</b>	SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Veneta, 2ª edição, 2020.
<b>Contexto 1</b>	de acordo com W. E. B. Du Bois, constitui o grupo de benefícios que a classe trabalhadora branca dos EUA do XIX se apropriou para se diferenciar dos trabalhadores negros e aceitar o racismo, constituindo assim um dos pilares da supremacia branca no país. É constituído por acesso a bens materiais e simbólicos que os negros não podiam compartilhar. Desta forma, o racismo, nos EUA, aparece como “uma forma de o trabalhador branco buscar posições de status que não conseguiria alcançar caso reconhecesse todos os trabalhadores como iguais, bem como uma forma de se alienar da condição de classe explorada na qual se reconforta” (Schucman, 2020, p.52).
<b>Contexto 2</b>	
<b>Contexto 3</b>	
<b>Definição Síntese</b>	Conceito criado por W. E. B. Du Bois, se refere ao acesso aos cargos e lugares públicos, direito ao voto que os brancos partilhavam exclusivamente entre si no período pós abolição dos EUA. Conjunto de privilégios materiais e simbólicos que possibilitou aos brancos pobres sua identificação com o grupo hierarquicamente superior, a elite branca, e seu afastamento do grupo social mais inferiorizado, os negros. Mecanismo responsável pela supremacia branca nos EUA, construiu um status social diferenciado marcada pela ideia de raça, criando a coesão entre brancos pertencentes às diferentes classes sociais.
<b>Termos Relacionados</b>	TG privilégios raciais
<b>Responsável</b>	Ernesto Lopes
<b>Data</b>	14/07/2023
<b>Observações</b>	